



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Palácio dos Morgados da Mesquita: memórias  
da presença militar em Évora**

**Joana Filipa Afonso Machado**

Orientação: Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria Ana Bernardo

**Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e  
Cultural**

Área de especialização: *Património Artístico e História de Arte*

Dissertação

Évora, 2013



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Palácio dos Morgados da Mesquita: memórias  
da presença militar em Évora**

**Joana Filipa Afonso Machado**

Orientação: Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria Ana Bernardo

**Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e  
Cultural**

Área de especialização: *Património Artístico e História de Arte*

Dissertação

Évora, 2013

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria Ana Bernardo, por ter aceite ser minha Orientadora, pela disponibilidade para me ajudar ao longo deste trabalho, pelas palavras de encorajamento, de conforto e de amizade em tempos mais difíceis.

Ao Professor Doutor José Assis, pelo interesse e pela ajuda, que foi, sem dúvida alguma, indispensável para a concretização deste trabalho.

Ao Coronel Martins Pereira, ao Tenente-Coronel Borlinhas e ao Sr. Valentim por me terem recebido no Quartel dos Mesquitas, por terem partilhado informação, histórias e curiosidades sobre o edifício e pela visita guiada ao quartel.

Aos meus pais e ao meu irmão por acreditarem em mim, por todo o apoio, por todo o Amor, por estarem, incondicionalmente, ao meu lado.

Ao Rui, por acreditar em mim, por todas as palavras dóceis e de incentivo e por estar a meu lado em mais uma grande etapa da minha vida académica.

À Raquel Mesquita, à Cátia Peliquito e à Ana Carina Pinto, por estarem presentes na minha vida e pela nossa longa e grande amizade.

Aos meus amigos, pela Amizade, apoio e compreensão da minha ausência, em especial à Dora, ao Bruno S., ao Bruno P., ao David, ao Gabriel, à Catherine e à Mafalda.

Aos meus colegas de Mestrado, por todos os bons momentos, entreaduda.

Às minhas colegas e amigas da residência académica, por todos os momentos e pela amizade.

Finalmente, aos professores que lecionaram este curso.

A todos o meu muito obrigada.

## RESUMO

Este estudo propõe-se contribuir para o conhecimento da relevância de Évora no âmbito da organização territorial do Exército português para, com base nas conclusões sobre o tema, se formular uma proposta de valorização patrimonial relativa a algum do edificado histórico que foi usado pelos militares sediados na cidade.

A hipótese interpretativa que está na base do nosso trabalho é a seguinte: a presença militar marcou a cidade de Évora ao longo do século XIX, no período afirmação do Liberalismo, e os militares passaram a ocupar alguns edifícios até então afetos, sobretudo, à Igreja. O Exército da Nação, que o regime político Liberal procurava criar, substituíra, pelo menos parcialmente, a presença que o clero regular até então tinha na cidade.

A proposta de valorização patrimonial, concretiza-se mediante a conceção de um itinerário subordinado ao tema *Percurso pela Évora Militar Oitocentista* e pretende ser uma proposta de maior diferenciação em termos de promoção turística do património histórico e cultural eborense, sobretudo o edificado. Propõe-se um novo olhar sobre a cidade, numa lógica de oferta temática, similar ao que, no campo dos percursos urbanos, já se faz noutras cidades portuguesas.

**Palavras-chave:** Património Cultural, Turismo Cultural, Valorização Patrimonial História de Portugal, História Militar, período contemporâneo.

## ABSTRACT

### *The Palace of Morgados da Mesquita: memories of military presence in Évora*

This study purposes to contribute for the knowledge of the importance of Évora in the ambit of Portuguese Army's territorial organization for, based on the conclusions about the theme, create a heritage valorisation suggestion related to some historical buildings that were used by the soldiers who were at town.

The interpretative hypothesis, which is the base of our assignment, is: the military presence marked Évora city through the 19th century, in the time of Liberalism affirmation, and the soldiers occupied some buildings that belonged until then, mainly, to the Church. The Nation's Army, those that the Liberal regime was seeking to create, replace, at least partially, the presence that the regular clergy had until then in the city.

The heritage valorization suggestion, realizes by the conception of an itinerary subordinated to the theme *Percurso pela Évora Militar Oitocentista* and it is a suggestion with a major differentiation in terms of touristic promotion of the historic and cultural heritage of Évora, mainly the buildings. It seeks a new perspective of the city, in a thematic offer logic, similar to, on urban tours area, what it is done on other Portuguese cities.

**Keywords:** Cultural Heritage, Cultural Tourism, Heritage Valorisation, History of Portugal, Army History, contemporary period.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AHM** – Arquivo Histórico Militar

**CME** – Câmara Municipal de Évora

**CPHM** – Comissão Portuguesa de História Militar

**DGEMN/DREMS** – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais/ Direção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul

**DSHM** – Direção do Serviço Histórico Militar

**EME** – Estado Maior do Exército

**GEAEM/DIE** – Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/ Direção de Infraestruturas do Exército

**ICOMOS** – International Council On Monuments and Sites

**IGESPAR** – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

**IPPAR** – Instituto Português do Património Arquitetónico

**QG** – Quartel-General

**RA** – Regimento de Artilharia

**RC** – Regimento de Cavalaria

**RI** – Regimento de Infantaria

**SIPA** – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

**UNESCO** – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

**UNWTO** – World Tourism Organization

# ÍNDICE

Introdução.....	10
Capítulo I – O Palácio dos Morgados da Mesquita: de espaço residencial a edifício militar. ....	20
1. A origem e propriedade do edifício.....	22
2. Descrição do edifício.....	30
3. Funcionalidade(s).....	34
Capítulo II – A presença militar em Évora nos séculos XIX e XX: aspetos históricos e patrimoniais. ....	39
1. O Exército Português.....	40
1.1. As reformas militares da Monarquia Constitucional Portuguesa.....	42
1.2. As reformas militares da I República Portuguesa.....	48
2. O Exército em Évora.....	51
2.1. Militares na sociedade eborense.....	58
Capítulo III – Valorização Patrimonial: um itinerário turístico pela Évora militar oitocentista.....	62
1. O património cultural (concretualização).....	63
2. O turismo cultural (concretualização).....	69
3. Itinerário turístico (concretualização).....	73
4. Proposta de itinerário: <i>Um Percorso pela Évora Militar Oitocentista</i> .....	75
4.1. O percurso - descrição.....	78
Conclusão.....	83
Bibliografia.....	87
Anexos.....	105
Anexo A – Plantas de alguns edifícios pertencentes ao Exército nos séculos XIX e XX na cidade de Évora.....	106

Anexo B – Relatório da Comissão nomeada pelo Ministério da Guerra (9 de Setembro de 1880).....	110
Anexo C – Fichas de Inventário Dos Edifícios .....	116
Anexo D – Fichas de Inventário Dos Corpos Militares .....	155

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada do Palácio dos Morgados da Mesquita.....	21
Figura 2.1 - Túnel que divide o Palácio da Mesquita em dois corpos. Visto da Rua de São Domingos. ....	30
Figura 2.2 - Túnel do Palácio da Mesquita visto da Rua de São Cristóvão para a Rua de São Domingos. ....	30
Figura 3 - <i>Três Graças levando Cupido numa quadriga</i> . ....	31
Figura 4.1 - Bandeira de uma porta na residência oficial.....	33
Figura 4.2 - Pintura mural em arco na residência oficial.....	33
Figura 5 - Planta do térreo do Palácio dos Morgados da Mesquita. ....	38
Figura 6 - Planta do piso nobre do Palácio dos Morgados da Mesquita. ....	38
Figura 7 - Divisões Militares em 1901 .....	45
Figura 8 - Divisões Militares segundo a reforma de 1911 .....	50
Figura 9 – Placa comemorativa da instalação do Grupo de Baterias de Artilharia de Montanha em Évora.....	60
Figura 10 - Palácio dos Morgados da Mesquita (anterior a 1920) .....	79
Figura 11 - Convento de Santa Clara visto da Rua Serpa Pinto (1966) .....	79
Figura 12 - Igreja e Convento da Graça (1884?).....	80
Figura 13 - Quartel dos Dragões (1908).....	81
Figura 14 - Torre das Cinco Quinas .....	82
Figura 1.1.A – Projeto de ampliação do Quartel-General da 4. <sup>a</sup> Região Militar - Palácio dos Morgados da Mesquita (década de 1940).....	106
Figura 1.2.A – Projeto de ampliação do Quartel-General da 4. <sup>a</sup> Região Militar - Palácio dos Morgados da Mesquita (década de 1940).....	106
Figura 2.A – Planta do Convento da Graça.....	107
Figura 3.A – Planta do Assento - Solar dos Condes do Sabugal (1880-1884).....	108
Figura 4.A – Planta do Quartel do Regimento de Artilharia de Montanha de Évora – Convento do Salvador (27 de Janeiro de 1910) .....	109
Figura 5.A – Croquis de parte do piso térreo do Regimento de Artilharia de Montanha de Évora – Convento do Salvador (27 de Janeiro de 1910) .....	110

## **ÍNDICE DE MAPAS**

<b>Mapa 1</b> – Évora: Localização do Palácio dos Morgados da Mesquita.....	21
<b>Mapa 2</b> – Évora: Localização do Palácio dos Condes do Prado.....	23
<b>Mapa 3</b> – Proposta de itinerário – Um percurso pela Évora militar oitocentista.....	78

## **ÍNDICE DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – Horário das visitas guiadas.....	77
<b>Tabela 2</b> – Preçário das visitas guiadas e não guiadas.....	77

## INTRODUÇÃO

Este estudo propõe-se contribuir para o conhecimento da relevância de Évora no âmbito da organização territorial do Exército português para, com base nas conclusões sobre o tema, se formular uma proposta de valorização patrimonial relativa a algum do edificado histórico que foi usado pelos militares sediados na cidade.

O período cronológico que baliza a pesquisa é o século XIX e princípio do século XX (1868-1926<sup>1</sup>), organizando-se a proposta de valorização patrimonial sob a forma de um itinerário de visita pelo Centro Histórico de Évora que pretende evocar a cidade oitocentista.

A hipótese interpretativa que está na base do nosso trabalho é a seguinte: a presença militar marcou a cidade de Évora ao longo do século XIX, no período afirmação do Liberalismo, e os militares passaram a ocupar alguns edifícios até então afetos, sobretudo, à Igreja. O Exército da nação, que o regime Liberal procurava criar, substituíra, pelo menos parcialmente, a presença que o clero regular até então tinha na cidade. A cidade dos conventos do Antigo Regime passou a acolher, em muitos desses mesmos espaços, o braço militar que defendia o novo regime político<sup>2</sup>.

Por outro lado, há estudos e exemplos que demonstram como a ocupação do edificado histórico, e a orientação para novas funções, acabou por prevenir a sua progressiva ruína, tornando possível que o mesmo chegasse aos dias de hoje como parte integrante da nossa herança cultural.

Sabe-se que grande parte dos quartéis, serviços e escolas militares foram instalados em edifícios cujas funções originais eram outras. Alguns foram edificados como conventos, mosteiros, colégios e ficaram e podiam incorrer no abandono após a extinção das Ordens Religiosas em 1834:

---

<sup>1</sup> Este período foi estabelecido, essencialmente, porque no ano de 1868, é sediado em Évora o Comando e Quartel-General da 4.<sup>a</sup> Divisão Militar e escolhemos a I República para demonstrar que a importância militar da cidade não diminuiu, muito pelo contrário, foram aquartelados vários corpos militares intramuros, o que nos remete para uma proposta de valorização virada para este património edificado.

<sup>2</sup> No Capítulo II da tese é apresentada informação mais detalhada sobre algumas das mudanças políticas e institucionais que marcaram a passagem do regime absolutista para o regime liberal e o seu impacto sobre o património edificado eborense, nomeadamente o que pertencia às ordens religiosas e explicam-se também as várias reformas do Exército ocorridas ao longo do século XIX e a forma como vieram a beneficiar a cidade de Évora.

- Mosteiro de Santa Clara-a-Nova (freiras clarissas), em Coimbra<sup>3</sup>, foi ocupado pelo Batalhão dos Serviços de Saúde e posteriormente, em 1985, pelo Museu Militar de Coimbra.
- Convento de Santo António dos Capuchos<sup>4</sup> (monges franciscanos), em Leiria. Foi fundado no século XVI e em 1864 foi aí instalado o Hospital Militar de Leiria até ao início do século XX, ficando em desuso e em ruínas.
- Convento de São Francisco<sup>5</sup> (monges franciscanos), em Santarém. No extinto convento encontravam-se as instalações do Regimento de Cavalaria n.º 4 e do Regimento de Artilharia n.º 6. Entre 1955 e 2006, aquartelou a Escola Prática de Cavalaria.
- Mosteiro de São Dinis<sup>6</sup> (freiras cistercienses), em Odivelas. No século XX, no ano de 1901, o Infante D. Afonso, irmão de D.Carlos I, fundou um colégio para filhas de oficiais. Atualmente, o colégio designa-se por Instituto de Odivelas e é o único instituto militar feminino.
- Convento de Chelas<sup>7</sup> (de Cónegas Regrantes de Santo Agostinho), em Lisboa. Nas últimas duas décadas do século XIX, o edifício serviu de depósito de material. Uma fábrica de pólvora e de munições de guerra funcionou na ala norte. Já na década de 1920, foi instalado no antigo convento um recolhimento de viúvas de militares da I Guerra Mundial. Atualmente, no imóvel encontra-se o Arquivo Geral do Exército.

---

<sup>3</sup> O Mosteiro classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de Junho de 1910, publicado no Diário do Governo, n.º 136, de 23 de Junho de 1910. A sua Zona Especial de Protecção e Zona *non aedificandi* foram definidas pela Portaria publicada no Diário do Governo, n.º 259, de 4 de Novembro de 1911, sendo redefinidas pela Portaria n.º 381/2009, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 49, de 11 de Março de 2009.

<sup>4</sup> Classificado com Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 28/82, Diário da República, I Série, n.º 47, de 26 de Fevereiro de 1982. A sua Zona Especial de Protecção foi definida pela Portaria n.º 646/85, no Diário da República, I Série, n.º 198, de 29 de Agosto de 1985, tendo sido fixada nova ZEP, corrigindo o diploma anterior, pela Portaria n.º 316/94, no Diário da República, Iª Série-B, n.º 121, de 25 de Maio de 1994.

<sup>5</sup> Igreja e Claustro do Convento de São Francisco estão classificados como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 3027, de 14 de Março de 1917. A sua Zona Especial de Protecção foi definida pela Portaria publicada no DG, II Série, n.º 260, de 8 de Novembro de 1946.

<sup>6</sup> O Mosteiro de São Dinis está classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de Junho de 1910, publicado no Diário do Governo, n.º 136, de 23 de Junho de 1910.

<sup>7</sup> Convento de São Félix e Santo Adrião de Chelas tem classificado como Monumento Nacional o seu portal e a sua galilé pelo Decreto de 16 de Junho de 1910, no Diário do Governo, n.º 136, de 23 de Junho de 1910.

- Convento da Graça<sup>8</sup> (Eremitas de Santo Agostinho), em Lisboa. Parte da sua zona conventual foi ocupada pelo Regimento de Infantaria n.º10 (1834), pelos R.I. n.º 5 e n.º 16 (1910), que ocuparam toda a zona conventual. Atualmente, a Direção de Recrutamento, o Jornal do Exército, a Guarda Nacional Republicana e a Chefia de Bandas e Fanfarras ocupam o edifício.

Além da afetação de edifícios religiosos, também algumas habitações, solares e paços senhoriais e reais, passaram a ser propriedade do Ministério da Guerra, como é o exemplo do Palácio da Bemposta, em Lisboa, o qual foi mandado construir após o regresso de D. Catarina de Bragança, em 1693, sendo designado na altura, Paço da Rainha. Por Decreto de 9 de Dezembro de 1850, sendo monarca a rainha D. Maria II, o Paço e a sua quinta foram entregues ao Ministério da Guerra, para aí se localizar a Escola do Exército, que foi fundada em 12 de Janeiro de 1837, e que atualmente se designa Academia Militar<sup>9</sup>.

As informações anteriores mostram como alguns dos edifícios mais conhecidos do país foram objeto de reorientação funcional mediante a sua afetação ao campo militar e, assim, chegaram até nós.

Para o caso de Évora, este *destino* dos edifícios históricos não tem sido investigado e refletido com autonomia.

Alguns estudos sobre a sociedade a economia e a política eborenses de oitocentos e início de novecentos têm referido, sem que este seja o tema central das respetivas investigações, a presença das forças militares na cidade e o fato de, no século XIX, com as reformas da estrutura territorial do Exército, a cidade de Évora ter sido elevada a sede de Divisão Militar<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Pelo Decreto n.º 29604, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 112 de 16 de Maio de 1939, todo o espaço conventual se encontra classificado como Monumento Nacional.

<sup>9</sup> Cf. [www.exercito.pt](http://www.exercito.pt) (acedido em 03.07.2012)-

<sup>10</sup> Cf., a título de exemplo, pois de entre os muitos estudos sobre a cidade de Évora, a lista poderia ser bastante mais longa, Ana Cardoso de Matos, Maria Ana Bernardo e Paulo Simões Rodrigues, *Évora. Roteiros Republicanos*, 2010; Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora. Da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, 2000; Manuel de Carvalho Moniz, *A Praça do Giraldo*, 1984; Helder Adegar Fonseca, *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas no Alentejo Oitocentista*, 1996; Helder Adegar Fonseca e Fernando Luís Gameiro, *O liceu de Évora na formação das elites portuguesas. Percursos Escolares e Profissionais 1841-1941*, 2004; Luís Ricardo Manuel Mora, *Sociedade Harmonia eborense: um olhar antropológico sobre práticas, sociabilidades e representações*, 2004; Maria Ana Bernardo, *Sociedade e Elites no Concelho de Évora. Permanência e Mudança (1890-1930)*, 2010.

Do mesmo modo, os estudos publicados e as bases de dados disponíveis *online* no âmbito da história de arte e do património cultural<sup>11</sup>, sobretudo quando incidem sobre património edificado, enunciam que alguns dos edifícios históricos da cidade foram espaço de acolhimento de corpos, serviços ou chefias militares. Mas, também no âmbito destes trabalhos, a referência à presença dos militares nos edifícios por estes ocupados é pontual, numa lógica de inventariação dos seus diversos proprietários e/ou usuários.

Assim, a proposta de itinerário para efeitos de valorização patrimonial é antecedida da necessária investigação para se conhecer mais pormenorizadamente a presença militar em Évora, e sua especificidade, ao longo do século XIX e início do século XX. Presença traduzida, nomeadamente, em termos de corpos militares (armas) aqui foram estando sediados, de funcionalidades e serviços que lhe estavam afetos, chefias militares que a cidade acolhia, estimativa do montante desses mesmos efetivos militares e, finalmente, inventário dos edifícios localizados no Centro Histórico que forma utilizados para fins do Exército durante o período em estudo.

Genericamente são estes os aspetos coligidos na parte de investigação histórica que a presente tese contempla. Algumas das informações são recolhidas em estudos diversos sobre a história da cidade de Évora e sobre história militar<sup>12</sup>. Foi também necessário efetuar pesquisa no Arquivo Histórico Militar e consultar outra documentação impressa<sup>13</sup> e plantas<sup>14</sup> para se tentarem preencher as lacunas a que os estudos consultados não dão resposta.

---

<sup>11</sup> Para o caso das bases de dado online cf., por exemplo, a Base de Dados do Inventário do Património Arquitectónico ([http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2), acedida em 18.05.2013), que integra o SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico), disponível no site do IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) ou ainda a Base de Dados Pesquisa de Património, disponível no site do IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) (<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/>, acedido em 18.05.2013).

Relativamente a estudos, referem-se aqui, também a título de exemplo, de uma longa lista, as obras de referência de Túlio Espanca *Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora* (Vol. VII- Tomo 1), 1966; Gabriel Pereira, *Documentos históricos da cidade de Évora*, 1998 e ainda, Miguel dos Reis Pedroso de Lima, *Muralhas e fortificações de Évora*, 2004; Paulo Simões Rodrigues, *A apologia da Cidade Antiga: a formação da identidade de Évora (séc. XVI – XIX)*, 2008; Câmara Municipal de Évora (org.), *Évora. Riscos de um século: memórias da evolução urbana de Évora*, e ainda a *Revista Monumentos: Centro Histórico de Évora*, n.º 26, Abril de 2007.

<sup>12</sup> As referências a esses estudos irão sendo disponibilizadas em sucessivas notas ao longo dos correspondentes capítulos da tese.

<sup>13</sup> Arquivo Histórico SIPA, no Forte de Sacavém.

<sup>14</sup> GEAEM/DIE. Ver Anexo A

Sendo elemento fundamental para a conceção do tema da tese a noção de que Évora ganhou mais importância após receber a sede da 4ª Divisão Militar (1868), considerando os longos anos que esta alta hierarquia ficou no Palácio dos Morgados da Mesquita e considerando, igualmente, que o próprio estilo arquitetónico da fachada do Palácio favorece a sua posição discreta face ao edificado que o rodeia, dá-se uma particular atenção a este espaço.

Assim, o primeiro capítulo da tese é dedicado à história do Palácio, desde da sua origem até aos dias de hoje, enquadrando e referenciando a sua importância na época de construção, as principais obras de restauro, de alteração e de ampliação dos terrenos adjacentes. Adiante-se, desde logo, que um dos problemas para a concretização dos objetivos do capítulo foi a inexistência de provas documentais e cartográficas, tanto sobre a traça original do edifício como de uma planta para a centúria de oitocentos.

O Palácio foi referenciado por Túlio Espanca e por João Rosa, distintos estudiosos, com obra legada nomeadamente no campo História e da História de Arte e duas importantes personalidades da cultura de Évora.

Túlio Espanca, no *Inventário Artístico de Portugal: Concelho de Évora*, descreve, muito resumidamente, a história do palácio, desde a sua fundação, no século XVI, até à década de 1960, quando era sede da 3.ª Região Militar. Analisa igualmente o edifício do ponto de vista arquitetónico e decorativo, fazendo ponto da situação para os anos 60 do século XX e referindo as alterações realizadas e os painéis da autoria de Cyrillo Wolkmar Machado existentes na Sala do Cupido. No artigo *Breve Notícia relativa ao demolido Convento de S. Domingos*<sup>15</sup>, o mesmo autor refere a existência de um jazigo da família Mesquita no Convento de S. Domingos, onde se encontravam os restos mortais dos governadores militares do século XVII, membros desta família.

João Rosa, no seu artigo *Pintores dos Séculos XVIII e XIX no Alentejo: Dois curiosos painéis decorativos na residência senhorial dos Morgados da Mesquita em Évora*, descreve os painéis, nos quais estão representados Cupido e as três Graças, da autoria de Cyrillo Wolkmar Machado, e os frescos ornamentais da velha capela, que fora destruída na década de 30 do século XX *plá fúria iconoclasta dalguns comandantes nada afeitos a coisas de arte*. Acrescenta ainda João Rosa que a capela era

---

<sup>15</sup> *A Cidade de Évora*, n.ºs 35-36, Janeiro-Dezembro, 1954.

o oratório privativo da família, como acontecia em muitas casas nobres, e foi nessa mesma capela que *se realizou, em Dezembro de 1805, com toda a pompa, embora por procuração, a cerimónia nupcial do enlace de D. Fernando Da Mesquita de Reboredo, filho de João Da Mesquita, com D. Maria Liberato da Costa e Ataíde e Teive de Sousa Coutinho*. Tirando este facto importante na história familiar dos Da Mesquita, a verdade é que os *frescos* formavam conjunto com azulejos, cuja autoria se pensa ser de Wolkmar Machado. Além desta nota sobre as obras artísticas deste pintor, o estudioso dá a conhecer a origem do nome da família e as suas atividades e cargos na cidade de Évora, assim como a possível amizade entre Wolkmar Machado e João Da Mesquita (o primeiro proprietário do palácio desta família).

Complementando a informação sobre a descrição do palácio, mais concretamente sobre a rua que divide o edifício, sabe-se que há referências à rua de São Cristóvão, desde 1335. Na altura era onde se encontrava o curral do convento de S. Domingos e tinha a designação de Rua dos Gallegos, a qual, no século XVI, terá sido rebatizada com o nome atual<sup>16</sup>. Para a síntese sobre a história e, sobretudo, para a caracterização do Palácio do ponto de vista estilístico, recorreremos também às informações constantes nos inventários sobre património edificado eborense publicados *online*<sup>17</sup>. Solicitou-se igualmente às competentes hierarquias militares autorização para visita ao interior do edifício. Assim se conferiram as informações retiradas dos estudos que referem o Palácio e se complementaram as recolhidas no Arquivo Histórico Militar e na Base de Dados do Inventário do Património Arquitectónico, localizado no Forte de Sacavém.

Este mesmo Palácio, dado o seu simbolismo quanto à importância da presença militar na cidade, constitui o ponto de partida do itinerário que consta da proposta de valorização patrimonial apresentada na tese.

O segundo capítulo desdobra-se em dois propósitos. Por um lado, faz-se uma síntese da história do Exército português e suas principais reformas, sobretudo do ponto de vista da respetiva organização territorial, ao longo do século XIX e princípio do

---

<sup>16</sup> Cf. Afonso de Carvalho, *Da toponímia de Évora, dos meados do século XII a finais do século XIV* (Vol. I), 2004.

<sup>17</sup> Base de Dados do Inventário do Património Arquitectónico e que integra o SIPA e a Base de Dados Pesquisa de Património, do IGESPAR (sobre as bases de dados referidas cf. informação mais detalhada na nota 11 desta Introdução).

século XX. Esta vertente, por sua vez, contextualiza o outro propósito do capítulo: dar a conhecer aspetos basilares da presença do Exército em Évora, desde os corpos militares sediados, os seus efetivos (quando possível), outros serviços funcionalidades, exemplos das relações entre o Exército e população e, ainda, os diversos edifícios ao sob alçada das forças militares presentes na cidade.

A prossecução do primeiro objetivo implicou o recurso a diversos trabalhos sobre história militar portuguesa, desde obras relativamente recentes, que pretendem renovar este campo historiográfico<sup>18</sup> a estudos mais descritivos que explicativos<sup>19</sup>, mas igualmente preciosos. Recorreu-se igualmente à consulta de documentação no Arquivo Histórico Militar, para se suprirem lacunas ou esclarecerem aspetos pontuais que o desenrolar da narrativa ia trazendo à superfície. Para a elaboração do texto relativo ao segundo objetivo deste Capítulo II, ou seja, uma síntese sobre diferentes aspetos da presença do Exército na cidade, recolheram-se sobretudo informações disponibilizadas nos estudos relativos a Évora que se referiram ao assunto<sup>20</sup> e nos trabalhos que têm sido realizados os para se conhecer a história dos principais edifícios históricos da cidade e suas várias *serventias* ao longo dos séculos<sup>21</sup>. Os resultados do trabalho de sistematização das informações sobre este aspeto são apresentados em Anexo da tese, sob a forma de fichas de inventário de cada edifício e para cada corpo ou serviço militar<sup>22</sup>.

Embora muito falte investigar relativamente ao tema, em particular no período contemporâneo, optou-se por alguma contenção no que diz respeito ao trabalho em arquivo. Consideramos que a tese, embora incluindo uma dimensão de investigação histórica, se situa no domínio do Património Cultural e, portanto, parte dela é-lhe

---

<sup>18</sup> Como é o caso, nomeadamente, de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova história militar de Portugal* (vols. III e IV); 2004 e Adelino Matos Coelho (coord.), *O Exército Português e as comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular* (2.º V.), 2009.

<sup>19</sup> Cf. a título de exemplo (pois as outras consultadas vão sendo citadas nas notas de rodapé do Capítulo II): Carlos Selvagem, *Portugal militar – compêndio de história militar e naval de Portugal, desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da dinastia de Bragança*, 1999, Henrique Pires Monteiro, *Evolução orgânica do Exército Português*. Revista Militar, Volume 81º, 1929, Luís Augusto Ferreira Martins, *História do exército português*, 1946.

<sup>20</sup> Sobre tal matéria cf. o que se disse na nota 10 desta Introdução.

<sup>21</sup> Os principais recursos usados para se fazer a *ficha de identidade* de cada edifício foram já enunciados na nota 11 da Introdução.

<sup>22</sup> Para elaboração da ficha de inventário seguiu-se, com as necessárias adaptações, o modelo proposto no *Kit do Património, n.º 1, versão 1.0: Património Arquitectónico – Geral* (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) 2008). ([www.portaldahabitacao.pt](http://www.portaldahabitacao.pt) ; [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt), [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt) )

dedicada. Isto apesar de se saber, por exemplo, que a consulta sistemática da imprensa histórica local poderia dar informações muito interessantes sobre vários aspetos da vida militar em Évora, entre os quais a relação dos efetivos militares com a sociedade eborense e sua importância para a economia da cidade<sup>23</sup>.

No terceiro e último capítulo delineamos o projeto de valorização do património edificado que terá alojado os corpos, serviços e chefias militares na cidade de Évora. O capítulo estrutura-se em duas partes distintas, que em seguida se apresentam.

A primeira funciona como suporte teórico e concetual do projeto de valorização. Recorrendo a bibliografia diversa, e enunciada nas sucessivas notas de rodapé do mesmo capítulo, reflete-se sobre o património cultural, o turismo e a *simbiose* destes dois conceitos no mundo atual, isto é, o que é que cada um contribui para que se faça turismo, mas que não danifique esse património: turismo sustentável.

Este tipo de turismo é cada vez mais comum, uma vez que a deslocação de pessoas para conhecer ou visitar certa localidade, sítio ou património é cada vez maior. Isto é, há cada vez mais fluxo de turistas (nacionais e estrangeiros) a procurar os novos tipos de património. Como o excesso de procura pode destruir o património, para prevenir esse efeito é necessário haver manutenção, restauro e conservação do mesmo. Esta manutenção tem custos e esses custos podem ser suportados, embora talvez não na sua totalidade, pelo valor que os turistas pagam para visitá-lo. Mas o turismo sustentável não deve ser encarado apenas do ponto de vista dos visitantes, pois ele pode e deve também contribuir para o desenvolvimento económico e social das comunidades a que património cultural que o justifica diz respeito. Podem ser criados postos de trabalho, preenchidos pelos habitantes dessa localidade ou por técnicos vindos de outros pontos do país ou mesmo do mundo.

A segunda parte do III e último capítulo da tese corresponde à especificação do itinerário proposto, identificação do público-alvo, materiais de apoio e condições de concretização do percurso. Fez-se prévia pesquisa à conceção do itinerário de valorização patrimonial e percebeu-se que a oferta eborense neste campo não é tão

---

<sup>23</sup> Refere-se esta fonte da imprensa local como particularmente eficaz para conhecimento de diversos ângulos da vida militar em Évora porque alguns estudos têm recorrido a ela e coligido informações sobre o tema. Cf., entre outros, os seguintes trabalhos: Ana Cardoso de Matos, Maria Ana Bernardo e Paulo Simões Rodrigues, *Op. Cit.*, 2010; Manuel Baiôa, *Op. Cit.*, 2000 e Maria Ana Bernardo, *Op. Cit.*, 2001.

elaborada quanto poderia à partida pensar-se, sobretudo considerando que o Centro Histórico de Évora é, desde 1986, Património Mundial da UNESCO.

Em termos de percursos temáticos, tipologia em que se enquadra a nossa proposta de itinerário, a pesquisa desenvolvida junto da Câmara Municipal, do Turismo do Alentejo e do Posto de Turismo de Évora, e nas páginas web destas instituições, demonstra que a marca mais forte, na promoção turística da cidade, é o próprio Centro Histórico e o seu património edificado, um conjunto que desse modo testemunha das diferentes épocas de ocupação humana.

O Guia disponível na página da Câmara exemplifica isso mesmo, embora seja complementado por um vídeo promocional que chama a atenção para os quotidianos urbanos, a gastronomia, as vivências, os sentimentos e para a envolvente da cidade, com particular referência para a herança megalítica e romano-islâmica. Os materiais e propostas de visitas disponibilizados pelas outras duas entidades não distam muito das propostas divulgadas pelo município<sup>24</sup>.

Túlio Espanca publicou em 1949 um trabalho intitulado *Évora. Guia histórico-artístico*<sup>25</sup>, que posteriormente foi objeto de reedições<sup>26</sup>. Para uma leitura de síntese, este será ainda hoje o auxiliar mais completo do visitante que queira conhecer o património edificado histórico eborense e a base da cartografia de apoio disponível *online* e no Posto de Turismo de Évora.

A nossa proposta de valoração patrimonial, especificada na elaboração de um itinerário intitulado *Percurso pela Évora Militar Oitocentista*, concebe-se uma proposta de maior diferenciação em termos de promoção turística do património histórico e cultural eborense, sobretudo o seu edificado. Propõe-se um novo olhar sobre a cidade,

---

<sup>24</sup> Cf. a Câmara Municipal de Évora <http://www2.cm-evora.pt/guiaturistico/default.asp> (acedido em 18.05.2013) e Posto de Turismo de Évora, <http://www.visitalentejo.pt/pt/catalogo/o-que-fazer/postos-de-turismo/posto-de-turismo-de-evora/> (acedido em 18.05.2013) e, também, Turismo do Alentejo <http://www.visitalentejo.pt/pt/> (acedido em 18.05.2013).

<sup>25</sup> Túlio Espanca, *Évora. Guia Histórico Artístico*, 1949.

<sup>26</sup> Para um conhecimento mais aprofundado sobre a evolução dos guias de turismo em Portugal e os produtos desta tipo existentes para Évora, anteriores à publicação de Túlio Espanca referida no texto cf. Ana Cardoso de Matos e Maria Luísa F.N. dos Santos, *Os guias de turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)*. In *Geo-Critica, Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Vol. III, n.º 167, 15 de junio de 2004.

numa lógica de oferta temática, similar ao que, no campo dos percursos urbanos é feito, por exemplo, para a cidade de Lisboa<sup>27</sup>.

Em anexo ao corpo da dissertação, encontram-se as fichas de inventário sobre os edifícios ocupados pelo exército em Évora<sup>28</sup> e sobre os corpos militares existentes na cidade<sup>29</sup>. Estas foram elaboradas com o objetivo de sistematizar toda a informação recolhida, mas que igualmente contribuam como material integrante da proposta de valorização, nomeadamente para o itinerário incorporado como guia turístico.

---

<sup>27</sup> Cf. as múltiplas propostas de itinerários temáticos oferecidas e divulgadas em destaque na página da Divisão de Promoção e Comunicação Cultural/Direção Municipal de Cultura, da Câmara Municipal de Lisboa: <http://itematicoslisboa.blogspot.pt/> (acedido em 18.05.2013).

<sup>28</sup> Ver Anexo C – Fichas de Inventário dos Edifícios

<sup>29</sup> Ver Anexo D – Ficha de Inventário dos Corpos Militares.

## **CAPÍTULO I – O PALÁCIO DOS MORGADOS DA MESQUITA: DE ESPAÇO RESIDENCIAL A EDIFÍCIO MILITAR.**

O Palácio dos Morgados da Mesquita está localizado na rua de São Domingos, na freguesia de Santo Antão, Évora. Atualmente é sede da Direção de Doutrina e onde se encontra o Gabinete de Atendimento ao Público<sup>30</sup>.

Embora a sua arquitetura chã<sup>31</sup> contribua para a relativa discrição face ao edificado envolvente, este é um dos vários edifícios apalaçados que conferem a Évora a sua traça distintiva. O edifício situa-se na Rua de São Domingos, estando limitado a norte pela Rua de S. Brás e a sul pelo Teatro Garcia de Resende, que ajuda a localizar este palácio de arquitetura discreta<sup>32</sup>.

A sua importância histórica tem origem não só na notoriedade dos seus proprietários, brevemente referidos por Túlio Espanca na obra *Inventário Artístico de Portugal: Concelho de Évora*, mas também nas obras de arte que nele se encontram. Referimo-nos, nomeadamente, às telas mitológicas do pintor Cyrillo Wolkmar Machado, que deram nome à sala onde se encontram, a Sala do Cupido.

Do ponto de vista da presente dissertação, o Palácio dos Morgados da Mesquita ganhou “destaque” quando passou a ser sede de Comando e Quartel-General da 4.<sup>a</sup> Divisão Militar na década de 1880, prevenindo-se assim a sua possível ruína. É com esta nova função que pudemos traçar um eixo temporal (de 1868 a 1926). Estudar o edifício e a sua história – os seus proprietários e a lenda da família nobre “Da Mesquita” – permitiu o apuramento das diversas transformações a que o imóvel foi sujeito e uma melhor compreensão da importância deste no conjunto do edificado com valor

---

<sup>30</sup> A sua origem provém do Distrito de Recrutamento.

<sup>31</sup> Cf. Túlio Espanca – *Inventário Artístico de Portugal: Concelho de Évora ( Volume I)*, 1966, p. 255. A arquitetura chã caracteriza-se pela sua simplicidade, os edifícios são de linha reta e pouco decorados.

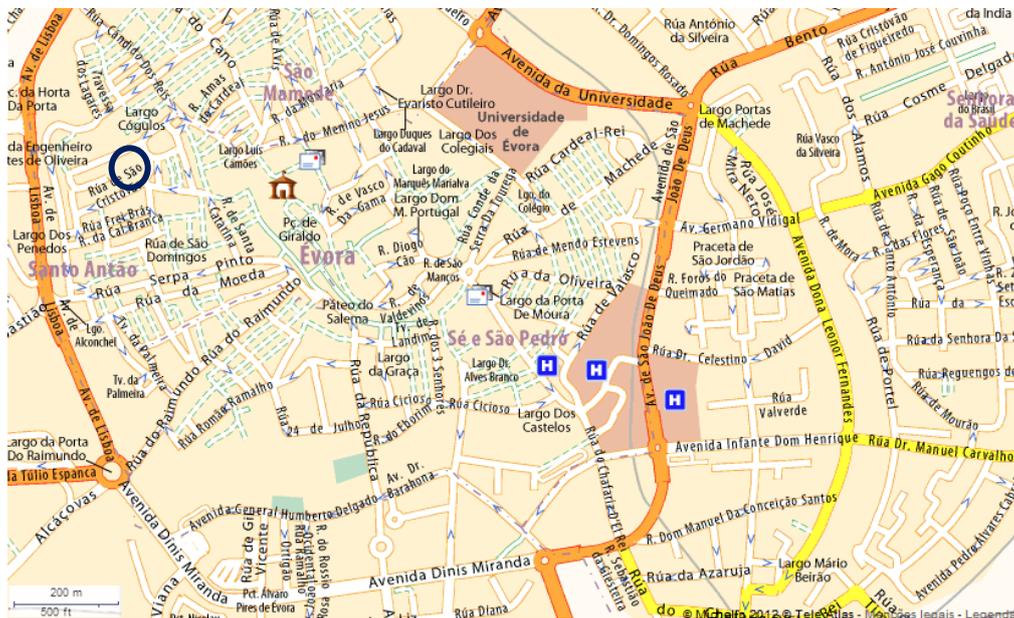
<sup>32</sup> Confira-se Mapa 1.

**Figura 1 - Fachada do Palácio dos Morgados da Mesquita**



Créditos fotográficos: Joana Machado, 2012

**Mapa 1- Évora: localização do Palácio dos Morgados da Mesquita.**



Adaptado de Via Michelin – Mapa Alentejo<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Confira-se no site: [http://www.viamichelin.pt/web/Mapas-plantas/Mapa\\_planta-Alentejo--Beja-Portugal?strLocid=31NHpd20xMGNNemd1TWpRMk9UVT1jTFRndU1UQXpPRFE9](http://www.viamichelin.pt/web/Mapas-plantas/Mapa_planta-Alentejo--Beja-Portugal?strLocid=31NHpd20xMGNNemd1TWpRMk9UVT1jTFRndU1UQXpPRFE9) (acedido em 30.08.2012)

patrimonial que caracteriza atualmente o Centro Histórico de Évora, reconhecido como Património Mundial da UNESCO desde 1986.

## 1. A ORIGEM E PROPRIEDADE DO EDIFÍCIO

Os fundadores do Palácio hoje conhecido pelo nome de Palácio dos Morgados da Mesquita foram o 1.º Conde do Prado, D. Pedro de Sousa e sua esposa, D. Joana de Melo. Esta informação localiza temporalmente a construção do edifício no século XVI. Provavelmente, posterior a 1526, uma vez que D. Pedro de Sousa recebeu o título de 1.º Conde do Prado nesta data, *em recompensa dos seus serviços em África*<sup>34</sup>.

De acordo com Afonso de Carvalho, o terreno onde o Palácio foi construído pertencia ao Convento de São Domingos<sup>35</sup> e situava-se na rua de São Cristóvão onde se localizava o curral do convento<sup>36</sup>. Este autor refere ainda que a rua recebeu nova denominação no século XVI, devido à *existência de uma pintura mural de santo ou, talvez mesmo, de um nicho ou de uma ermida em honra de S. Cristóvão*. A partir dessa época, a designação de Rua de S. Cristóvão terá substituído a antiga Rua dos Gallegos, existente desde 1335<sup>37</sup>.

O túmulo dos fundadores do Palácio estaria na capela do convento, uma vez que estes financiaram algumas das obras de ampliação da casa religiosa<sup>38</sup>. Embora não tenhamos recolhido documentos que nos permitam afirmações mais categóricas, esta circunstância provavelmente não terá sido alheia ao facto de o Palácio ter sido construído num terreno pertencente à cerca do convento de S. Domingos, como já foi referido anteriormente.

A época de construção do Palácio correspondeu a um período durante o qual Évora teve uma assinalável importância cultural e artística relacionada com a presença

---

<sup>34</sup> Cf. Afonso Zúquete, *Nobreza de Portugal*, p. 176.

<sup>35</sup> Cf. Afonso de Carvalho, *Da toponímia de Évora, dos meados do século XII a finais do século XIV* (Vol. I), pp. 185-186.

<sup>36</sup> Confira-se Mapa 2.

<sup>37</sup> Cf. Afonso de Carvalho, *Op. Cit.*, 2004, p. 186.

<sup>38</sup> Cf. Fr. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, pp. 421-422.

Mapa 2- Évora: localização do Palácio dos Condes de Prado<sup>39</sup>



Fonte: BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, 1988, p. 593

<sup>39</sup> Localização feita sobre o mapa “Ocupação funcional nos séculos XIV e XV: comércio, armazenagem e transformação”, de Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, 1988, p.593.

da Corte na cidade<sup>40</sup>. Neste período foram construídas várias casas apalaçadas e ocorreu uma expansão urbana que consolidou dois espaços de elevada importância para a cidade: Praça do Giraldo<sup>41</sup> e Largo das Portas de Moura<sup>42</sup>. Com o crescimento destes dois espaços, foi necessário reforçar o *eixo urbano do percurso de ligação daqueles espaços, prolongado para noroeste, em direção ao Convento de S. Domingos e para sul, em direção ao Palácio Real*<sup>43</sup>. Ora, o palácio da família Conde do Prado situava-se, exatamente, na zona de expansão para noroeste:

*Progressivamente, a estrutura urbana vai-se definindo, acentuando-se a importância das principais praças públicas (Pr. do Giraldo e Largo das Portas de Moura) e do eixo de ligação destas entre si e aos Conventos de S. Domingos e S. Francisco. Este eixo é constituído pela Rua da Porta Nova (atual Rua Elias Garcia), Rua Ancha (atual Rua João de Deus), Rua do Paço (atual Rua da República) e Rua dos Infantes (atual Rua Miguel Bombarda) (...).*

*Foi neste período que se construíram as arcadas que ladeiam a Rua João de Deus (antiga Rua Ancha) e a Praça do Giraldo. Também as antigas estradas de ligação ao exterior são, cada vez mais, vias urbanas, desenvolvendo-se em seu redor quarteirões de dimensões e estruturas regulares, com uma tipologia urbanística característica, pontualmente quebrada por edifícios de maior representatividade (C.M.E., 1978/1979, relatório nº 28, p.1.6)<sup>44</sup>.*

De acordo com Túlio Espanca, o Palácio objeto de estudo esteve longos anos em poder dos descendentes, os marqueses das Minas, passando, mais tarde, ao domínio de

---

<sup>40</sup> Cf. Maria Domingas Simplício, *O espaço urbano de Évora: contributo para melhor conhecimento do sector intramuros*, p. 28.

<sup>41</sup> Sobre a importância da Praça do Giraldo para a história da cidade de Évora cf. confira-se nomeadamente: José Maria da Silva Pinto Barbosa, *Da Praça Pública em Portugal*, 1993, p. 223-224; Afonso de Carvalho, *op. cit.*; Túlio Espanca, *op. cit.*, 1966, p. 260; Túlio Espanca, *op. cit.*, 1949, p. 29-30; Manuel de Carvalho Moniz, *A Praça do Giraldo*, 1984, p. 7-12; Helena Cristina Peixe Mourato, *Salvaguarda da imagem urbana de natureza histórica de Évora: a Praça do Giraldo*, 2000, p. 25-46; Filomena Monteiro, Maria do Céu Tereno, *A Praça de Giraldo e o seu papel no desenvolvimento urbano da cidade – Évora*, p. 6-8.

<sup>42</sup> Sobre a importância do Largo das Portas de Moura para história da cidade de Évora cf. confira-se nomeadamente: Afonso de Carvalho, *op. cit.*; Túlio Espanca, *op. cit.*, 1949, p.68-69; Túlio Espanca, *Évora: arte e história*, 1980, p. 30; Claudino de Almeida, *Ruas de Évora: subsídios para a explicação dos seus nomes*, 1934, p. 60

<sup>43</sup> Cf. Maria Domingas Simplício, *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>44</sup> Cf., Maria Domingas Simplício, *Évora: algumas etapas fundamentais na evolução da cidade até ao século XIV*, 1991, p. 9.

*D. Garcia de Castro, do Conselho da Corôa e Governador da praça norte africana de Mazagão, em tempos de D. Sebastião*<sup>45</sup>.

Já no final do século XVI, sabe-se que os seus proprietários eram D. Garcia de Castro, conselheiro de D. Sebastião e Governador da praça africana de Mazagão, e sua esposa, D. Isabel de Menezes, pais de D. João de Castro, que foi presidente do Senado de Lisboa e 2.º Governador-geral do Algarve.

Em 1637, o proprietário do palácio seria um descendente de D. Garcia de Castro, que curiosamente terá sido morto na Praça do Giraldo pelo alcaide Luís Roiz Matoso. O episódio terá tido lugar durante as famosas “*Alterações de Évora*”, ocorridas na cidade na fase final do domínio filipino. Quando o descendente de D. Garcia de Castro procurou saber o que se passava com o seu criado que estaria implicado nos tumultos, dirigiu-se a Luís Roiz Matoso, alcaide da vara da cidade. Segundo consta, a discussão terá tido lugar na Praça Grande (Praça do Giraldo) local onde os dois personagens terão chegado a vias de facto, dando origem a um duelo que terminou com a morte do fidalgo<sup>46</sup>.

Os dados coligidos não são esclarecedores quanto à continuidade do Palácio na família Castro. O certo mesmo é que passado um século, a propriedade já pertenceria à família Mesquita e, sobre esta mudança de proprietários, não nos foi possível apurar informações específicas.

O primeiro proprietário da família “Da Mesquita” foi D. João Da Mesquita, capitão de Cavalos na década de 1770. Não há certezas da data concreta da compra, mas pensa-se que Cyrillo Wolkmar Machado terá pintado as telas no ano de 1774 e, de acordo com João Rosa, *o morgado* [D. João Da Mesquita, que era amigo de Wolkmar Machado] «*hospedou-o generosa e galhardamente e, em sua casa se demorou, sempre ocupado*»<sup>47</sup>.

Reza a lenda que o apelido “Da Mesquita” provém da tomada de Arzila, na qual cinco irmãos, da família Pimentel, de Vila Real, não conseguindo tornar possível o

---

<sup>45</sup> Cf. Túlio Espanca, *Évora: Arte e História*, 1987, p. 18.

<sup>46</sup> Informações mais pormenorizadas encontram-se na obra do autor Joaquim Palminha Silva, *Monografia da freguesia de Santo Antão*, pp. 90-91.

<sup>47</sup> Cf. João Rosa, *Pintores dos séculos XVIII e XIX no Alentejo: dois curiosos painéis decorativos na residência senhorial dos Morgados da Mesquita em Évora*, p.15.

assalto à praça, que era defendida bravamente pelos Mouros, decidiram optar por uma outra estratégia, ou seja, tiraram os cintos, ataram-nos uns aos outros e lançaram o “forte e seguro cabo” às ameias do castelo; empunhando uma bandeirascas, treparam pelo cabo e entraram pela mesquita, matando os sarracenos que aí se tinham entrincheirado e deram entrada aos outros cristãos. O rei D. Afonso V, em homenagem a uma estratégia audaciosa, mudou o apelido dos irmãos e concedeu-lhes um novo e honroso brasão de armas, assim constituído: «Em campo de ouro, cinco cintos com sete flores de liz. Por timbre, um mouro em meio corpo, de azagaia na mão, e bandeira de prata»<sup>48</sup>. Alguns autores referem que João Afonso Pimentel seria o pai dos cinco guerreiros de Arzila, mas não há confirmação<sup>49</sup>.

A existência dos Mesquita está intimamente ligada ao Alentejo, pois diversos representantes da família que receberam títulos e tinham importantes cargos relativos aos ramos de atividade existentes no Alentejo (administração pública, na milícia, na Igreja, no Santo Ofício, entre outros). E as casas que eram de sua propriedade, entre elas o Palácio em estudo, foram sempre ocupadas pelos descendentes até meados do século XIX.

O último proprietário desta família nobre foi João Da Mesquita, cavaleiro da Casa Real, tenente-coronel das milícias de Évora, último morgado de Almeida, Vila Nova de Zambujal e senhor de São Manços; que faleceu em 1867<sup>50</sup>. Em 1871, já depois de morte de João Da Mesquita, existem informações de que ainda viviam no Palácio três das suas quatro irmãs (D. Maria Francisca, D. Maria das Necessidades e D. Inês). No entanto, devido a uma herança deixada por uma tia, D. Inês de Mesquita Saldanha, a família dispersou-se, os bens foram divididos e o palácio foi vendido “*por seis contos!*” a Luiz Valente<sup>51</sup>.

Ao comprar o edifício, Luiz Valente Pereira Rosa atuou à semelhança de muitas outras famílias abastadas de Évora que, durante o século XIX, compraram imóveis apalaçados na cidade para fazerem deles a sua residência urbana e elemento de distinção

---

<sup>48</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>49</sup> Para mais informação da linhagem Pimentel: cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa – *Os Pimentéis, Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: INCM, 2000.

<sup>50</sup> João Rosa apelida o primeiro fidalgo Da Mesquita proprietário do palácio de “o velho morgado” (p. 13).

<sup>51</sup> Cf. idem, *ibidem*, p.13.

social<sup>52</sup>. Por circunstâncias que não detalhámos, a propriedade acabou por estar na posse da família durante um período de tempo relativamente curto.

Foram os herdeiros de Pereira Rosa que acabaram por vender o edifício ao Estado para aqui se instalar o Comando da Brigada de Évora. Em 1884 o edifício albergava já o Quartel-General e, em 1893, a Câmara Municipal de Évora solicitou ao Ministério da Guerra a instalação no Palácio de vários serviços do Exército, que se encontravam disseminados pela cidade, e cujos encargos mensais estavam a cargo da edilidade. O tribunal militar e a residência do comandante da respetiva Região Militar foram outras valências instaladas no Palácio que, assim, adquiria uma particular relevância como espaço de concentração da estrutura militar de topo com alcance regional.

Após a implantação da República, em 1911, a designação da 4.<sup>a</sup> Divisão Militar Territorial passou a 4.<sup>a</sup> Divisão Militar e a sede manteve-se no Palácio. Em 1926, já durante a Ditadura Militar, foi transformada em 4.<sup>a</sup> Região Militar. Em 1941, foi adquirido um terreno adjacente para a ampliação do quartel-general, sendo a DGEMN/DREMS responsável pelo projeto de ampliação levado a cabo em 1946<sup>53</sup>. Em 1951 foi adquirido um outro terreno adjacente (com 1.130m<sup>2</sup>) para a construção das oficinas mecânicas, que hoje já não se encontram ativas.

Em 2002, foi elaborado um despacho de abertura do processo para a classificação do imóvel pelo IPPAR, mas em 2008 foi revogado pelo Conselho Consultivo do IGESPAR, uma vez que está classificado como Monumento Nacional por se encontrar abrangido pelo n.º 7, do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001: *os bens culturais*

---

<sup>52</sup> Cf. Helder Adegar Fonseca, *Elites Económicas Alentejanas, 1850-1870: anatomia empresarial e social*, p. 720:

*A partir da década de 1830 são muitos os casos documentados sobre compra e recuperação de casas nobres: famílias como as de Moura Amaral, Rosado de Carvalho, Cruz Camões, os Fernandes, Perdigão, Fiuza, Pereira Rosa, Pinheiro, Sousa Matos e ainda as dos Fernandes, dos Lopes e dos Soares são algumas das que, até à década de 1870, compraram prédios apalaçados na cidade para neles instalarem a nova moradia urbana .*

<sup>53</sup> Cf. *Diversas obras de adaptação, reparação e conservação do Quartel General da 4.<sup>a</sup> Região Militar*, 1946. Documento SIPA, PTDGEMN:DSARH-006/092-0290/02.

*imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respectiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional*<sup>54</sup>.

A história relativa à posse do palácio, especialmente pelo que já foi mencionado nas páginas anteriores, necessita que se façam agora algumas referências específicas, sem pretender ser exaustivo, ao próprio convento de S. Domingos.

Os frades dominicanos chegaram à cidade e aí se estabeleceram por volta do ano de 1286, com licença régia de D. Dinis. Em 1298 iniciou-se a construção do Convento de São Domingos de Évora, fora da Cerca Velha da cidade, tendo como fundadores padroeiros Martim Anes e sua esposa D.<sup>a</sup> Catarina Anes:

*O Convento de S. Domingos, que fundaraõ Martim Annes, Cavalleiro desta Cidade, & sua mulher D. Catherina, reynando El Rey Dom Dinis, pelos anos de 1286. os quaes lhe deixaraõ casafas, vinhas, herdades, adegas, louça. Lagares, & tudo quanto posuhiaõ, sem pòr mais obrigação, nem encargo ao Convento, do que hũa Missa quotidiana pelas almas de seu marido, & sua ; o fundador está sepultado no Coro debaixo da cadeira do Superior, & da banda de fóra ao pé do púlpito , onde se costuma dizer o Euangelho, está este letreiro: Sepultura do nobre Martim Annes, que começou edificar este Mosteiro. Cænobitæ gratitudinis ergo posuerunt : quer dizer, que os Frades em razão de agradecimento lhe deraõ tal jazigo. Da outra banda debaixo da cadeira do Prior, & na parte de fóra ao pé do púlpito, onde se canta a Epistola, está enterrada sua mulher cõ este epitáfio: sepultura da nobre Dona Catherina, mulher que foy de Martim Annes, a qual fundou este Mosteiro, & em sua vida o dotou de todos os seus bês*<sup>55</sup>.

No século XVI, os primeiros Condes do Prado, D. Pedro de Sousa e D. Joana de Melo, financiaram o aumento do Coro, para que ficasse proporcional com o resto da igreja, tendo assim o benefício de terem as suas lajes jazentes nessa mesma igreja. Daí a hipótese já anteriormente referida de a ligação entre os Prado e o Convento, a qual terá, eventualmente, favorecido a aquisição de terreno na cerca para a edificação do Palácio.

---

<sup>54</sup> Lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (cf. *DIÁRIO DA REPÚBLICA— I SÉRIE-A* N.º 209 — 8 de Setembro de 2001).

<sup>55</sup>Cf. Pe. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contém; varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, edifícios, & outras curiosas observaçoens*, p. 421.

Com a Secularização, em 1834, o convento ficou abandonado e, em 1836, iniciaram-se as obras de demolição para aí se fazer uma praça pública: *um adiantamento a uma petição do governador civil do distrito António José de Ávila, futuro Marquês de Ávila e Bolama, feito à rainha D.Maria II, feito em 21 de Maio, «para em seu local se fazer uma praça pública»*<sup>56</sup>. Túlio Espanca faz uma pequena descrição da dimensão da igreja, que segundo ele, ocuparia uma grande área da atual Praça Joaquim António de Aguiar<sup>57</sup>, parte da área do Teatro Garcia de Resende. A entrada da dita igreja seria voltada para lado ocidental, *possivelmente compreendida no local do alpendre do mesmo teatro, quase nivelada com a fachada Sul do Palácio dos Mesquita Pimentais*<sup>58</sup>. O convento continha obras artísticas dos séculos XIV ao XVIII, dos quais poucos não foram destruídos, como algumas das abóbadas manuelinas e barrocas e uma parte do claustro gótico. Outras foram transferidas para outros locais, como é o caso dos dois portais renascentistas em mármore: um foi colocado na entrada do Cemitério dos Remédios e o outro no Seminário de Évora; da capela de Nossa Senhora do Rosário, reconstruída na igreja de Santo Antão; e de duas pinturas da autoria de Luís de Morales, onde estão representados São João Baptista e São João Evangelista, e que se encontram no espólio do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa<sup>59</sup>.

O autor Joaquim Palminha Silva relata que os restos do Convento foram aproveitados num projeto urbanístico, tendo subsistido *as chaves de fecho de algumas abóbadas com simbologia renascentista (símbolo heráldico de Portugal, Ordem de Cristo, Ordem de Avis e Ordem de S. Domingos), uma ou outra coluna primitiva, caixilhos de portas seiscentistas, etc*<sup>60</sup>.

---

<sup>56</sup> Cf. Túlio Espanca, *Breve notícia sobre o demolido Convento de S. Domingos*, in *A Cidade de Évora*, n.ºs 35-36, Janeiro – Dezembro, 1954, p. 154.

<sup>57</sup> Praça que fora Largo de S. Domingos e, a partir de 1836, foi denominada por Praça D. Pedro IV.

<sup>58</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1954, p.155.

<sup>59</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1966, p. 255.

<sup>60</sup> Cf. Joaquim Palminha Silva, *Monografia da freguesia de Santo Antão (subsídios para a sua história)*, p.70.

## 2. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

A Évora quinhentista era um centro cultural e artístico, enriquecido pelas construções de palácios, colégios, igrejas e outros edifícios, entre os quais o Palácio dos Morgados da Mesquita. A evolução cultural e artística da cidade deveu-se, sobretudo, à permanência da Corte na cidade que, ao favorecer o crescimento da malha urbana, na qual veio a inscrever-se o novo edifício.

O Palácio dos Morgados da Mesquita conserva, exteriormente, os traços arquitetónicos da época de seiscentos, data de uma possível reforma em todo o edifício, embora não exista documentação fidedigna que comprove a intervenção. O edifício apresenta uma planta oblonga e é composta por dois pisos. O piso superior iluminado por dezoito janelas de sacada, com ombreiras e cornijas direitas de granito, complementadas por grades de ferro forjado, que foram introduzidas já no século XIX<sup>61</sup>. Preserva o seu telhado de quatro águas e a fachada principal é rasgada pela Rua de São Cristóvão, originando o seu túnel assimétrico<sup>62</sup> com *abóbadas de cruzaria fortemente contrafortada*<sup>63</sup>, que divide o edifício em dois corpos – sul e norte. O corpo sul é onde se localiza atualmente a residência oficial do General, antigamente do Comandante da Região Militar.

**Figura 2.1 - Túnel que divide o Palácio dos Mesquita em dois corpos. Visto da Rua de São Domingos.**



Foto cedida pela Direção de Doutrina de Évora, 2002.

**Figura 2.2 - Túnel do Palácio da Mesquita visto da Rua de São Cristóvão para a Rua de São Domingos.**



Créditos fotográficos: Joana Machado, 2011.

<sup>61</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1966, p. 255.

<sup>62</sup> Confira-se Figura 2.1.

<sup>63</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1966, p. 255;  
Confira-se Figura 2.2.

O piso térreo seria composto pelas cavaliariças, cocheiras e dispensas. O piso superior seria o piso nobre, onde ainda podem ser vistos alguns trabalhos mais elaborados no estuque a *escaiola*. Túlio Espanca afirma que há dependências no piso térreo com valor arqueológico<sup>64</sup>, graças aos seus tetos de estuque trabalhados e coloridos. O autor descreve a principal dependência deste piso, sublinhando que conserva a sua *abóbada abatida, de tabelas clássicas, rompentes de mísulas engalanadas, prismáticas*<sup>65</sup>, com cartelas redondas e ovóides, enfeitadas com grinaldas de *lambrequins farfalhudos, estando dois dos painéis armorejados com escudos partidos, dos Castro dos seis besantes*<sup>66</sup>.

No corpo sul, no piso superior, o mesmo Túlio Espanca destaca a Sala do Cupido, que daria acesso ao varandim dos jardins e cuja designação se deve a dois dos seis painéis da autoria de Cyrillo Wolkmar Machado, representando Cupido. Esta sala é de planta retangular e nas paredes encontram as seis obras a óleo sobre tela e de temática mitológica. As duas maiores telas, representando Cupido, são intituladas por Túlio Espanca como “*Três Graças levando Cupido em triunfo numa quadriga*”<sup>67</sup> e “*Castigo de Cupido pelas Três Graças*”; na primeira, Cupido é transportado numa quadriga, puxada pelas Graças, que ao mesmo tempo cobrem o chão de flores; na segunda, *como castigo pelas travessuras do Amor, este [Cupido] é desarmado e amarrado a uma árvore, que pode ser um sobreiro e, sobre o mais, [as Graças] arremessam-lhe flores, numa gentil atitude agressiva*<sup>68</sup>. Estes dois painéis encontram-se ladeados por pinturas com temas pastoris e marinhas, que, de acordo com Túlio Espanca, preanunciam as formas de

Figura 3 - *Três Graças levando Cupido numa quadriga.*



Foto cedida pela Direção de Doutrina de Évora, 2002.

<sup>64</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1966, p. 255.

<sup>65</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 255.

<sup>66</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 255.

<sup>67</sup> Confira-se Figura 3.

<sup>68</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1954, p. 15.

Jean-Baptiste Pillement<sup>69</sup>, *sotopostos em medalhões elípticos e ovóides, querubins e alegorias mitológicas em grisaille*<sup>70</sup>. João Rosa, por sua vez, a propósito das ditas telas destaca:

*São soberbos de desenho e colorido, na sua encantadora sobriedade, os dois painéis – no tom das carnes, nos contrastes dos panejamentos, no próprio ambiente, a ressaltarem das fundações; e o seu estado de conservação, felizmente, muito honra os oficiais gerais que por aquele algo histórico palácio tem passado*<sup>71</sup>.

Os outros quatro painéis (1,46 x 0,80 m) representam divindades mitológicas. Ao analisar os símbolos que ostentam, é possível desvendar três das divindades:

- Ceres (deusa romana dos frutos e da terra) representada com uma cornucópia (símbolo da fertilidade);
- Diana (deusa romana da caça, da Lua e da Castidade) representada com a tocha;
- Flora (deusa romana das flores) representada com uma grinalda de flores.

Além destas telas, tanto João Rosa como Túlio Espanca, mencionam uma capela, que teria existido no corpo sul do edifício, com *frescos* e azulejos da autoria de Wolkmar Machado. Esta capela era o oratório privativo da família, como acontecia em muitas casas nobres, e foi nesta mesma capela que *se realizou, em Dezembro de 1805, com toda a pompa, embora por procuração, a cerimónia nupcial do enlace de D. Fernando Da Mesquita de Reboredo, filho de João Da Mesquita, com D. Maria Liberato da Costa e Ataíde e Teive de Sousa Coutinho*<sup>72</sup>. Infelizmente, não há vestígios da dita capela. Os painéis restantes que decoram as bandeiras das portas<sup>73</sup>, são compostos por paisagens diversas: urbanas, zonas industriais, vales e marítimas. Já as

---

<sup>69</sup> Pintor francês (1728-1808) conhecido pela delicadeza das suas paisagens. Reconhecido pela sua influência artística que expandiu o estilo *Rocaille* e o gosto pela *Chinoiserie* na Europa. Esteve em Lisboa e participou na decoração de um dos salões do Palácio de Seteais, que hoje se designa *Sala Pillement*.

<sup>70</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1966, pp. 255-256.

<sup>71</sup> Cf. João Rosa, *Op. Cit.*, pp. 15-16.

<sup>72</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 16.

<sup>73</sup> Confira-se Figura 4.1.

ombreiras de alguns arcos no interior apresentam murais coloridos e com representações alegóricas aos habitantes locais<sup>74</sup>.

**Figura 4.1 - Bandeira de uma porta da residência oficial**



**Foto cedida pela Direção de Doutrina de Évora, 2002.**

**Figura 4.2 - Pintura mural em arco na residência oficial.**



**Foto cedida pela Direção de Doutrina de Évora, 2002.**

---

<sup>74</sup> Confira-se Figura 4.2.

### 3. FUNCIONALIDADE(S)

Normalmente, os edifícios adquiridos para novas funções, sofrem alterações estruturais e/ou artísticas. Muitos dos edifícios que foram alienados ao património edificado do Ministério da Guerra foram adaptados para neles se estabelecer um Corpo ou uma Unidade do Exército Português, pois as verbas utilizadas eram escassas e era mais proveitoso, no sentido de ser menos dispendioso, utilizá-las em obras de adaptação de um edifício para novas funções.

Após a extinção das Ordens Religiosas, o seu património foi incluído na Fazenda Nacional e, quando alguns dos edifícios passaram para a tutela do Ministério da Guerra, foram utilizados como quartéis, sofrendo alterações, umas mais drásticas que outras. Esta alienação de património serviu para responder à necessidade da existência de “*bons quartéis*”, originando boas condições de habitabilidade a soldados e a oficiais. Esta preocupação deveu-se ao problema da rápida propagação de doenças nas casernas, causadas pela má ventilação e pela aglomeração de homens neste compartimento. É claro que as obras de adaptação teriam, também, de compreender o abastecimento de água, substituição do pavimento de madeira por outro mais impermeável e de fácil limpeza, entre outras<sup>75</sup>.

Neste caso, e desenvolvendo um aspeto que já anteriormente se enunciou, o palácio dos Morgados da Mesquita foi vendido ao Estado e posteriormente foi aí instalado o Comando da Brigada de Évora, o tribunal militar e a residência do comandante da respetiva região militar, ainda no século XIX. Em 1884, passou a ser a sede da 4.<sup>a</sup> Divisão Militar, transformada em 1926 em 4.<sup>a</sup> Região Militar. Já na década de 1960 passou a ser 3.<sup>a</sup> Região Militar, albergou o Centro de Recrutamento de Évora, o Tribunal Militar, a Polícia Judiciária Militar de Évora e, atualmente, a Direção de Doutrina e Gabinete de Atendimento ao Público. Ao longo dos tempos foi sofrendo alterações, de maneira a que o espaço correspondesse às necessidades da instituição aí sediada e, de certa maneira, ao que os Generais quisessem.

---

<sup>75</sup> Cf. Isilda Braga da Costa Monteiro e Fernanda Paula Sousa Maia, *Os quartéis na segunda metade do século XIX – uma questão de saúde no âmbito militar*, p. 261.

O corpo norte do edifício era onde funcionava o quartel, assim como a parte administrativa deste. As divisões do piso térreo, tais como as cocheiras, as cavalariças e as dispensas, foram adaptadas às diferentes repartições existentes num quartel. No primeiro claustro do corpo norte ficaram instalados os serviços de formação e recrutamento, sendo a Sala de Armas, a primeira sala à direita da entrada, preservada na sua função original. No segundo claustro, as cavalariças mantiveram-se, assim como a arrecadação e a “casa” do grão, que eram dependências diretas das cavalariças. Mas as outras dependências foram refuncionalizadas, isto é, as cavalariças foram adaptadas a caserna de praças (dormitório de soldados e cabos), incluindo a casa de banho; a cozinha e o refeitório. Porém, com a passagem da sede da Região Militar do Sul para o Castelo dos Dragões (aspeto que será tratado no capítulo seguinte), as cavalariças, o refeitório, a cozinha e a caserna foram transformadas, respetivamente, em bar de praças e sargentos, serviços administrativos e salas de formação, enquanto as divisões do primeiro claustro se mantiveram. Porém, ainda são visíveis no segundo claustro as argolas onde se prendiam as rédeas dos cavalos e onde provavelmente lhes seriam colocadas as ferraduras e seriam limpos e escovados.

O primeiro andar de todo o edifício era o andar nobre. Relativamente ao corpo norte, eram várias as salas de grande valor artístico, as quais serviram e servem de sala de trabalho e escritório a generais, coronéis e a tenentes-coronéis. Os estuques destas salas de trabalho ainda se encontram preservados, ao contrário da Sala de Honra, que outrora seria a Sala de receção de convidados e visitas, cujo teto está danificado devido às várias obras de modernização do espaço, como a instalação da eletricidade no quartel em 1900. Além disso, nesta sala esteve o departamento da Polícia Judiciária Militar de Évora, tendo sido preciso colocar candeeiros, o que danificou gravemente o estuque.

O corpo sul deste edifício ficou confinado ao comandante da região militar, atualmente é residência oficial dos generais que prestem serviço em Évora. É esta ala que ainda conserva algumas das obras artísticas já referidas.

O piso térreo era composto, no ano de 1900, pela garagem, arrecadações, cozinha e copa. A capela que existia neste edifício foi destruída nos anos de 1930, para obras de adaptação<sup>76</sup>; João Rosa refere a existência da capela e acusa: *foi*

---

<sup>76</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1966, p. 255.

*lamentavelmente deteriorada, destruída mesmo, vai para uma dúzia de anos pela fúria iconoclasta dalguns comandantes nada afeitos a coisas de arte*<sup>77</sup>.

Durante a década de 1940, o edifício sofreu várias obras de conservação e de reparação, não só para ampliar o quartel, mas também para que houvesse condições de habitabilidade. Esta preocupação, juntamente com a higiene nos quartéis, desenvolve-se já no fim do século XIX e será tratada mais ao pormenor no capítulo seguinte, pois está relacionada com a própria organização geral do exército. Contudo, como já se referiu, o propósito era o de evitar as inúmeras baixas devido às várias epidemias e doenças que os tropas desenvolviam nas casernas.

Para a realização das obras, a Direção de Edifícios do Sul (DES) convidava empreiteiros ou construtores civis a apresentarem, de acordo com a proposta enviada aos mesmos, um orçamento dentro das verbas disponíveis para a realização das obras.

Na década de 1940, o edifício foi alvo de várias obras de conservação, de reparação e de ampliação, que transformaram o edifício no que é hoje. Foi neste decénio que o edifício foi ampliado: em 1941 o terreno para o efeito foi adquirido, mas só em 1946/47 é que se procederam às obras na área comprada. No mês de Março de 1943, o Administrador Geral do Exército, Coronel Artur José de Almeida, requereu ao Diretor Geral da DGEMN a reparação e consolidação urgente das paredes divisórias das retretes das praças, as quais se encontravam em mau estado e havia o perigo de uma derrocada. Passados dois meses, foi necessário fazer reparações nas retretes das praças. Em Setembro do mesmo ano, as portas do Quartel-General foram alargadas e as três portas foram uniformizadas em tamanho e aspeto. Mas foi uma obra que requereu estudo, pois *tendo o edifício em referência, características arquitectónicas de interesse, a obra indicada só se admite a título provisório, enquanto se não realizem obras gerais de conservação e adaptação, devendo então ser estudado convenientemente o arranjo geral da fachada*<sup>78</sup>, além do alargamento de um vão de uma porta, a instalação de “um fogão” no gabinete do Chefe de Estado Maior da 4.<sup>a</sup> Região Militar.<sup>79</sup>

---

<sup>77</sup> Cf. João Rosa, *Op. Cit.*, 1946, p. 15.

<sup>78</sup> Cf. SIPA TXT.07382006.

<sup>79</sup> Cf. *Quartel General da 4.<sup>a</sup> Região Militar em Évora*, Documento SIPA, PT DGEMN:REE-0087/02, Caixa n.º 55

Em 1945 foram construídas novas cavalariças, um parque de viaturas e arrecadações, um lavadouro e enxugador de roupa, novas retretes para as praças e um novo bebedouro para o gado<sup>80</sup>.

Em 1946, as obras prioritárias e de maior urgência foram a instalação de um posto Anti-Venéreo e Barbearia, instalação e conserto de canalizações de água e de esgotos de várias dependências, eletricidade em algumas dependências no quartel e na residência do Chefe e do Subchefe do Estado-maior da Região, caiação das dependências da residência do Chefe e Subchefe do Estado-maior da Região. Estas obras seriam incluídas no ano de 1947<sup>81</sup>. Ainda neste ano foram feitas obras de beneficiação do exterior do Quartel-general<sup>82</sup>.

Nos anos de 1947 e 1948, houve a manutenção dos esgotos (reparação e desentupimento) e a reparação de telhados, pinturas de janelas e caixilhos e a colocação de alguns vidros.

Já na década de 1950, o edifício também foi alvo de obras de conservação ou reparação e modernização, como por exemplo as gelosias das janelas, substituição de peitoris de madeira por cimento, pintura dos vãos das janelas, entre outros.

As obras que ao longo dos anos forma sendo efetuadas acabaram por introduzir mudanças no antigo edificado e acrescentaram novas construções ao complexo que servia a Divisão/Região Militar. Sendo certo que os sucessivos trabalhos modificaram a estética e sobretudo a função do edifício original, a alienação deste no Ministério da Guerra permitiu que não ficasse ao abandono ou mesmo em ruínas.

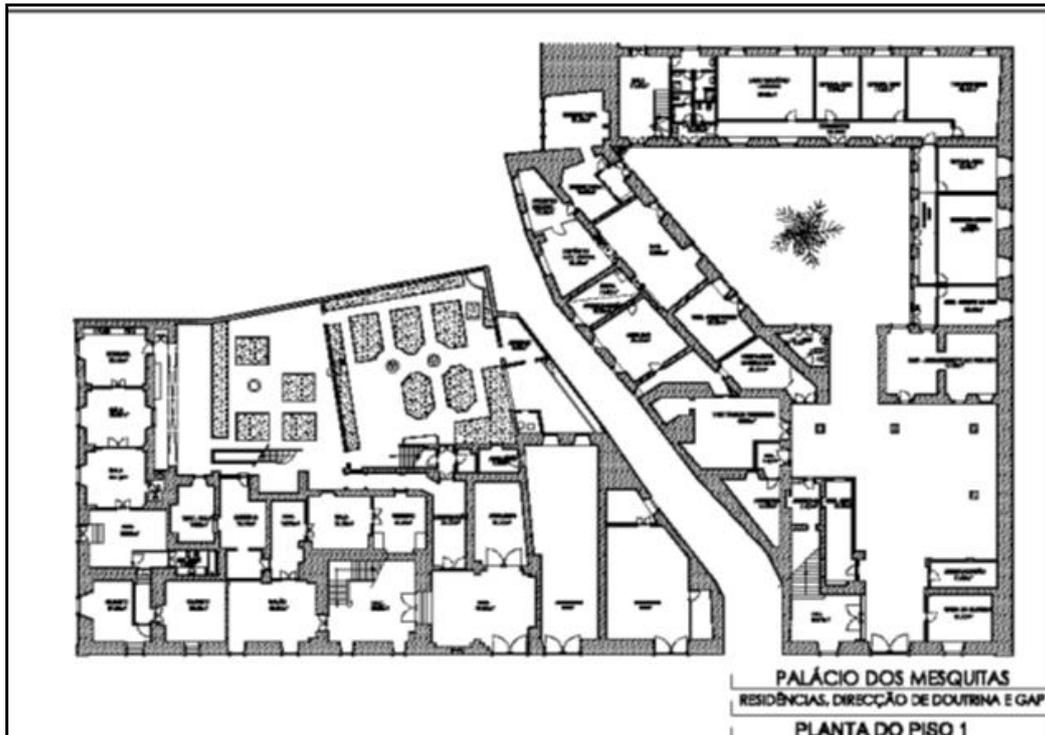
---

<sup>80</sup> Cf. SIPA TXT.07382010.

<sup>81</sup> Cf. *Diversas obras de adaptação, reparação e conservação do Quartel General da 4.ª Região Militar*, 1946. Documento SIPA, PTDGEMN:DSARH-006/092-0290/02

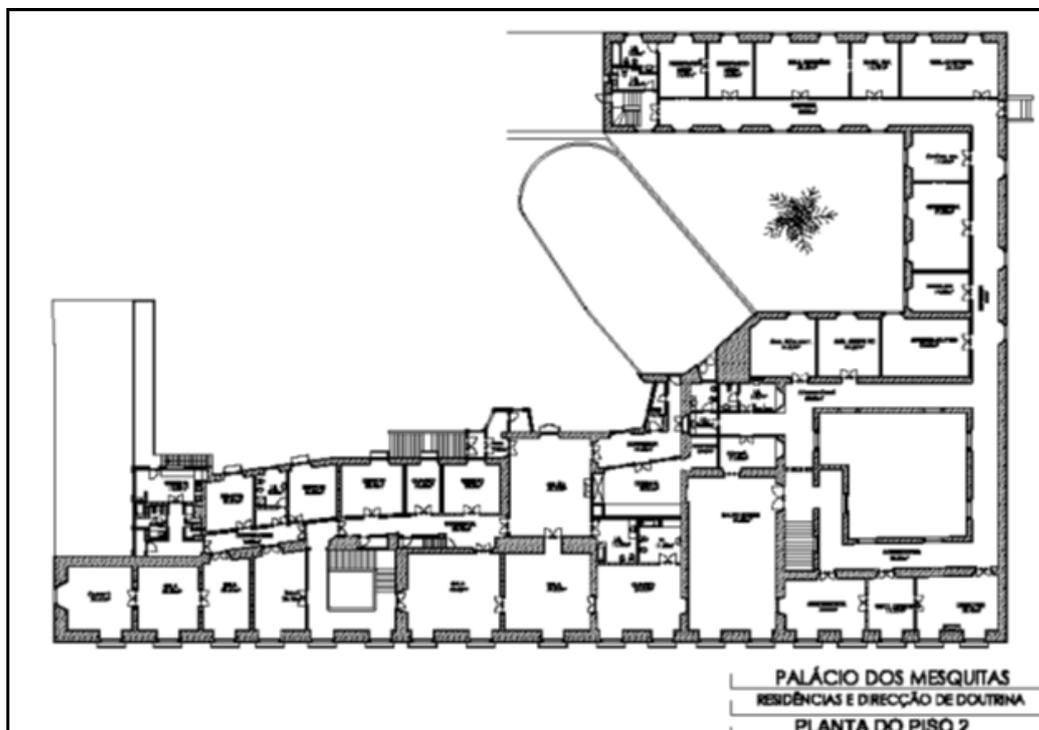
<sup>82</sup> Cf. SIPA TXT.06229382.

Figura 5 - Planta do térreo do Palácio dos Morgados da Mesquita.



Cedido pela Direção de Doutrina de Évora, 2002.

Figura 6 - Planta do piso nobre do Palácio dos Morgados da Mesquita.



Cedido pela Direção de Doutrina de Évora, 2002.

## CAPÍTULO II – A PRESENÇA MILITAR EM ÉVORA NOS SÉCULOS XIX E XX: ASPETOS HISTÓRICOS E PATRIMONIAIS.

*O século XIX corresponde a uma fase de transição entre os exércitos profissionais, dos reis absolutos, e a nova concepção dos exércitos nacionais, semi-permanentes, procurando uma fórmula de adaptação a uma sociedade em rápida expansão e evolução*<sup>83</sup>.

No presente capítulo são analisadas as transformações de que o Exército Português foi alvo durante o século XIX e no princípio do século XX<sup>84</sup>, para que fique evidente a importância estratégica de Évora, do ponto de vista militar, ao longo deste período.

Como a frase supra citada indica, o sentido global das várias reformas visou a estruturação de um exército nacional, capaz de responder às necessidades de defesa de uma nação também ela em processo de mudança institucional e política. Durante este período Portugal, através de ruturas revolucionárias, transformou-se de Monarquia Absoluta em Monarquia Constitucional (1820) e mais tarde em República (1910). Todas estas mudanças, que explicitamente se justificavam no propósito de transfigurar a velha monarquia numa nação desenvolvida, foram acompanhadas das concomitantes transformações no campo militar.

---

<sup>83</sup> Cf. A.N. Ramires de Oliveira, *História do Exército Português (1910-1945)*, 1993, p. 201.

<sup>84</sup> Não abordaremos os arquipélagos, pois estes tinham os próprios comandos, assim como o Exército Ultramarino (cf. A.N. Ramires de Oliveira, *Op. Cit.*, 1995, p. 30). Deste modo, daqui em diante, quando nos referirmos ao Exército Português e sua evolução tratamos de facto das mudanças que se repercutiram sobre o Exército Metropolitano.

Ora, foi precisamente ao longo deste processo de transformação das forças militares da monarquia tradicional em exército nacional que Évora viu reconhecida e mesmo consolidada a sua relevância neste campo. O aspeto mais significativo foi o facto de em 1868, no âmbito de uma reestruturação das divisões territoriais militares, a sede de divisão ter passado de Estremoz para Évora<sup>85</sup>.

Esta nova centralidade da cidade de Évora no quadro da organização territorial do exército português implicou a necessidade de mais espaços e edifícios para alojamento dos vários corpos (unidades e serviços) que tal estatuto implicava. E foi precisamente esta dinâmica que levou o Ministério da Guerra a adquirir, ou a concessionar, imóveis da cidade para fins militares. Imóveis esses que, assim, passaram a ter uma utilização diferente da original ou, pelo menos, diferentes daquela que até ao momento lhes correspondia.

## **1. O EXÉRCITO PORTUGUÊS**

A história do Exército Português está intrinsecamente ligada à história de Portugal. O Condado Portucalense foi sendo ampliado através de confrontos bélicos contra vários adversários, permitindo que um novo país nascesse. As ameaças bélicas ameaçavam com frequência a soberania do reino e para a proteger era necessário recorrer à força militar. A conquista de praças, portos comerciais e novas terras (colónias) também exigia normalmente a presença de um braço armado e de defesa e ataque.

Apesar das vitórias e de todas as conquistas, a verdade é que estas batalhas afastavam milhares de homens dos campos de cultivo e das respetivas famílias. Muitos deles não eram alfabetizados, o recrutamento dos homens em idade para cumprir o serviço militar pecava pela má (ou quase nenhuma) instrução militar. Já no caso de serem jovens nobres, estes podiam pagar um valor para que não fossem para as linhas de frente em tempo de guerra, isto é, os jovens oriundos de famílias pobres eram praças (soldados e cabos) e os jovens de famílias aristocráticas eram oficiais e eram os únicos que gozavam de regalias e seguiam a carreira militar (um pouco fantasiada, uma vez

---

<sup>85</sup> Cf. Ministério da Guerra, Ordem do Dia n.º 63, 1.ª Série, de 12 de Novembro de 1868, p. 393.

que nunca chegavam a cumprir as suas verdadeiras responsabilidades como oficiais). Em tempo de guerra, as praças que ficavam nas linhas da frente eram o que, vulgarmente, se apelida de “*carne para canhão*”, pois estavam mal equipados e mal armados, levando muitos a desertar, uma constante até às primeiras décadas do século XX.

No início do século XIX, Portugal sofre as consequências por não aderir ao Bloqueio Continental à Inglaterra, sendo uma delas as invasões Napoleónicas. O futuro rei D. João VI, a família real e a Corte partem para o Brasil, transferindo a capital do Império para o Rio de Janeiro. Para o território continental foi nomeada uma Junta Governativa sob a autoridade de Beresford e contava-se igualmente com militares ingleses para, em conjunto com as forças portuguesas, fazerem frente aos invasores franceses<sup>86</sup>.

Deste modo, o Portugal militar de oitocentos tem um começo bastante atribulado, para o qual o exército não se encontrava bem preparado, pois, entre outros aspetos, se encontrava muito mal armado. A instrução das tropas era fraca e o analfabetismo impossibilitava uma instrução bem-sucedida, sendo necessário, por exemplo, repetir várias vezes e pausadamente a execução dos exercícios. Podemos afirmar que o combate ao analfabetismo foi um dos grandes objetivos das reorganizações do Exército, tendo sido criadas escolas para a educação não só das praças, mas também de sargentos e oficiais<sup>87</sup>.

Assim, por força das circunstâncias, logo durante este período e, sobretudo, com a instauração do Liberalismo em Portugal, o setor militar foi, também ele, objeto de assinaláveis transformações.

---

<sup>86</sup> Sobre a evolução da conjuntura política portuguesa neste período cf., entre outros: António Pedro Vicente, *Fontes espanholas, francesas e inglesas para a história militar portuguesa do século XIX*, 1990, p. 105-123; Joaquim Veríssimo Serrão, *A história militar portuguesa no século XIX: uma visão de conjunto*, 1993, p. 25-33; Luís Augusto Ferreira Martins, *História do exército português*, 1946, p. 384-396; Manuel Themudo Barata, *Nova História Militar de Portugal (Volume III)*, 2004, p. 353-357; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos, *Reorganização do Exército Português entre 1900 e 1914*, 2004, p. 35-41.

<sup>87</sup> Cf. A.N. Ramires de Oliveira, *Op. Cit.*, 1993, p. 195-200; cf. Pedro Marquês de Sousa, *As escolas regimentais do Exército e o esforço de alfabetização em Portugal nos séculos XIX e XX*, in *Revista Militar*, 2009. [[http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=498](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=498)].

## 1.1. AS REFORMAS MILITARES DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA

O exército britânico, desembarcado em Portugal para ajudar na defesa do território nacional, contribuiu também para renovar o Exército Português, nomeadamente colocando oficiais britânicos no comando, dado que uma grande parte da alta hierarquia militar portuguesa acompanhou o Príncipe Regente e estabeleceu-se no Brasil.

A ação dos oficiais estrangeiros serviu para que uma nova mentalidade fosse implementada e, *ao mesmo tempo que se moderniza, reorganiza, adapta às novas tácticas*, [o Exército Português] *é enquadrado por uma alta hierarquia fundamentalmente britânica*<sup>88</sup>.

Mas as principais reformas do Exército Português ocorreram já depois da Revolução Liberal de 1820.

A Constituição de 1822 teve grande impacto, pois modificou a orgânica do Exército, abolindo as Ordenanças, o que pôs fim à antiga organização militar de 3 escalões (1.<sup>a</sup> linha, 2.<sup>a</sup> linha e ordenanças<sup>89</sup>). Em seu lugar, o texto constitucional estabeleceu que haveria “*uma força militar permanente, nacional, e composta do número de tropas e vasos que as Cortes determinarem*”<sup>90</sup>. Foi igualmente criada a Guarda Nacional, de forma a suprir a falta de reservas<sup>91</sup>.

Assim, durante o Liberalismo, e com o propósito de consolidação de um Exército *nacional*, foram várias as reformas feitas na instituição militar.

Do ponto de vista territorial, a divisão militar do século XIX tinha por base as *Províncias Militares* setecentistas, *dava importância prioritária à defesa de Lisboa e tomava em consideração, a par dos problemas de recrutamento, a defesa do País segundo as linhas de invasão mais prováveis*.<sup>92</sup> Em 1807, na conjuntura das invasões francesas, procedeu-se à divisão do reino em sete governos militares e estes, em 1836,

---

<sup>88</sup> Cf. Manuel Themudo Barata, *Op. Cit.*, 2004, p. 353.

<sup>89</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 373.

<sup>90</sup> Cf. Constituição de 1822, Capítulo VIII, art.º 171º.

<sup>91</sup> Cf. Manuel Themudo Barata, *Op. Cit.*, 2004, p. 353.

<sup>92</sup> Cf. A.N. Ramires de Oliveira, *Op. Cit.*, 1993, p. 220. A sede da Província do Alentejo localizava-se em Évora.

receberam a denominação de Divisões Militares. Analisamos de seguida as reestruturações das Divisões Militares até ao fim da Monarquia Constitucional.

A legislação de 1836 consagrou a circunscrição do território continental em sete divisões militares, das quais deveriam *provir consideráveis vantagens, assim ao serviço do Exército, como á economia da Fazenda Pública*<sup>93</sup>, sendo a sede da Divisão do Alentejo em Évora. No entanto, ainda nesse ano foram redefinidas as Divisões Militares, tendo sido transferida a sede de Évora para Estremoz, designando-se por 7.<sup>a</sup> Divisão Militar.

A cidade de Estremoz foi sede de Divisão Militar entre 1836<sup>94</sup> e 1868, devido à vulnerabilidade da fronteira alentejana<sup>95</sup>. No ano de 1850 pensou-se redefinir as Divisões Militares passando de 10 para três, o que iria passar a sede para Évora, porém este projeto não foi concretizado devido à fraca economia. Sabemos que em 1864, o Decreto-Lei de 23 de Junho desse ano que mantinha a divisão militar: 10 divisões militares, tendo a 7.<sup>a</sup> sede em Estremoz e que compreendia a cidade de Évora.

Em 1868, um novo decreto, referido na Ordem do Exército n.º 63 de 12 de Novembro desse ano, redefiniu as divisões militares, tendo estas sido reduzidas para cinco, *compreendendo cada uma d'ellas um numero certo de districtos administrativos*<sup>96</sup>: a 1.<sup>a</sup> Divisão Militar tinha quartel-general em Lisboa e compreendia os distritos de Lisboa, Santarém, Leiria, Castelo Branco e Funchal (subdivisão<sup>97</sup>); a 2.<sup>a</sup> tinha quartel-general em Lamego e compreendia os distritos de Bragança, Lamego, Vila Real, Viseu e Guarda, a 3.<sup>a</sup> Divisão Militar estava sediada no Porto e compreendia os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto e Aveiro, a 4.<sup>a</sup> Divisão Militar viu a sua sede a ser transferida para a cidade de Évora e compreendia os distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro, a 5.<sup>a</sup> Divisão Militar compreendia as ilhas dos Açores, tendo sede em

---

<sup>93</sup> Cf. Ministério da Guerra, Ordem do Exército n.º 21 de 14 de Julho de 1836, p. 51.

<sup>94</sup> Cf. Ministério da Guerra, Ordem do Exército 53, 30 de Novembro de 1836, p. 6-7.

<sup>95</sup> Cf. A.N. Ramires de Oliveira, *Op. Cit.*, 1993, p. 213.

<sup>96</sup> Cf. Ministério da Guerra, Ordem do Exército n.º 63 de 12 de Novembro de 1868, p. 393.

<sup>97</sup> Comandada por coronéis. As quatro divisões militares do território continental eram comandadas por Generais de Divisão, ao contrário da 5.<sup>a</sup> Divisão, que era comandada por um General de Brigada, ou seja, reunia *em permanência subunidades das diferentes Armas e dos diferentes Serviços, susceptível de actuar independentemente sob determinadas condições e que constitui um escalão de transição entre as unidades superiores e a Grande Unidade da Divisão* (cf. Vicente Soares e Eduardo Adelino, *Dicionário de terminologia militar (A-H)*, 1963, p. 186).

Angra do Heroísmo, sendo as cidades da Horta e de Ponta Delgada subdivisões. Em 1869, a sede da 2.<sup>a</sup> Divisão Militar é transferida para Viseu<sup>98</sup>.

No virar da centúria, mais concretamente no ano de 1899, foi publicada um novo decreto que mantinha as divisões militares do território continental e cria os Comandos Militares dos Açores e da Madeira<sup>99</sup>.

A organização de 1901<sup>100</sup>, apelidada de *reforma Pimentel Pinto*<sup>101</sup>, dividia o país em três Grandes Circunscrições Militares compreendendo duas sedes (divisões militares territoriais) cada. A Grande Circunscrição Militar do Norte tinha sedes no Porto (3.<sup>a</sup> Divisão Militar) e em Vila Real (6.<sup>a</sup> Divisão Militar); a Grande Circunscrição do Centro tinha sedes em Coimbra (5.<sup>a</sup> Divisão Militar) e em Viseu (2.<sup>a</sup> Divisão Militar); a Grande Circunscrição do Sul tinha sedes em Lisboa (1.<sup>a</sup> Divisão Militar) e em Évora (4.<sup>a</sup> Divisão Militar)<sup>102</sup>. Esta organização tinha como objetivos:

- *A melhoria da organização das reservas e do recrutamento dos respectivos quadros;*
- *A criação, para cada uma das Armas, duma direcção superior com atribuições especiais;*
- *A separação do serviço de torpedos móveis do de torpedos fixos, que passavam para o Ministério da Guerra;*
- *A melhoria dos serviços do Estado Maior, de Saúde e de Administração Militar;*
- *A alteração de algumas das disposições relativas à situação militar dos oficiais empregados em comissões não dependentes do ministério da Guerra;*
- *O desenvolvimento no País da instrução de tiro;*
- *A melhoria das condições na remonta para os corpos e oficiais montados*<sup>103</sup>.

Além da divisão territorial, as organizações que têm vindo a ser mencionadas também serviram para modernizar o exército, quer em armamento e equipamento, quer a nível de recrutamento. Um dos grandes responsáveis pela modernização do exército a nível de armamentos foi, sem dúvida, Fontes Pereira de Melo. Não era o facto de ser um

---

<sup>98</sup> Cf. Ministério da Guerra, Ordem do Exército n.º 68 de 18 de Dezembro de 1869, p. 618.

<sup>99</sup> Decreto-lei de 7 de Setembro de 1899.

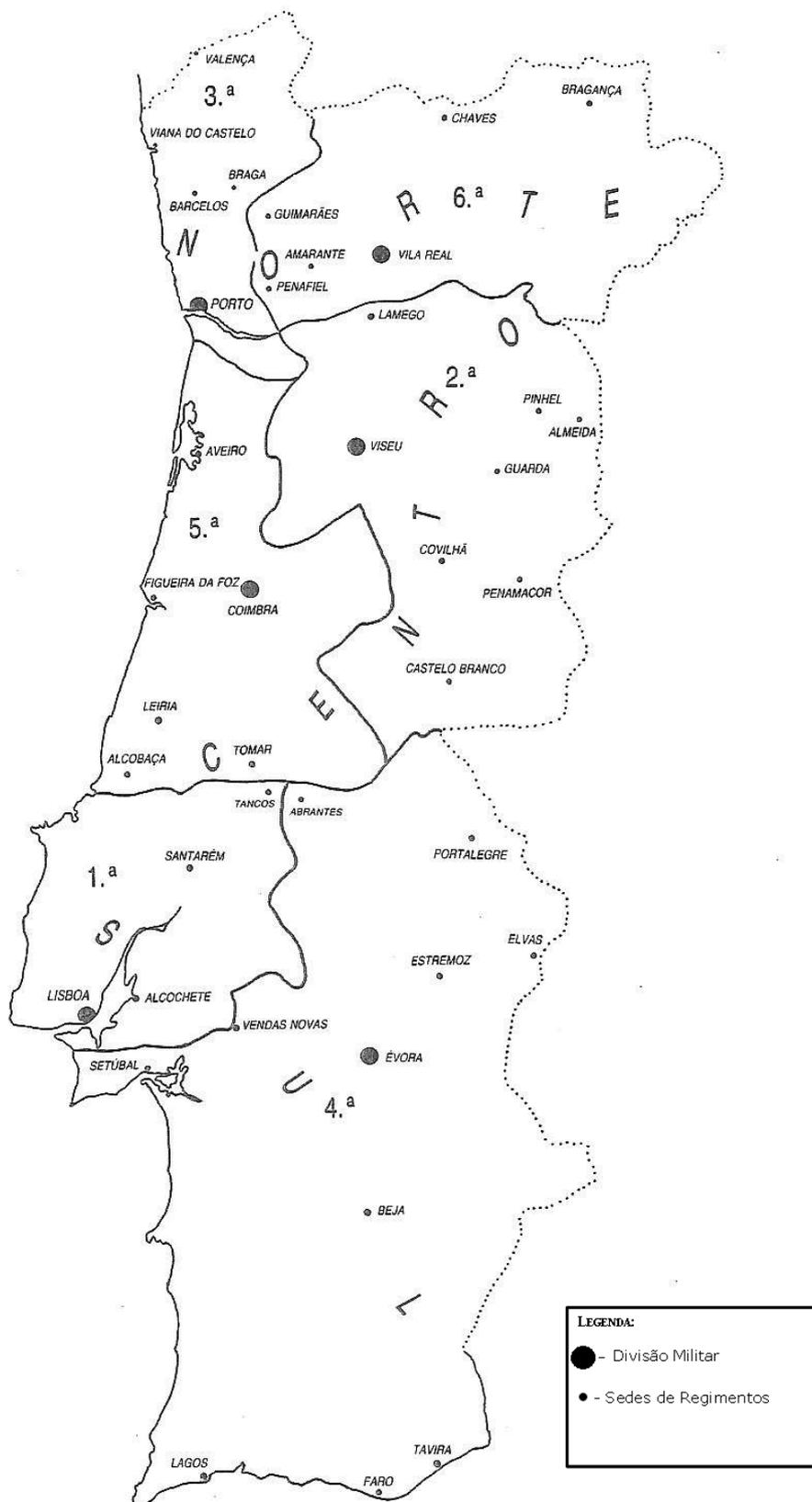
<sup>100</sup> Ordem do Exército n.º 22 de 21 de Dezembro de 1901.

<sup>101</sup> Cf. Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, *Nova história de Portugal*, 1991, p. 439.

<sup>102</sup> Confira-se Figura 7.

<sup>103</sup> Cf. A.N. Ramires de Oliveira, *Op. Cit.*, p. 15.

**Figura 7 - Divisões Militares em 1901**



Fonte: SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. Oliveira, *Nova história de Portugal: Portugal da Monarquia para a República*, 1991, p.441.

militar de carreira que o levava a preocupar-se com o exército, mas sim as guerras Austro-Prussiana (1866) e a Franco-Prussiana (1870), as quais levaram os *responsáveis a reflectir sobre a reorganização militar*<sup>104</sup>. A vitória da Prússia nas duas guerras levou *indirectamente as grandes potências a seguir-lhe o exemplo*<sup>105</sup>, ou seja, a sua organização militar passou a ser o modelo europeu. Contudo, Portugal não tinha um Estado central nem uma organização militar preparados para um serviço militarobrigatório, uma vez que o sistema das remissões<sup>106</sup> existia e era necessário para o financiamento da modernização do exército português, essencialmente na do armamento. Era essencial prover o exército nacional de armamento recente, especialmente num século que começou com a invasão do território nacional. Para isso, Fontes Pereira de Melo encomendou um vasto número de espingardas, carabinas e baterias<sup>107</sup>. Também dotou o Arsenal do Exército e a fábrica de pólvora de Barcarena com maquinaria específica para que Portugal pudesse acompanhar a *evolução da ciência e da técnica*<sup>108</sup>.

Em relação ao sistema de recrutamento, que era obrigatório e pessoal, temos de ter em conta o que já foi referido anteriormente sobre as remissões. Logo, não seria por mero acaso que o número do *contingente a incorporar é bastante menor do que o total dos homens inscritos em cada ano no recenseamento militar*<sup>109</sup>, levando ao sistema de *sorteio* para se formarem ou para o *preenchimento do contingente*<sup>110</sup>. Este sistema era prático e fazia com que todos os mancebos cumprissem o serviço militar. É claro que a aristocracia não concordava com o *sorteio*, mas, e como afirma o General A.N. Ramires de Oliveira, era necessário haver uma *escolha* por parte das forças militares, pois o *sorteio desfavorecia o recrutamento de homens com as qualificações necessárias à estrutura militar*<sup>111</sup>. No entanto, o exército transformava estes jovens menos preparados

---

<sup>104</sup> Cf. Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, 1999, p. 79.

<sup>105</sup> Cf. Manuel Themudo Barata, *Op. Cit.*, 2004, p. 374.

<sup>106</sup> Taxa paga pelos jovens nobres como modo de escapar ao serviço militar.

<sup>107</sup> *Unidade elementar da ARTILHARIA, constituída por determinado número de bocas de fogo e dividida em Secções. Duas Secções constituem uma Divisão* (cf. Vicente Soares e Eduardo Adelino, *op. cit.*, 1963, p. 168).

<sup>108</sup> Cf. A.N. Ramires de Oliveira, *op. cit.*, 1995, p. 193

<sup>109</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 194.

<sup>110</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 194.

<sup>111</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 195.

em militares, *procurando ao mesmo tempo melhorar as suas condições físicas, psicológicas, cívicas e culturais*<sup>112</sup>.

A legislação que ao longo de Oitocentos foi reorganizando o exército português modificou o sistema de preparação dos quadros, ou seja, permitiu que não fossem só os nobres a terem carreira militar. E como se conseguiu concretizar esta possibilidade de carreira militar aos demais efetivos? Através das escolas militares, as quais tinham uma dupla finalidade: a da carreira militar e da alfabetização dos efetivos, ou seja, acabar com a *ignorância*. Das escolas criadas, destacamos as Escolas Regimentais, existentes em cada um dos quartéis de Infantaria, Caçadores, Artilharia e Cavalaria e também na Guarda Real de Polícia. Este primeiro modelo funcionou entre 1817 e 1823 e era destinado não apenas aos militares, mas também aos seus filhos e à população civil das localidades onde se situavam os quartéis<sup>113</sup>.

Voltando ao sistema de recrutamento, uma das semelhanças era as três etapas do serviço militar. Em 1849, o serviço militar consistia numa primeira fase servir nas *fileiras* (1.<sup>a</sup> linha) durante de 5 anos, depois na 1.<sup>a</sup> reserva (2.<sup>a</sup> linha) e, numa última fase e até aos 50 anos, na reserva territorial.<sup>114</sup> A reorganização deste ano, *puramente defensiva*<sup>115</sup>, decretava que em tempo de paz o exército deveria ser constituído por 30.000 homens e em tempo de guerra deveriam ser 50.000.

Em 1901, data da última organização ocorrida durante a Monarquia Constitucional, foi publicado um regulamento que estabelecia as normas para o recrutamento (idade mínima para o cumprimento do serviço militar, por exemplo) e estabelecia a duração do serviço – 10 anos – repartida pelas tropas ativas, tropas de reserva: 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup><sup>116</sup>.

---

<sup>112</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 202.

<sup>113</sup> Cf. Pedro Marquês de Sousa, *Op. Cit.*, 2009 p. 2.

<sup>114</sup> Cf. Carlos Selvagem, *Portugal militar – Compêndio de história militar e naval de Portugal*, p. 580.

<sup>115</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 580.

<sup>116</sup> *As tropas activas do Exército eram constituídas fundamentalmente pelas praças dos contingentes dos três últimos anos, ou só dos dois últimos quando o governo usasse da faculdade que lhe concedia a Base 2.<sup>a</sup> da Carta de Lei de 13 de Junho de 1899.*

*A primeira reserva era constituída pelos que haviam servido nas tropas activas o tempo legal de serviço. Destinavam-se à segunda reserva as praças do Exército que tinham completado o tempo legal da primeira reserva, os apurados pelas Juntas de Inspeção que excedessem os contingentes activos, os remidos, os substituídos e os que, nos termos do regulamento, servissem de amparo a pessoa de família. Também eram alistados na segunda reserva os que dessem provas de bons atiradores* (cf. A.N. Ramires de Oliveira, *Op. Cit.*, 1995, p. 17).

De fato, os especialistas em história militar consideram os últimos anos da Monarquia foram, sem margem para dúvidas, o *período (...) pródigo em legislação de âmbito militar*<sup>117</sup>, especialmente por apostar na defesa do território nacional, através da manutenção e consolidação das suas divisões militares. Além disso, os comandantes das divisões militares só recebiam ordens do Ministro da Guerra, evitando *a concentração de comando do Exército num único chefe militar*<sup>118</sup>, esta medida foi uma das que transitou para o regime republicano. Neste contexto, o facto de Évora ter sido elevada, durante o século XIX, a sede de uma das grandes circunscrições territoriais do exército atesta a crescente importância da cidade no plano militar a nível nacional.

## 1.2. AS REFORMAS MILITARES DA I REPÚBLICA PORTUGUESA

Com a instauração da República, a 5 de Outubro de 1910, o Exército sofreu novas mudanças estruturais. Desde logo, a reforma publicada no Decreto-Lei de 25 de Maio de 1911 aumentou o número de divisões militares, ou seja, de seis passaram para oito<sup>119</sup>. Este aumento de divisões tinha como objetivos a defesa do recente regime e assegurar a soberania dos territórios e dos interesses nacionais, num cenário internacional tenso, que parecia encaminhar-se cada vez mais no sentido de confrontos militares.

Assim, as divisões previstas na reforma de 1911<sup>120</sup> eram as seguintes: 1.<sup>a</sup> – Lisboa, 2.<sup>a</sup> – Viseu, 3.<sup>a</sup> – Porto, 4.<sup>a</sup> – Évora, 5.<sup>a</sup> – Coimbra, 6.<sup>a</sup> – Vila Real, 7.<sup>a</sup> – Tomar e 8.<sup>a</sup> – Braga. Outra da medida prevista nesta nova legislação militar foi a extinção das regalias das *castas*, ou seja, não haveria mais remissões de dinheiro para o não cumprimento do serviço militar, passando a ser verdadeiramente universal e obrigatório. Assim se procurava criar em plenitude um exército nacional<sup>121</sup>.

Quando a I Guerra Mundial deflagrou<sup>122</sup>, a decisão para a intervenção portuguesa foi unânime por parte do Congresso de 23 de Novembro de 1914,

---

<sup>117</sup> Cf. A.N. Ramires de Oliveira, *op. cit.*, 1995, p. 15.

<sup>118</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 15.

<sup>119</sup> Confirma-se Figura 8.

<sup>120</sup> Cf. Decreto-lei de 8 de Junho de 1911.

<sup>121</sup> Cf. Ferreira Martins, *Op. Cit.*, 1946, p. 503.

<sup>122</sup> Um dos fatores que levou Portugal à guerra foi, sem dúvida, a salvaguarda das colónias, que eram objeto de interesse económico e estratégico por parte da França, da Inglaterra e da Alemanha, colocando em risco a soberania portuguesa no território ultramarino. Ao entrar na guerra ao lado dos Aliados,

autorizando o governo a atuar quando e como julgasse necessário aos altos interesses e deveres da nação livre e aliada da Inglaterra<sup>123</sup>. O Decreto n.º 1096, 23 de Novembro de 1914, ordenava a mobilização de uma Divisão Auxiliar, constituída pelas 1.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Divisões Militares Territoriais (Lisboa e Tomar). Porém, devido às vicissitudes políticas, a Divisão Auxiliar nunca entrou em ação, adiando a intervenção portuguesa até 1916<sup>124</sup>.

Com a I Guerra Mundial acabada, foi necessário introduzir novas mudanças estruturais no exército, uma vez que a estrutura publicada no Decreto de 25 de Maio de 1911 *não correspondia mais às necessidades*. Na sua obra *História do Exército Português*, A.N. de Oliveira, muito sucintamente, refere que a estrutura do Exército Português, baseada no modelo suíço, não era concebível para todo o território nacional, pois além de Portugal ser um país costeiro, tinha *domínios coloniais em regiões estratégicas*, havendo a necessidade de *deslocar rapidamente tropas do exército metropolitano em reforço das guarnições ultramarinas, o que não se coadunava com uma organização com base quase exclusiva em mobilização*<sup>125</sup>. Era necessário uma preparação militar mais eficiente, uma educação *mais patriótica* dos jovens, desenvolver *a agricultura, de modo a garantir-se as subsistências necessárias*<sup>126</sup>,

---

Portugal tinha duas garantias, por um lado reforçava a sua soberania contra os assédios ao Sul de Angola e Norte de Moçambique por parte da Alemanha, por outro impedia que a Inglaterra aproveitasse as *colónias portuguesas como mecanismo compensatório nas negociações de paz* (cf. Manuel Themudo Barata, *Op. Cit.*, 2004, p. 17-18).

O outro fator, que tinha uma dupla finalidade, consistia na recuperação do lugar de Portugal no concerto das nações e no afastamento da Espanha da velha aliada de Portugal. A implantação da república portuguesa agravou as relações com Espanha e com Inglaterra, ambas com regimes monárquicos e cuja aproximação diplomática enfraquecia a aliança luso-britânica. Espanha marchou junto dos monárquicos nos movimentos restauracionistas. Era uma ameaça permanente ao território de Portugal Continental, e *Inglaterra avisou Portugal, por mais de uma vez, da sua interpretação restritiva das obrigações da aliança: garantiria as costas e as colónias portuguesas, mas nunca a fronteira terrestre* (cf. Manuel Themudo Barata, *Op. Cit.*, p.19). A neutralidade de Espanha face à guerra, garantiu a Portugal o afastamento do vizinho peninsular e ao entrar ao lado dos Aliados, esperava-se que no pós-guerra Portugal teria um lugar no concerto das nações e o reconhecimento internacional, que perdeu com a implantação da república.

O último fator, e talvez o mais significativo em termos políticos do novo regime, foi a possibilidade do regime republicano ser consolidado e legitimado, isto através da cooperação, beligerância e intervenção militar a fim de assegurar a sua soberania.

<sup>123</sup> Cf. Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, “As Forças Armadas e a Guerra”, in *Nova História de Portugal – Portugal – da Monarquia para a República* (Vol. XI), 1991, p. 476.

<sup>124</sup> Sobre as específicas circunstâncias da entrada de Portugal na Grande Guerra assim como os episódios mais relevantes dessa mesma participação, cf., nomeadamente e entre outros estudos, Manuel Themudo Barata, *op. cit.*, 2004, p. 17-18;

<sup>125</sup> Cf. A.N. Ramires de Oliveira, *Op. Cit.*, p.37.

<sup>126</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 37.



desenvolver as indústrias nacionais, adquirir material bélico atempadamente e possuir *aviação nacional, conjugada com uma eficaz defesa aérea do território*<sup>127</sup>.

Pese embora a perceção coeva da necessidade de reorganização do exército, só em 1925<sup>128</sup> se publicou legislação sobre o assunto, com o objetivo de fazer do corpo militar uma instituição preparada tanto para a guerra como para a paz: em tempo de guerra, o exército deveria ter *o máximo de força e eficiência*<sup>129</sup>, para isso, em tempo de paz, deveria ter um número de efetivos reduzido, em comparação ao tempo de guerra, mas que se apostasse na sua constante instrução militar, ou seja, preparando-os para a guerra. As divisões militares *em tempo de paz desapareceriam como consequência desse princípio do “máximo em tempo de guerra e mínimo em tempo de paz”*<sup>130</sup>.

Estas propostas, que numa perspetiva de racionalidade propunham um aligeiramento das estruturas militares em tempo de paz, mormente ao nível das circunscrições territoriais, não chegaram porém a efetivar-se. O Golpe Militar de 1926 e o papel das forças armadas para a manutenção da nova situação político-militar do país não terão sido alheios a tal fato<sup>131</sup>.

De qualquer modo, esta breve reflexão pelas propostas de reformas militares da I República mostra que, pese embora as eventuais diferenças no que diz respeito à organização e papel do Exército Português num e noutro dos regimes políticos, a posição alcança por Évora quando da reforma de 1868 não foi posta em causa.

## 2. O EXÉRCITO EM ÉVORA

A presente reflexão sobre a história e o património cultural eborenses, perspetivada através da presença militar no período contemporâneo, e o uso que o exército fez do edificado histórico da cidade, assenta em algumas premissas que, embora já anteriormente referidas, não será demais recordar.

---

<sup>127</sup> Cf. A.N. Ramires de Oliveira, *Op. Cit.*, p. 37.

<sup>128</sup> Cf. Decreto de 25 de Maio de 1911.

<sup>129</sup> Cf. A.N. Ramires de Oliveira, *Op. Cit.*, p. 38.

<sup>130</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 38.

<sup>131</sup> Sobre este assunto cf., nomeadamente, Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, Volume XIII: do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, 2000, p. 15-19; José Mattoso (dir.), *História de Portugal: a segunda fundação*, 1994, p. 611-613.

Desde logo, o presente trabalho inscreve-se numa linha de estudos que têm chamado a atenção para a circunstância de, sobretudo a partir do século XIX, o exército ter sido um dos protagonistas maiores da reutilização de edificado histórico português. Uma situação favorecida pelo facto de muitos edifícios terem perdido as suas funcionalidades originais devido ao processo de desamortização e da venda dos bens nacionais, mas também por efeito de diversificação e maior complexidade funcional do próprio sector militar, que tendia a necessitar de um crescente número de espaços e edifícios para seu uso quotidiano<sup>132</sup>.

Por outro lado, fazer do exército o protagonista da nossa reflexão sobre a cidade de Évora no período de Oitocentos constitui, em si, um ângulo de análise que, não sendo completamente inédito<sup>133</sup>, pode trazer algo de novo. Pelo facto de se propor um olhar sistemático sobre o edificado eborense usado pelo exército, e, também, por a partir daí se construir um discurso patrimonial que tem como objetivo enriquecer as múltiplas perspetivas já existentes sobre o património urbano eborense e, nessa medida, diversificar as ofertas de Évora no âmbito do turismo cultural.

Assim sendo, embora neste capítulo desenvolvamos algumas das organizações a que o Exército Português foi sujeito para a sua modernização, é nosso objetivo sublinhar a importância de Évora neste contexto, principalmente ao ser sede da divisão militar, uma vez que sempre esteve ligada à estratégia militar na zona sul do território nacional, tendo sempre regimentos ou quartéis permanentes.

Durante o século XVIII, Conde de Lippe organizou o Exército Português, melhorando a sua estrutura. Além das alterações e reformas a nível de recursos humanos, também tomou precauções ao restaurar as praças raianas, para que oferecessem mais resistência a possíveis invasores:

*Lippe não desejava deixar brechas ao exército de Aranda no Alentejo pois as suas forças eram escassas para aguentar a campo aberto uma invasão. Assim,*

---

<sup>132</sup>Sobre refuncionalização de edifícios civis para uso militar cf., nomeadamente: Manuela Maria Justino Tomé, *Mosteiro de São Dinis de Odivelas – estudo histórico-arquitectónico – acção para a salvaguarda do património edificado*, 1995; Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora*, 1966.

<sup>133</sup> Estudos sobre o património do exército em Évora cf. , nomeadamente: RMS, *Resenha histórica e características da área territorial da RMS e suas unidades, estabelecimentos e órgãos*, 1994; Luís Franco Nogueira, *Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)*, 1994; Miguel Pedroso de Lima, *Muralhas e fortificações de Évora*, 2004; Miguel Pedroso de Lima, *O recinto amuralhado de Évora: subsídios para o estudo do seu traçado*, 1995.

*Elvas, Arronches, Alegrete, Campo Maior, Ouguela, Marvão, Niza, Castelo de Vide, Évora, Portalegre e mais fortes do Alentejo foram bem guarnecidos e confiados ao comando de bons oficiais ingleses e portugueses*<sup>134</sup>.

O autor Francisco da Silva Braz refere que os regimentos de cavalaria foram divididos, no ano de 1803, em três divisões, sendo a primeira da Estremadura, a segunda do Alentejo e a terceira da Beira. A Divisão do Alentejo compreendia os regimentos de Olivença, Elvas, Moura e Évora.

A importância militar de Évora foi reforçada quando passou a ser o Comando e Quartel-General da 4.<sup>a</sup> Divisão Militar<sup>135</sup>, no ano de 1868, concentrando o centro militar do território a sul do Tejo. A existência de divisões militares relaciona-se com três aspetos cruciais para a defesa do território: estratégia operacional, genética e organizacional. Ao compreender estas três estratégias, compreendemos *o que fomos e o que somos no seio da organização militar*<sup>136</sup>, isto é, entendemos o nosso legado histórico-militar.

A estratégia operacional, como refere António Barrento, foi originariamente sinónimo de defesa militar num determinado quadro geográfico, prevenindo possíveis *agressões aos territórios nacionais*<sup>137</sup>, para que a dificuldade de dirigir ações fosse ultrapassada e que as ações de defesa fossem rápidas a ser concretizadas. Assim, *deveriam existir, regionalmente, determinadas Unidades e meios e a capacidade de os utilizar, através de uma direcção caracterizada pela delegação de autoridade e pela unidade de comando*<sup>138</sup>.

A nível de estratégia genética, a Divisão Militar foi geradora de recursos humanos e materiais para uma possível intervenção fora do território nacional, como por exemplo a Primeira Guerra Mundial.

A nível de estratégia organizacional, a Divisão Militar era o escalão intermédio nas funções diretivas entre o Comando do Exército e as unidades e outros órgãos da

---

<sup>134</sup> Cf. Francisco da Silva Braz, *De Olivença a Estremoz – Subsídios para a História do RC 3*, 2010, p. 36.

<sup>135</sup> Após o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, a designação *Divisão Militar* foi alterada para *Região Militar*, tendo sido extintas no ano de 2006.

<sup>136</sup> Cf. António Barrento, *Reflexões sobre temas militares (Volume II)*, 2000, p. 253.

<sup>137</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 253.

<sup>138</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 253.

respetiva Divisão, ou seja, este órgão dirige outras unidades e órgão que se encontram na área do comando territorial da Divisão.

*Esta ideia, de escalão intermédio entre o Comandante do Exército e as Unidades e Órgãos sediados na Região, está clara nos diplomas das diversas reorganizações do Exército, desde o século XIX (...)*<sup>139</sup>.

As unidades militares concentraram-se em Évora após a transferência e instalação do quartel-general da 4.<sup>a</sup> Divisão Militar para a cidade, ou seja, regimentos das Armas de Cavalaria, Infantaria e Artilharia, Serviço de Saúde, Administração Militar<sup>140</sup> (Trem), Serviço de Justiça e Disciplina, Serviço de Pessoal (Distrito de Recrutamento e Reserva) passaram a estar presentes na cidade.

Por sua vez, a Ordem do Exército n.º 13, de 9 de Junho de 1911, revela quais as unidades de tropas ativas presentes nas divisões militares. Relativamente à 4.<sup>a</sup> Divisão Militar, as unidades presentes na cidade de Évora eram o Regimento de Artilharia n.º 3, o Regimento de Cavalaria n.º 5, o Regimento de Infantaria n.º 11, a 4.<sup>a</sup> Companhia de Saúde, a 4.<sup>a</sup> Companhia de Subsistências e a 4.<sup>a</sup> Companhia de Equipagens<sup>141</sup>.

Ainda na década de 80 do século XIX, uma comissão nomeada pelo Ministério da Guerra ficou encarregue de inspecionar alguns edifícios, religiosos e civis, da cidade de Évora para a instalação do quartel-general da 4.<sup>a</sup> Divisão Militar, com o intuito de concentrar esta unidade, o tribunal militar e a residência oficial do comandante e do subcomandante no mesmo imóvel. O relatório elaborado por esta comissão é importante em vários aspetos: revela quais os edifícios inspecionados que estavam afetos ao Exército Português e quais as unidades neles estabelecidos; o estado de preservação dos mesmos e respetivos orçamentos de obras de beneficiação e de adaptação. Dos edifícios tratados no relatório, os seguintes pertenciam ao Exército

---

<sup>139</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 253.

<sup>140</sup> *Expressão que se usa no Exército, em duas acepções: Em sentido geral, significa a organização que abrange os diferentes serviços que embora possuindo missões específicas diferenciadas, têm por missão comum prover às necessidades materiais do Exército, quer para que subsista em todas as situações. Em sentido restrito, significa o Serviço de Administração Militar que tem por missões essenciais satisfazer as necessidades das tropas, em subsistências, fardamento, combustíveis e lubrificantes, material de aquartelamento, em vencimentos, organizando ainda a contabilidade para fiscalização de todas as despesas do Exército* (cf. Vicente Soares e Eduardo Adelino, *op. cit.*, 1963, p. 27).

<sup>141</sup> Estas duas últimas pertenciam à Administração Militar da 4.<sup>a</sup> Divisão Militar.

Português: Celeiro Comum, Convento da Graça, Convento de São Paulo, Solar dos Condes do Sabugal, Colégio de Madre Deus e a Torre das Cinco Quinas<sup>142</sup>.

Em 1868, o quartel-general da 4.<sup>a</sup> Divisão Militar foi sediado no Celeiro Comum, mas o Ministério da Guerra queria esta unidade, o Tribunal Militar e a residência oficial do Comandante e do Subcomandante da Divisão Militar no mesmo imóvel, uma vez que seria menos dispendioso para o Ministério. No Convento da Graça encontrava-se o Regimento de Infantaria. O Convento de São Paulo foi cedido ainda na década de 1880 ao Ministério da Guerra, não tendo sido ocupado com nenhuma unidade militar devido ao seu estado ruinoso<sup>143</sup>. O Solar dos Condes do Sabugal foi transformado no que hoje se designa por Manutenção Militar. Já o Colégio Madre de Deus foi adquirido para aí se estabelecer o Hospital Militar. A Torre das Cinco Quinas albergava o Conselho de Guerra Permanente.

Além destes edifícios, o Convento de Santa Clara, o Palácio dos Morgados da Mesquita, o Castelo Novo (também conhecido como Quartel dos Dragões e Castelo Manuelino), o Convento de São Salvador e, já no virar do século XIX para o XX, o Quartel de Artilharia (designado após o golpe de Estado de 1926, como Quartel 28 de Maio) também pertenciam ao espólio patrimonial e integravam o elenco do edificado adstrito ao do Exército Português na cidade de Évora.

A instalação dos corpos do exército em edifícios existentes, do ponto de vista geral, já tinha sido abordada em 1837 por Sá da Bandeira<sup>144</sup>, que defendia que as tropas deveriam ser instaladas em antigos quartéis ou conventos abandonados após a Secularização, não só como uma solução económica mas também uma solução para salvaguardar estes edifícios que estavam sujeitos a ruína através da sua refuncionalização<sup>145</sup>.

A Arma de Cavalaria foi a que esteve presente cerca de dois séculos na cidade (1736 a 1940). Em 1736, foi estabelecida na cidade de Évora com a denominação de

---

<sup>142</sup> Confira-se Anexos B e C.

<sup>143</sup> Cf. *Relatório da Comissão encarregada de inspeccionar alguns edifícios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d'elles poderia ser estabelecido o quartel general da 4.<sup>a</sup> divisão militar.*

<sup>144</sup> Para mais informações sobre a biografia e o papel de Sá da Bandeira para a instauração do Liberalismo em Portugal cf., nomeadamente, Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal (I)*, 1975, p. 289-290.

<sup>145</sup> Cf. A.N. Ramires de Oliveira, *Op. Cit.*, 1993, p. 206.

Regimento de Dragões de Évora<sup>146</sup>. No início do século XIX, em 1806, os regimentos de cavalaria passaram a ser designados por números, evitando confusões. O Regimento de Dragões de Évora passou a ser designado por Regimento de Cavalaria n.º 5 (RC5)<sup>147</sup>. Com a Guerra Civil, o RC5 ficou extinto durante 26 de Maio de 1834 e 23 de Julho de 1834<sup>148</sup>. Além da recriação do RC5, foi também criado o Depósito de Cavalaria na cidade de Évora. O RC5 permaneceu, assim, em Évora, no Quartel dos Dragões até ao ano de 1939, ano em que foi extinto e integrado no RC3<sup>149</sup>. Já em pleno século XX, na década de quarenta, o Quartel dos Dragões foi alvo de obras de adaptação para que o Regimento de Infantaria n.º 16 fosse aí aquartelado.

A Arma de Infantaria foi estabelecida na cidade de Évora no ano de 1707<sup>150</sup> com a designação de Terço de Évora<sup>151</sup>. Em 1833, a arma presente em Évora recebeu nova denominação, Regimento de Infantaria de Évora (RI Évora)<sup>152</sup>. Antes da Convenção de Évoramonte, o Regimento de Infantaria, à semelhança do que tinha acontecido aos regimentos de cavalaria no ano de 1806, passou a ser Regimento de Infantaria n.º 10 (RI 10), tendo sido extinto com a dita Convenção. Só voltaria a existir um regimento desta arma em Évora no ano de 1911, com a designação de Regimento de Infantaria n.º 11 (RI 11). Contudo, há referências à existência de um destacamento de infantaria, instalado num dos pisos do Convento da Graça, na década de 1880: *Consta o convento de 3 vastos pavimentos, no 1.º e 2.º dos quaes se acha actualmente alojado o destacamento de infantaria*<sup>153</sup>. Além desta referência, existe também no Arquivo Histórico Militar um documento de 1848 relativo ao orçamento de obras de reparação do Convento da Graça que refere a existência não só deste destacamento, como do que seria o primeiro hospital militar da cidade de Évora (Hospital Regimental de Cavalaria n.º 5):

---

<sup>146</sup> Decreto de 21 de Setembro de 1736.

<sup>147</sup> Decreto de 19 de Maio de 1806.

<sup>148</sup> A Convenção de Évoramonte, assinada no dia 26 de Maio de 1834, pôs fim à Guerra Civil e extinguiu grande parte dos regimentos das várias armas (cf. Luís Franco Nogueira, *Op. Cit.*, 1994, pp. 111-115). O documento que cria, de novo, o RC5 é o Decreto de 21 de Julho de 1834, publicado na OE 233, 23 de Julho de 1834

<sup>149</sup> Decreto 29975, de 24 de Outubro de 1939.

<sup>150</sup> Referência no Decreto de 12 de Junho de 1707 (cf. Luís Franco Nogueira, *Op. Cit.*, 1994, p. 112).

<sup>151</sup> *Terço* era a denominação dada a um conjunto de tropas, que corresponde ao atual *Regimento*.

<sup>152</sup> Decreto de 11 de Novembro de 1833. Ver também OD 122, de 12 de Novembro de 1833

<sup>153</sup> Cf. *Relatório da comissão encarregada de inspeccionar alguns edifícios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d'elles poderia ser estabelecido o quartel-general da 4.ª divisão militar*. Documento do Arquivo Histórico Militar 3.ª Divisão, 20.ª Secção, Caixa 25, n.º 24.

*A força do Regimento de Infantaria N.º 11 que faz a guarnição da Cidade de Évora acha-se alojada no extinto Convento da Graça que foi destinado para Hospital Regimental de Cavallaria N.º 5, e aonde só há quartel arranjado para 60 praças: sendo porém a dita força composta de 200 praças<sup>154</sup>.*

Em 1926, passou a ser designado por Regimento de Infantaria n.º 22 (RI 22)<sup>155</sup>.

A Arma de Artilharia terá estado instalada em Évora ainda no século XIX, apesar de a documentação ser escassa. Contudo, com a recolha de informação, deparamo-nos com o Convento do Salvador, já extinto, onde esteve instalado o Regimento de Artilharia de Montanha até à data da demolição do edifício. Em 1921 o Regimento de Artilharia n.º 1 estava instalado no Quartel de Artilharia, na atual Praça 1.º de Maio. Em 1927, a designação foi alterada para Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1<sup>156</sup>.

O Comando e Quartel-General permaneceram no Palácio dos Morgados da Mesquita até 1992, tendo então sido transferido para o Quartel dos Dragões.

O Hospital Militar de Évora já existia na cidade, era o Hospital Regimental de Cavalaria n.º 5 e localizava-se no sótão do Convento da Graça, como é referido no relatório da Comissão que inspecionou alguns edifícios da cidade. Oficialmente, foi instalado no Convento de Madre de Deus por Decreto de 11 de Novembro de 1909, sendo um hospital de 3.ª Classe. Ao existir um Hospital Militar, era necessária a existência da farmácia militar e, segunda a informação da Ordem do Exército n.º 10, 1.ª Série, de 31 de Agosto de 1926, esta localizava-se no Convento da Graça.

Évora passou a ser Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 22 em 1899, por Decreto de 17 de Outubro do mesmo ano, estando este serviço localizado na Cadeia Comarcã, antigo Hospital da Universidade. No ano de 1901 foi extinto, sendo ativado em 1926, já depois do Golpe de Militar.

O serviço de Justiça e Disciplina foi implementado em Évora com o Conselho de Guerra Permanente de Évora, pelo Decreto de 9 de Abril de 1875 mas em 1899, este

---

<sup>154</sup> Documento do Arquivo Histórico Militar, 3.ª Divisão, 20.ª Secção, Caixa n.º 22, Número 23.

<sup>155</sup> Cf. Ministério da Guerra, Ordem do Exército n.10, de 31 de Agosto de 1926.

<sup>156</sup> Cf. Ministério da Guerra, Ordem do Exército n.º7, de 20 de Junho de 1927.

serviço foi extinto. O Conselho de Guerra, o que hoje denominamos de tribunal militar, estava alojado no Palácio das Quinas, Casa do Cadaval<sup>157</sup>.

A Manutenção Militar, como já também se referiu, pontuava igualmente na cidade: o Trem, *agrupamento de elementos dos Serviços que provém ao apoio logístico de uma unidade, isto é, o conjunto de militares e viaturas que fornecem à unidade a que pertencem apoio de abastecimento, evacuação e manutenção*<sup>158</sup>, estava alojado no Solar dos Condes do Sabugal. Aí localizavam-se a Padaria Militar e a arrecadação de materiais e ferramentas, pertencente à Inspeção de Engenharia.

Mas a presença militar em Évora não se cingiu apenas a estes edifícios, sendo igualmente evidente a integração dos militares na vida civil eborense. Os militares não estavam enclausurados nos quartéis e participavam ativamente no quotidiano de Évora.

## 2.1. MILITARES NA SOCIEDADE EBORENSE

Com a existência de vários corpos do Exército na cidade, a integração dos militares no quotidiano eborense era inevitável, uma vez que muitos dos efetivos que estavam destacados na cidade, provinham de outras localidades, não sendo sequer naturais d naturais do concelho de Évora.

*A questão de residência temporária não era de somenos: os indivíduos que se encontravam em tal situação estavam desenraizados dos seus locais de origem e, por isso mesmo, constituíam uma população virtualmente interessada em estabelecer relações na sociedade local.*<sup>159</sup>

As várias atividades desenvolvidas na segunda metade do século XIX permitiram a *sociabilidade* entre os militares e a população local, nomeadamente entre oficiais e a *elite* eborense. Também a participação dos corpos militares nas festividades permitiu a relação dos ditos militares com os habitantes da cidade e com outros civis que para ali se deslocavam para nelas participarem.

Testemunhos desta envolvência entre a comunidade militar e a sociedade local são testemunhadas pelas longas listas de associados militares que faziam para de

---

<sup>157</sup> Cf. *idem*.

<sup>158</sup> Cf. Vicente Soares e Eduardo Adelino, *Dicionário de Terminologia Militar (I- Z)*, p. 658.

<sup>159</sup> Cf. Maria Ana Bernardo, *Sociabilidade e distinção em Évora no século XIX: o Círculo Eborense*, p. 126.

algumas das mais conhecidas associações de lazer da Évora de Oitocentos, como eram, nomeadamente, o Círculo Eborense, a Sociedade Harmonia Eborense ou a Sociedade União Eborense<sup>160</sup>. Refira-se, por exemplo, a presença da *sociabilidade* dos militares no Círculo Eborense, *uma associação selectiva*, mas que viu o seu número de associados militares a aumentar, devido à presença de oficiais nesta e deu mesmo origem a matrimónios entre alguns oficiais e as filhas de algumas das principais famílias eborenses<sup>161</sup>.

*A participação assídua em espaços e manifestações de sociabilidade exteriores ao quotidiano da vida militar, permitia o entrosamento entre os oficiais e os notáveis da cidade. As ocasiões mais propícias ao estabelecimento de relações eram as cerimónias comemorativas, os bailes, os piqueniques e, claro, a frequência nas próprias sedes das associações de convivialidade.*<sup>162</sup>

Esta *convivência* permitiu a integração dos militares na vida civil e, ao mesmo tempo, o Círculo Eborense tinha uma diversificação no que respeita o *perfil dos sócios*<sup>163</sup> (ordinários e extraordinários).

Embora a interação dos militares nestas associações permitisse a sua integração, não nos podemos esquecer que o estabelecimento das Escolas Regimentais, abertas a civis, também proporcionou a convivência. Ora, Évora era uma das cidades que tinha estas escolas<sup>164</sup>. O facto de as mesmas serem abertas a civis e terem professores também civis, permitiu uma abertura, contribuindo para o esbatimento da eventual distância entre civis e militares. Outro dos aspetos positivos das ditas escolas foi o prestígio que ganharam, ao longo do século XIX, no combate ao analfabetismo<sup>165</sup>.

Relativamente ao número de efetivos militares presentes na cidade, dado difícil de apurar, disponibilizam-se as informações que se conseguiram coligir: no ano de 1926 estariam 120 militares no Regimento de Infantaria n.º 22, 100 no Regimento de

---

<sup>160</sup> Sobre as sociedades eborenses cf., nomeadamente: Maria Ana Bernardo, *Op. Cit.*, 2001; Luís Ricardo Manuel Mora, *Sociedade Harmonia Eborense: um olhar antropológico sobre práticas, sociabilidades e representações*, 2003; Manuel de Carvalho Moniz, *A Praça do Giraldo*, 1984; Célia Cristo, *A praça onde "Giralmente" todos se encontram*, 2006, p. 103-106.

<sup>161</sup> Cf. Maria Ana Bernardo, *op. cit.*, p. 128.

<sup>162</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 128.

<sup>163</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 128.

<sup>164</sup> Cf. Pedro Marquês Sousa, *Op. Cit.*, 2009, p. 4, e, embora não se saibam pormenores sobre o funcionamento e frequências destes estabelecimentos, a hipótese serem espaço de encontro entre a população local e os militares é bastante verosímil.

<sup>165</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 4.

Artilharia n.º 1 e 120 no Regimento de Cavalaria n.º 5<sup>166</sup>; em 1921 o presídio militar contava com dois primeiros-cabos e a Escola de Tiro, pertencente ao Regimento de Infantaria, teria ao serviço um primeiro-cabo e 4 soldados<sup>167</sup>. Não são aqui contabilizadas os efetivos diretamente ligados à chefia da Divisão Militar, ao Hospital Militar, Manutenção e outros serviços e funcionalidades. Ainda assim, pelos números avançados, não será inverosímil conceber que à volta de quatrocentos indivíduos pertencentes ao Exército vivam regularmente na cidade, pese embora a rotação que o fim do serviço militar implicava. Partindo do princípio que, na sua maioria, destes militares não seriam naturais de Évora, tal situação levou a que, como foi mencionado, os mesmos se integrassem na vida quotidiana da cidade, estimulando não só as relações com os residentes habituais, mas também a economia local.

Com o aumento de recrutamento em território metropolitano e com as novas tecnologias bélicas, foram estabelecidas em Évora outras unidades, para além das já referidas anteriormente. Refira-se o caso do Regimento de Artilharia de Montanha, cuja presença, e sobretudo cuja permanência, foi devidamente celebrado com uma placa que se encontra fixada na fachada principal dos Paços do Concelho. Para além de outros aspetos, a clientela numerosa que os militares representavam para os negócios locais justifica, em grande medida, tais manifestações de regozijo.

**Figura 9 – Placa comemorativa da instalação do Grupo de Baterias de Artilharia de Montanha em Évora<sup>168</sup>**



**Créditos fotográficos: Joana Machado, 2013**

<sup>166</sup> Cf. Ministério da Guerra, Ordem do Exército n.º 11, 1926, p. 711-713.

<sup>167</sup> Cf. Ministério da Guerra, Ordem do Exército n.º 5, 1921, p. 339.

<sup>168</sup> Legenda da placa: *Évora grata ao nobre Ministro da Guerra António Carlos Coelho de Vasconcellos Porto que ordenara o aquartelamento do grupo de Baterias d'Artilharia de Montanha na capital transtagana transmite à posteridade esta affectuosa lembrança. MCMVI*

Ao pesquisar e analisar as mudanças feitas no Exército Português, comparando-as com as razões que levaram esta instituição a adquirir edifícios conventuais e apalaçados, compreendemos que foi por motivos económicos. Não é novidade que Portugal teve uma economia fraca e estas mudanças foram decididas, maioritariamente, devido às poucas verbas que o Exército dispunha. Contudo, esta alienação a favor do Exército, preveniu muitos edifícios da ruína certa.

Em Évora essa prevenção foi importante, tendo contribuído certamente para fazer chegar até nós edifícios de valor patrimonial e artístico, classificados atualmente como Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Público, como sejam, nomeadamente, Palácio dos Morgados da Mesquita, Castelo Manuelino, Igreja e Convento da Graça, Convento de Santa Clara, Colégio Madre de Deus, Igreja do Salvador, Celeiro Comum, Torre das Cinco Quinas, Antigo Hospital e Cadeia Estudantil (ou Cadeia Comarcã) e o Solar dos Condes de Sabugal. É claro que as obras de reparação, conservação ou de beneficiação podiam não ir de encontro à arquitetura original do edifício, mas é necessário valorizar o edifício como património cultural, como testemunho e memória das vivências urbanas, especialmente numa cidade que é Património da Humanidade.

É esse o objetivo do capítulo seguinte, em que se propõe um itinerário turístico para dar a conhecer os edifícios que estiveram ou estão afetos ao exército português e assim valorizar o próprio património edificado da cidade de Évora, dando-lhe visibilidade precisamente através do seu uso para fins militares.

### **CAPÍTULO III – VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL: UM ITINERÁRIO TURÍSTICO PELA ÉVORA MILITAR OITOCENTISTA.**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um itinerário temático como proposta de valorização patrimonial. A temática deste itinerário centra-se nos edifícios intramuros que estavam sob tutela do Exército Português no período de 1868 a 1926. Assim, a nossa proposta abrange edifícios que atualmente pertencem ao centro histórico de Évora, classificado como Património da Humanidade desde 1986, relevando a sua importância histórico-militar e, também, o seu valor artístico.

Contudo, antes de se apresentar mais detalhadamente a proposta de itinerário, fazemos uma reflexão as noções Turismo, Património e Itinerário. Pretende-se, deste modo, dar fundamentação à proposta do ponto de vista teórico e concetual e, assim, torna-la mais sólida e um “produto rentável” não só para instituição militar, mas também à própria cidade e seus habitantes. De facto, a realização deste itinerário não será para a atração de um turismo de massas, mas sim um turismo direcionado a um tipo de *turistas* e *visitantes* que se identifiquem ou que tenham curiosidade sobre a temática, praticando um turismo sustentável, com o propósito de contribuir para a aquisição de fundos que possibilitem a manutenção dos edifícios.

## 1. O PATRIMÓNIO CULTURAL (CONCETUALIZAÇÃO)

*Património só é cultural na medida em que possa ser conhecido e fruído pelas pessoas*<sup>169</sup>.

Património são todos os bens tangíveis e intangíveis que “definem” a identidade de uma nação, de uma região, de um povo ou de uma localidade. A sua abrangência é vasta, uma vez que compreende *o ambiente natural como o ambiente cultural*, isto é, estão inseridas paisagens, *locais históricos, sítios e ambientes construídos, bem como a biodiversidade, colecções, práticas culturais passadas e continuadas, conhecimentos e experiências vividas*<sup>170</sup>.

De acordo com a Ana Cristina N. Martins, o conceito de *Património* é algo recente, sendo este *uma invenção contemporânea do homem ocidental*<sup>171</sup>. Por seu lado, Luís Díaz G.Viana também defende que o conceito de *património cultural*, como hoje o entendemos, é recente, mas que deriva não só da *ideia patrimonial de nação, que surge com a Revolução Francesa*, mas também devido ao Romantismo *e da revisão que suscitou na história, na arte, na natureza, na cultura ou na tradição*<sup>172</sup>.

Sabe-se que a preservação e estudo dos vestígios passados eram feitos pelos homens mais cultos e abastados da sociedade, que possuíam objetos antigos (*antiguidades*). No século XVIII desenvolveram-se as atividades de estudo, divulgação e resgate do património histórico-cultural. Foi neste século que se descobriram as cidades de Pompeia, Herculano e Estabia, cujas escavações foram promovidas pelo príncipe espanhol D. Carlos (futuro D. Carlos II de Espanha), tendo sido criado o *Museo Herculanense de Portici* (atual Museu Arqueológico de Nápoles) para exposição dos

---

<sup>169</sup> Cf. Manuel Leal Pedrosa, *Igrejas e Turismo Cultural*, in *Património Classificado* (Atas dos encontros promovidos pelo IPPAR e pela UCP), p. 299.

<sup>170</sup> Cf. ICOMOS, *Carta Internacional do Turismo Cultural*, p. 2.

<sup>171</sup> Cf. Ana Cristina N. Martins, *Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo)*, 2003, p. 34.

<sup>172</sup> “O património cultural ou os consumos da nostalgia: Cultura medieval material e imaterial nos passeios turísticos pela identidade”. In Elsa Peralta e Marta Anico - *Património e Identidade: Ficções Contemporâneas*, pp. 149-162.

vestígios materiais encontrados nas cidades referidas, as quais foram integradas no itinerário do *Grand Tour*, realizado pelos jovens descendentes de famílias aristocratas britânicas como parte indispensável da sua educação<sup>173</sup>.

Estes aspetos contribuíram enormemente para a valorização dos vestígios materiais do passado, de forma que se foi evidenciando cada vez mais a necessidade de se protegerem legalmente tais vestígios. Em Portugal, D. João V ratifica o Alvará de 1721, a primeira lei geral da proteção dos referidos vestígios materiais do passado. *Ter-se-á de igual modo norteado por algumas medidas jurídicas proibitivas da secular espoliação de antigos edifícios, como no caso do Coliseu de Roma, utilizados desde tempos imemoriais como carreira de extracção de mármore e de elementos decorativos*<sup>174</sup>.

Contudo, há que ter em conta que a maioria da população era iletrada e pouco sensível a estas questões e, além disso, as motivações político-económicas sobrepunham-se às motivações patrimoniais: *algumas dessas conveniências [posição social e interesses político-económicos] revelavam-se [nomeadamente] na alienação de [dos objetos referidos no Alvará, fossem eles] edifícios, estátuas, mármore, cipos, lâminas, chapas, medalhas, moedas, e outros artefactos*<sup>175</sup>.

No século XIX, destaca-se um intelectual português que defendeu a valorização do património cultural, afirmando que esta sua “nova cruzada” era um *leitmotiv* da sua vida. Alexandre Herculano, de seu nome, teceu duras críticas aos coevos, que permitiam o vandalismo e o abandono do património cultural português. Maria Helena Maia refere que os artigos de Herculano, publicados na imprensa da época, demonstravam *um quadro patrimonial em óbvio conflito, não só com a ideia de progresso geral como também com o gosto por «dourados e caiados» em grande parte dominante*<sup>176</sup>. Reforça,

---

<sup>173</sup> Cf. Ana Cardoso de Matos e Maria Luísa F.N. dos Santos, *Os guias de turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais de século XIX às primeiras décadas do século XX)*, 2004; Michael G. Brennan, *The origins of the Grand Tour: the travels of Robert Montagu, Lorde Mandeville (1649-1654), William Hammond (1655-1658), Banaster Maynard (1660-1663)*, 2004; Paulo Pina, *Portugal, o turismo no século XX*, 1988.

<sup>174</sup> Cf. Ana Cristina N. Martins, *Op. Cit.*, 2003, p. 42.

<sup>175</sup> Cf. Paulo Simões Rodrigues, “O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910)”. In Jorge Custódio (coord.), *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. P. 21.

<sup>176</sup> Cf. Maria Helena Maia, “Vandalismo e abandono dos bens culturais (1875-1910). In Jorge Custódio (coord.), *Op. Cit.*, p. 63.

também, que o estado ruinoso do património se devia aos interesses político-económicos.

Ao longo de Oitocentos, em nome do progresso, muitas construções que hoje seriam consideradas pelo seu valor patrimonial foram demolidas para possibilitar o *alargamento de ruas ou a construção de praças (são denunciados casos, por exemplo, em Coimbra, em Évora e no Porto)*, ou servem de *pedreiras*, como os casos dos castelos de Lisboa e Leiria, *outras ainda, embora mais raramente, dão lugar à instalação de novos equipamentos*<sup>177</sup>. Por outro lado, o abandono do edificado levaram este a cair em ruína, originando lugares tenebrosos, *eventuais «ninhos de salteadores» (...) que nada tinham em comum com a ideia romântica de ruína*. A refuncionalização de edifícios também era criticada, pois estes *sofriam frequentemente os resultados de uma cultura arquitectónica deficiente*<sup>178</sup>.

Estas situações e atuações eram criticadas pelos defensores do património arquitetónico, mas não havia capacidade de resposta para acautelar o desrespeito pelos vestígios passados. Em 1880, foi nomeado um grupo da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses para a realização de um inventário do património, mas as dificuldades eram várias: conta *Fialho de Almeida, em 1899, que o South Kensington Museum mantinha secretamente «entre nós agentes seus com ordem de vindimarem o País de todos os objectos de arte que apareçam», agentes a que se juntariam «os espertalhões que (nos) vêm explorar por conta dos bazares da Europa» e os «espertalhõezinhos modestos» que forneciam os colecionadores portugueses*<sup>179</sup>.

Só em 1910, com o Decreto de 19 de Novembro, foi *regulamentada a «venda e conservação de objectos de valor artístico e arqueológico»*. A legislação proibia a saída daqueles do território nacional, *que há quase um século se reconhecia a saque*<sup>180</sup>.

Foi sobretudo já ao longo do século XX que muito se fez para a salvaguarda e valorização do património em Portugal. Ainda durante a Monarquia Constitucional,

---

<sup>177</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 63. A autora dá o exemplo do Convento de S. Bento, no Porto, que foi demolido para ali se construir a estação de caminhos-de-ferro de S. Bento, que apesar de traduzir *alguma vitalidade urbana, reflecte também o desprezo – em nome do progresso – pelas marcas do passado que caracteriza uma das vertentes culturais da sociedade europeia oitocentista, saída da Revolução Industrial*.

<sup>178</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 63.

<sup>179</sup> Cf. Maria Helena Maia, *op. cit.*, p. 64.

<sup>180</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 64.

foram estabelecidos os critérios para a atribuição da classificação de Monumento Nacional a vários imóveis, tendo sido publicada a primeira lista no Decreto de 23 de Junho de 1910 e os serviços artísticos e arqueológicos, assim como as Academias de Belas-Artes (em Lisboa e Porto) foram reorganizadas, apesar do respetivo Decreto ter sido publicado em 1911.

*A Primeira República criou um primeiro sistema coerente de protecção, salvaguarda, conservação e transmissão da herança cultural portuguesa*<sup>181</sup>, contudo, devido a documentos perdidos ou mal interpretados, algumas noções eram vagas, dificultando a interpretação lógica e coerente da memória e da identidade da época. Este novo sistema reformou a orgânica de serviços artísticos e arqueológicos, concretizou uma política constitucional de “*Património da Nação*”, criou e reformou instituições de forma *com coerência ideológica, com princípios económicos, sociais, educacionais e culturais do regime republicano*<sup>182</sup>.

A Lei de Separação do Estado e Igrejas, de 20 de Abril de 1911, apesar de levantar alguns conflitos, levou a que imóveis fossem nacionalizados e que os bens móveis (arte sacra, paramentarias, etc.) fossem colocados em museus nacionais e regionais, mas também contribuiu para a organização de coleções de tesouros de arte sacra nas três nacionais.

Durante o século XX foram também criadas várias entidades a nível europeu e mundial que contribuem para a defesa do património histórico, cultural realizaram-se conferências e congressos e elaboraram-se e provaram-se documentos, Cartas e Tratados, que auxiliam e lançam as bases para a defesa do património de cada país e região.

Entre os documentos mais emblemáticos contam-se, nomeadamente, a Carta de Atenas (1931), a primeira que sugeriu alguns princípios de defesa do Património e a Carta de Veneza (1964), que resultou da necessidade de *reexaminar* [a primeira Carta] *para, através de um estudo mais aprofundado dos seus princípios, se proceder ao alargamento do seu âmbito*<sup>183</sup>. Assim se estabeleceram princípios fundamentais para a

---

<sup>181</sup> Cf. Jorge Custódio, *A obra patrimonial da Primeira República*. In Jorge Custódio (coord.), *Op. Cit.*, p. 85.

<sup>182</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 86.

<sup>183</sup> Carta de Veneza, 1964.

salvaguarda dos monumentos, tanto pelo seu valor enquanto obra de arte mas também como testemunho da história. Outro ponto que consta da Carta de Veneza diz respeito à refuncionalização destes monumentos<sup>184</sup>, o que neste trabalho tem sido justificado com a ocupação de edifícios (alguns eram conventos, outros paços nobres e que foram adaptados a quartéis ou a hospital, sem descaracterizar ou arruinar completamente a sua arquitetura).

Saltando alguns anos, o Documento de Nara sobre a Autenticidade, de 1994, foi, como é referido no seu preâmbulo, *concebido no espírito da Carta de Veneza, e acrescenta-a e aumenta-a em resposta ao crescente objectivo das preocupações e dos interesses do património cultural no nosso mundo contemporâneo*, protegendo a diversidade e a autenticidade patrimonial através da sua documentação e inventariação, da colaboração e entajuda de entidades e pessoas com diversas formações, da *cooperação internacional*. A autenticidade é definida no mesmo documento *como factor essencial de qualificação [...] A compreensão da autenticidade desempenha um papel essencial em todos os estudos científicos sobre o património cultural, no planeamento da conservação e do restauro, bem como no âmbito dos procedimentos de inscrição usados pela Convenção do Património Mundial e de outros inventários do património cultural*<sup>185</sup>.

A Carta de Washington, de 1986, também complementa a Carta de Veneza relativamente à salvaguarda das Cidades Históricas, para que não sejam degradadas, deterioradas ou mesmo destruídas com as novas construções e ampliação física da cidade. Nesta carta são apresentados os valores a preservar: *carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressem a sua imagem*, como o traçado urbano, as relações entre os vários espaços urbanos (construídos, abertos e verdes).

Por sua vez a Carta de Washington propõe que *para assegurar a participação e o envolvimento dos habitantes deverá ser efectuado um programa de informações gerais que comece desde a idade escolar*<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> Cf. art. 5.º da Carta de Veneza.

<sup>185</sup> Cf. ICOMOS, *Carta de Nara*, Preâmbulo e p. 3-4.

<sup>186</sup> Cf. idem, *Carta de Washington*, p.3.

Nesta breve e simplificada síntese, que vai desde a noção de património ao sublinhar da importância do património em meio urbano e do seu reconhecimento internacional, ficam esboçados os argumentos que suportam a nossa proposta de itinerário: dar a conhecer e, por esta via, valorizar, um património edificado que se distingue pelo seu valor artístico, pelo seu papel de memória das vivências urbanas de Évora numa determinada época, pelo desvelar de uma face relativamente menos conhecida da história da cidade, mas nem por isso menos genuína.

Mas também um património cuja ação de valorização passa por dar a conhecer mesmo, para deste modo poder ser apreciado, tanto pelos locais como pelos visitantes. Para o efeito, e mediante uma adequada estratégia de divulgação desse mesmo património, pode ele constituir um recurso financeiro que não só contribua para a sua própria sustentabilidade do ponto de vista das necessidades de conservação e restauro, mas também favoreça a vida das comunidades onde se situa.

Daí, precisamente, a aliança entre o património ao turismo, numa perspetiva que, embora tendo raízes longínquas no *Grand Tour* educativo dos jovens aristocratas desde o século XVIII, adquiriu nova configuração partir do início do século XX, nomeadamente no que diz respeito à atividade turística como setor capaz de gerar importantes proventos financeiros<sup>187</sup>.

---

<sup>187</sup> Sobre novas organizações de turismo sustentável cf., confira-se nomeadamente: Alberto Strazzera, *Circuitos alentejanos – análise da comercialização da oferta. Algumas sugestões para um melhor aproveitamento dos recursos existentes*, 1998, p. 59-67; José Sancho Silva, *A importância da diversificação de produtos turísticos*, 1998, p. 239-245; Francisca Hernández Hernández, *La gestión del patrimonio cultural*, 2002, p. 213-275; José da Cunha Barros, *Turismo e construção do património cultural: os projectos turístico-patrimoniais das autarquias*, 2006, p.181-189; Gil-Manuel Hernández i Martí, *La difusión del patrimonio cultural y el turismo*, 2005, p.159-192; José Carlos Vilhena Mesquita, *O turismo no processo económico da lei da oferta e da procura*, in José Carlos Vilhena Mesquita, *A Viagem: uma outra forma de turismo na perspectiva do conhecimento histórico*, 1986, p. 27-31; Helena Cláudia da Cruz Albuquerque, *Turismo sustentável nas zonas costeiras: o caso das praias de Mira*, 2004.

## 2. O TURISMO CULTURAL (CONCETUALIZAÇÃO)

Ao longo do século XX foram sendo concebidas pelos estudiosos várias definições de turismo, orientadas no sentido de o considerar como um fenómeno social, económico e cultural. Ou seja, as pessoas viajam para lugares, onde não têm residência fixa, por motivos culturais, promovendo a economia desse local. O fenómeno do turismo não se esgota na sua dimensão de atividade económica, sendo igualmente o resultado de uma crescente movimentação de pessoas, de visitantes e excursionistas, cuja mobilidade tem a ver motivações de ordem cultural, educativa, lazer, de descanso, etc<sup>188</sup>.

Assim, se o *Grand Tour* está na origem da do turismo e esta génese tem uma certa dimensão de turismo cultural<sup>189</sup>, ao longo do século XIX, mas sobretudo com o século XX, o turismo deixa de se focar apenas na descoberta e na cultura, nascendo várias tipologias até aos dias de hoje: turismo balnear, desportivo, de negócios, de saúde e bem-estar (incluindo o termalismo e as estadias na costa por motivos de saúde, cujas águas foram estudadas devido aos progressos da ciência e da medicina no século XIX), de natureza, religioso, gastronómico, ecoturismo, enoturismo, náutico, agroturismo, social, rural, urbano, entre outros

A este novo leque de tipologias juntou-se o desenvolvimento tecnológico e industrial e suas repercussões ao nível dos meios de transporte. Se antigamente as viagens eram feitas em diligências, com a Revolução Industrial e com a introdução dos caminhos-de-ferro, passaram a fazer-se no “conforto” do comboio. A bicicleta, e sobretudo o automóvel, permitiram a independência relativamente aos caminhos-de-ferro e anos mais tarde aparece o avião, que veio reduzir a duração das viagens,

---

<sup>188</sup> De acordo com a OMT (1994) o termo *visitante* é o conceito básico de todo o sistema estatístico do turismo, derivando deste o termo *turista* e o *excursionista* (*visitante do dia*). O **visitante** é a pessoa que se desloca/visita um local que não seja no seu *ambiente habitual*, num período não superior a 12 meses consecutivos e cujo objectivo da visita *não seja o de exercer uma actividade remunerada no local visitado* (Cf. Licínio Cunha, *Introdução ao turismo*, p. 19). O **turista** é o visitante que pernoita, pelo menos uma noite, num estabelecimento de alojamento coletivo (unidades hoteleiras e similares) ou num estabelecimento de alojamento privado (casa de familiares, amigos ou casa de férias) no local visitado. O **excursionista** ou **visitante do dia** é o visitante que não pernoita no local visitado.

<sup>189</sup> Segundo Claude Origet du Cluzeau *Le tourisme culturel*, p. 3, *les premiers touristes, ces jeunes Britanniques de la haute société envoyés en Europe pour un «tour» (qui donnera son nom au tourisme) ont pratiqué un tourisme indéniablement culturel, motivé par une découverte du continent considéré comme indispensable à leur éducation.*

tornando-as também mais cómodas. Em meados do século XX, o turismo deixa de ser uma atividade elitista, estendendo-se às várias camadas da população.

O desenvolvimento de vários tipos de turismo também levou à criação e melhoramento de infraestruturas que pudessem receber os turistas, isto é, houve o cuidado de melhorar os alojamentos turísticos (hotéis e estâncias), assim como os pontos de interesse cultural (património histórico e artístico), e para que atraíssem turistas, foram criados os *Touring Clubs*, que inicialmente estavam ligados ao ciclismo, mas que tinham como principal objetivo promover o turismo. Em Portugal, a Sociedade de Propaganda de Portugal<sup>190</sup>, também conhecida como *Touring Club de Portugal*, e que Paul Pina apelidou de *Embrião Civil da Organização Turística*<sup>191</sup>, foi fundamental para o desenvolvimento da atividade no país. Os seus objetivos eram «*promover, pela sua acção própria, pela intervenção junto dos poderes públicos e administrações locais, pela colaboração com este e com todas as forças vivas da nação, e pelas relações internacionais que possa estabelecer, o desenvolvimento intelectual, moral e imaterial do país e, principalmente, esforçar-se por que ele seja visitado e amado por nacionais e estrangeiros*»<sup>192</sup>. O incentivo e a promoção do turismo doméstico ou interno<sup>193</sup> e turismo recetor<sup>194</sup> (*inbound tourism*) começaram pela da inventariação de monumentos e de obras de arte, melhoramento de unidades hoteleiras e das respetivas instalações, publicação de guias turísticos, organização de excursões, atribuição a *hotéis, casinos, estabelecimentos hidroterápicos, empresas de transportes, etc., plantas de instalações, tabelas de preços e lista de objectos de uso corrente nos grandes centros de excursionismo*<sup>195</sup> e a elaboração de uma melhor rede de transportes<sup>196</sup>.

---

<sup>190</sup> Sobre a importância desta organização para a promoção do turismo em Portugal cf. Ana Cardoso de Matos, Maria Luísa F.N. Santos e Maria Ana Bernardo, *A Sociedade de Propaganda de Portugal e o congresso de Turismo de 1911*, 2012, pp. 399-410.

<sup>191</sup> Cf. Paulo Pina, *Portugal, o turismo no século XX*, 1988, p. 13.

<sup>192</sup> Cf. Ana Cardoso de Matos, Maria Luísa F.N. dos Santos, *Op. Cit.*, 2004, p. 5.

<sup>193</sup> Este turismo é o que é realizado pelos residentes de um país, mesmo não tendo a nacionalidade desse país, dentro do mesmo, ou seja, *os residentes em Portugal que se deslocam dentro das fronteiras do país* (Cf. Licínio Cunha, *Op. Cit.*, p. 35).

<sup>194</sup> Este turismo *abrange as viagens a um país por residentes noutra ou noutros países, independentemente da nacionalidade que possuem: inclui todas as visitas que os residentes no estrangeiro efectuam em Portugal* (Cf. Licínio Cunha, *Op. Cit.*, p. 35).

<sup>195</sup> Cf. Ana Cardoso de Matos, Maria Luísa F.N. dos Santos, *Op. Cit.*, pp. 5-6.

Ao longo do século XX, o turismo foi ganhando importância, especialmente por se considerar uma indústria que proporcionou, e proporciona, um *rápido crescimento económico em ofertas de emprego, renda, nível de vida e activação de outros sectores produtivos do País ou Região*<sup>197</sup>, como os transportes, o artesanato, o alojamento. É também um importante fator de aproximação e coesão social no que respeita no plano internacional, possibilitando uma ligação entre vários povos, línguas e tradições diferentes.

O turismo cultural tem como principal motivação a experiência, através do conhecimento de outras realidades culturais além da nossa. O *objecto* do turismo cultural é o património, tanto o material (monumentos, museus, cidades e aldeias históricas, escavações arqueológicas e pré-históricas, jardins, edifícios religiosos, militares, etc.) como o imaterial (tradições, festas, “saber fazer”, cantares, ditados, etc.), atraindo visitantes, os quais têm o *propósito de experimentar a “cultura” enquanto forma de vida distintiva*, o que leva Agustín Santana a afirmar que este tipo de turismo é *multi-dimensional*, pois os visitantes não vão em busca só de uma *experiência na sua viagem (...) num sentido estrito* Vários destinos foram adaptados por determinados países e áreas emissoras e readaptados às novas procuras, os custos para a usufruição do turismo foram reduzidos e com o crescimento desta atividade apareceram e aumentaram as atrações turísticas<sup>198</sup>.

Em termos de públicos de turismo, atualmente temos grupos de várias faixas etárias, com uma escolaridade, interesses e comportamentos diferentes, o que leva as várias entidades de turismo nacionais e regionais a apostar numa oferta turística variada. Estas adaptações e mudanças originaram *duas categorias de turistas culturais*: o turista cultural direto e o turista cultural indireto.

O turista cultural direto é a pessoa que viaja com o propósito de explorar culturalmente o destino, isto é, é curioso por natureza, quer conhecer, é preocupado com a natureza e com as manifestações culturais, procura os símbolos da identidade,

---

<sup>196</sup> Sobre a questão da criação de condições para o incremento do volume de turistas em Portugal cf. também Maria Alexandre Lousada, *Viajar. Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*.

<sup>197</sup> Cf. João Carlos Abreu, *O turismo das culturas*, 1990, p. 54.

<sup>198</sup> Cf. Agustín Santana, *Os olhos também comem: imagens do património para o turismo*, pp. 175-176.

apegando-se a recordações, espaços e tempos mais imaginados que vividos<sup>199</sup>. Já o turista cultural indireto é a pessoa que viaja para relaxar, desfrutar do clima ou para fugir ao *stress* da rotina quotidiana. Só consome o património quando este *se apresenta no seu caminho, para além de saber que lhe irá trazer prestígio social falar e/ou demonstrar a visita enquanto entidade de valor sociocultural reconhecido*<sup>200</sup>. As visitas culturais complementam a sua viagem, e é nessa perspetiva que contempla os monumentos e compra os “*souvenirs culturais*”, e a tira fotografia da *praxe*.

Outra face incontornável do turismo nos nossos dias é a da sua sustentabilidade. Ou seja, se é certo que o turismo contribui para o desenvolvimento de atividades económicas, ele não pode esgotar os recursos, sejam eles naturais ou culturais, em que assenta a promoção do setor. Para que este turismo sustentável seja bem-sucedido, é necessário que as infraestruturas e os alojamentos turísticos sejam criados ou melhorados, possibilitando a criação de emprego para os habitantes locais, de forma a haver um crescimento económico e uma coesão social. E, sobretudo, é imprescindível que os recursos patrimoniais que são a sua razão da sua própria existência, sejam devidamente acautelados, mediante ações de conservação e de salvaguarda dos bens.

A *Carta Internacional do Turismo Cultural* tem quatro objetivos, nos quais a dinâmica e relação Património-Turismo está presente, que reforçam a ideia anterior:

- *Facilitar e encorajar as pessoas envolvidas na conservação e na gestão do património a tornarem o significado desse património acessível à comunidade residente e aos visitantes*
- *Facilitar e encorajar a indústria do turismo a promover e a gerir o turismo sob formas que respeitem e que valorizem o património e as culturas vivas das comunidades residentes.*
- *Facilitar e encorajar o diálogo entre os interesses da conservação e a indústria do turismo sobre a importância e a natureza frágil dos sítios património, das coleções e das culturas vivas, incluindo a necessidade de se lhes conseguir um futuro sustentável.*
- *Encorajar a formulação de planos e de políticas para o desenvolvimento de objetivos pormenorizados e mensuráveis, e de estratégias relacionadas com a apresentação e a interpretação dos sítios património e das atividades culturais, no contexto da sua preservação e conservação.*

---

<sup>199</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 176.

<sup>200</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 177.

Além disto, e com base nesta Carta, a atividade turística deve proporcionar uma experiência agradável aos visitantes (Princípio 3), mas também deve proteger e valorizar o património cultural e natural, compreendendo que os visitantes não devem ser induzidos em falsas expectativas, que façam valer os seus direitos, mas também os seus deveres, como o respeito pelo património e pela comunidade residente. Além disto, as atividades turísticas devem *proporcionar um retorno social e económico à comunidade residente, ao mesmo tempo que deve garantir que a sua integridade cultural não é degradada*<sup>201</sup>.

É graças à vontade de dar a conhecer e de conhecer que se criam itinerários turísticos para o património cultural edificado. Procura-se deste modo incrementar os ingressos financeiros resultantes das visitas feitas pelas pessoas e contribuir para que seja criado um fundo para a conservação e restauro deste mesmo património, ou seja, desenvolve-se uma prática de turismo sustentável.

### **3. ITINERÁRIO TURÍSTICO (CONCETUALIZAÇÃO)**

Pelo que foi sendo mencionado anteriormente neste capítulo, resulta evidente que, nos dias de hoje, o património cultural é uma oferta turística em crescimento e cada vez mais procurada.

Porém, património cultural enquanto produto turístico não é, em regra, um produto de massas, precisamente por causa dos cuidados a ter com a preservação dos recursos envolvidos. É um produto de nicho turístico ainda assim bastante fértil e que tem cada vez mais formas de ser dado a conhecer aos potenciais interessados

A questão da preservação e salvaguarda dos recursos patrimoniais não é, sequer, algo recente, se bem que cada vez mais patente nas diversas Cartas e conferências promovidas pelas instituições nacionais e internacionais. Sabe-se que a salvaguarda tem custos e ao haver uma interação dinâmica entre o Turismo e o Património Cultural, como propõe a Carta Internacional do Turismo Cultural, esses custos podem ser, pelo menos em parte, suportados pelo turismo, isto é, ao praticar *turismo sustentável*.

---

<sup>201</sup> Cf. 6.4. do Princípio 6 da *Carta Internacional do Turismo Internacional*.

A conceção e realização de itinerários turístico-culturais é uma das possibilidades do turismo sustentável, gerando lucro e valorizando o património: Os itinerários podem ser genéricos ou temáticos e, no caso do nosso trabalho, a proposta que se faz é a de um itinerário temático.

Um itinerário consiste num circuito desenvolvido em torno de um tema e de lugares ou edifícios relativos ao mesmo, os quais poderão ter um valor inestimável para a população local e para os visitantes. O tema poderá representar *uma identidade regional própria*, [e favorecer] *um sentimento de pertença, de reconhecimento ancorado na memória colectiva*, [uma vez que se dá a conhecer] *diferentes valores culturais: o vínculo histórico, o vínculo etnográfico, o vínculo social, uma corrente artística, uma identidade geográfica, uma identidade geográfica, uma identidade arquitectónica, as actividades tradicionais, as actividades artísticas, as produções artísticas*<sup>202</sup>.

O Centro Histórico de Évora está classificado como Património Mundial desde 1986 e há vários itinerários temáticos disponíveis no Posto de Turismo da cidade: alguns mais virados para o interior do Centro Histórico, outros para as suas imediações. Entre eles, refira-se o Roteiro Histórico que, como a própria designação indica, visa dar a conhecer o património cultural da cidade.

O tipo de itinerário que aqui se irá tratar é um itinerário cultural com uma linha de orientação diferenciada das que normalmente estão à disposição dos turistas que pretendem conhecer o património histórico e cultural da cidade. Pretende-se que o dito itinerário seja uma mais-valia para o turismo eborense e que suscite a criação de outros itinerários turísticos com diversas temáticas, nunca esquecendo a questão da autenticidade, que sempre favorece a criação de um produto que, por isso mesmo, se diferencia e torna único. Daí a importância do trabalho de investigação que deu origem aos capítulos anteriores da tese: investigar, reunir informações e historiar, para contextualizar e certificar a autenticidade do produto turístico que se desenha e oferece neste terceiro capítulo.

Assim, o itinerário traçado neste trabalho tem como objetivo identificar, divulgar e sublinhar o valor patrimonial dos edifícios que entre 1868 e 1926 pertenceram e ou

---

<sup>202</sup> Cf. Xerardo Pereiro, *Itinerários Turístico-Culturais: Análise de uma experiência na cidade de Chaves*, 2002, p. 2.

foram usados pelo Exército Português, e que ao serem refuncionalizados, na sua maior parte, eventualmente escaparam a um percurso que os teria conduzido a um processo de crescente ruína. Mas, em simultâneo, este itinerário pretende também fazer dessa circunstância que é a importante presença do Exército em Évora, atestada pela materialidade que a mesma assumiu através do uso dos vários edifícios e espaços da cidade, um elemento de património/memória, também valorizado do ponto de vista turístico, enquanto traço indelével da sua história.

Ao longo do percurso mostra-se como a adaptação de um imóvel a novas funções pode ser uma medida preventiva, impedindo que caia em ruína. E pode mesmo invocar-se Gabriel Pereira, intelectual também ele parte integrante da memória da cidade, que defendeu, por exemplo, que a “ocupação” do Convento da Graça pelo Regimento de Infantaria era uma mais-valia para o edifício, evitando que este se degradasse. Assim, a ocupação do Palácio dos Morgados da Mesquita, do Convento de Santa Clara, do Celeiro Comum, do Convento da Graça, do Solar dos Condes de Sabugal, do Colégio de Madre de Deus, do Hospital e Cadeia Universitária e da Torre das Cinco Quinas permitiu que estes chegassem aos dias de hoje (à exceção do Convento do Salvador), claro que com algumas diferenças na sua traça original, mas que preservam o seu valor patrimonial. O Castelo Manuelino ou Quartel dos Dragões foi concebido para funções militares, revelando a imponência da arquitetura militar dos seus estilos.

#### **4. PROPOSTA DE ITINERÁRIO: *UM PERCURSO PELA ÉVORA MILITAR OITOCENTISTA***

Este projeto consiste num roteiro que procura evidenciar e valorizar o património edificado eborense afeto ao Ministério da Guerra entre a segunda metade do século XIX e inícios do XX.

O itinerário proposto para a valorização patrimonial tem como público diversificado, turistas e visitantes que tenham curiosidade sobre esta temática, sendo a dinâmica do itinerário alterada respeitando a faixa etária dos mesmos<sup>203</sup>.

O local de início da visita é em frente ao Palácio dos Morgados da Mesquita, na Rua de São Domingos, escolhendo-o por ser precisamente a sede da Divisão Militar e isso, desde logo, simbolizar a relevância da presença militar na cidade. As visitas poderão ser feitas individualmente, pois há visitantes que “gostam de se perder na cidade”, ou em grupo. Tanto num caso, como no outro, serão entregues *kits* que terão:

- Folheto informativo (em Português, Inglês e Francês) com a localização geográfica da cidade de Évora a nível ibérico e com a descrição do itinerário;

- Dois mapas da cidade: um com o itinerário traçado e outro de 1926, permitindo ao visitante conhecer a evolução física da cidade de Évora;

- Um poster com a imagem de um soldado com o fardamento do início do século XX relativo a um dos Regimentos das Armas que se encontravam na altura em Évora (Cavalaria, Infantaria e Artilharia);

- Para os eventuais interessados, e mediante pagamento específico de 4€, disponibiliza-se uma brochura elaborada a partir das fichas de identificação efetuadas para cada um dos edifícios, que se encontram no Anexo da tese<sup>204</sup>. A dita brochura poderia ainda ficar disponível no Posto de Turismo e ser aí adquirida.

As visitas guiadas serão realizadas de hora a hora, das 10h00 às 18h00, havendo três guias-intérpretes nacionais, o que permite uma duração de duas horas de cada visita, como se pode verificar na tabela seguinte:

---

<sup>203</sup> No caso de ser um público mais jovem, o itinerário teria de ter uma dinâmica diferente, podendo aliar o ecoturismo (uso de bicicletas, por exemplo) ou outras atividades que aliassem esse dinamismo ao património, ou seja, poderíamos aplicar algumas atividades feitas pelos militares (ordem unida, desfile em parada, entre outros).

<sup>204</sup> Confira-se Anexo C e Anexo D.

Tabela 1 – Horário de visitas

Guia	Hora de Partida	Hora de Chegada
A	10H00	12H00
B	11H00	13H00
C	12H00	14H00
A	13H00	15H00
B	14H00	16H00
C	15H00	17H00
A	16H00	18H00
B	17H00	19H00
C	18H00	20H00

Estas visitas, como já foi referido, serão feitas por guias-intérpretes nacionais ou por estagiários da área de Turismo. Os grupos terão no mínimo 4 pax e no máximo 10 pax, permitindo uma abordagem mais pessoal, onde a informação/interpretação do guia não seja intercetada e *para não saturar a capacidade de carga dos locais em receber visitantes e evitar impactos negativos do turismo de massas*<sup>205</sup>. Os idiomas serão Português, Inglês, Francês e Espanhol.

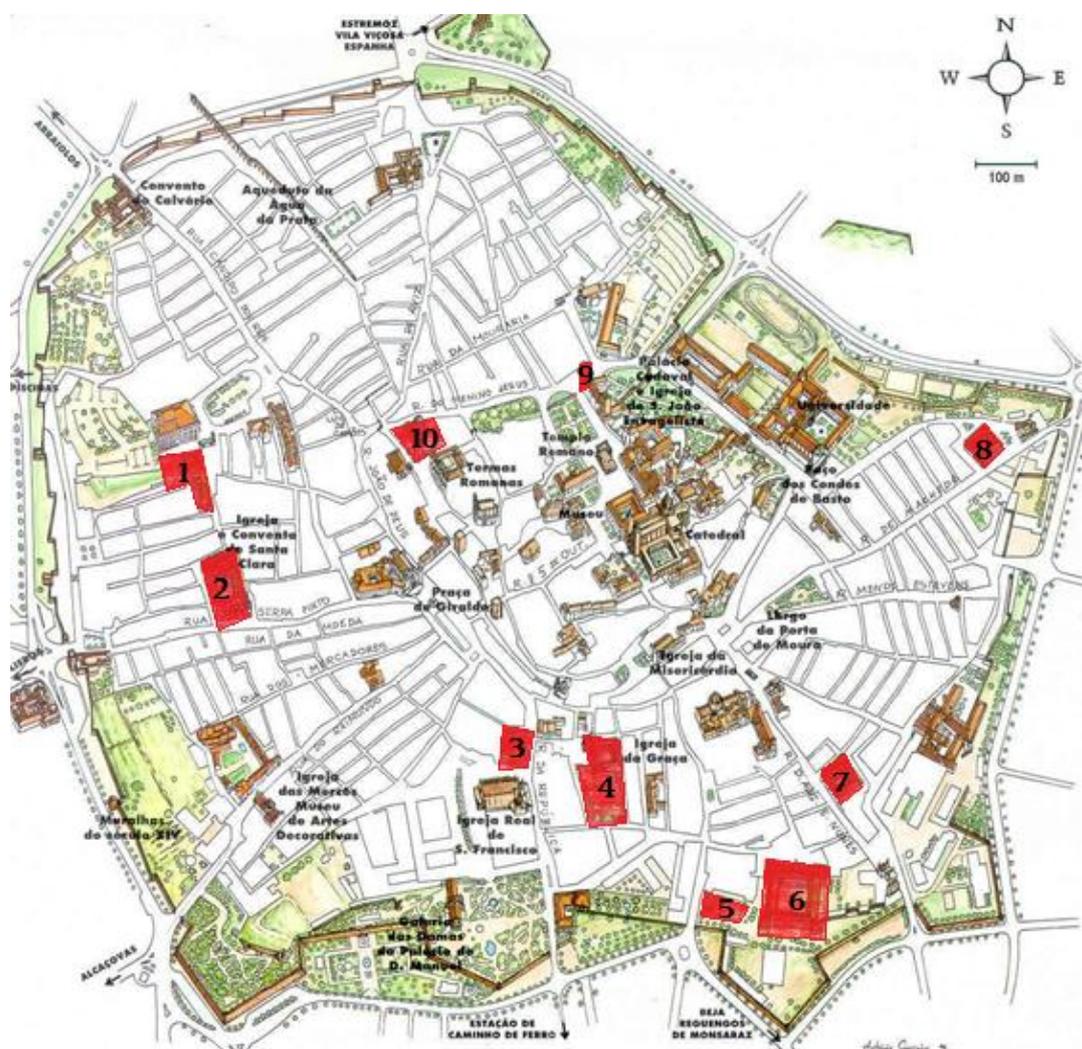
Tabela 2 – Preçário de visitas guiadas e não guiadas

	Visita Guiada	Visita Individual
<b>Normal</b>	5,00 €	1,00€
<b>+ de 65 anos</b>	2,50 €	
<b>Cartão Jovem</b>	2,50 €	
<b>Cartão Estudante</b>		
<b>Crianças até aos 14 anos</b>	Gratuito	

<sup>205</sup> Cf. Xerardo Pereiro, *Op. Cit.*, 2002, p. 9.

## 4.1. O PERCURSO – DESCRIÇÃO

Mapa 3 – Proposta de itinerário “Um percurso pela Évora militar oitocentista”



Fonte mapa: <http://www.joaoleitao.com/viagens/imagens/mapas/portugal/mapa-evora-1.jpg>

### LEGENDA:

- |   |   |
|---|---|
| <b>1.</b> Palácio dos Morgados da Mesquita (QG 4. <sup>a</sup> Divisão Militar) | <b>6.</b> Quartel dos Dragões (RC 5)                                  |
| <b>2.</b> Convento Santa Clara (RI 11 e 22)                                     | <b>7.</b> Colégio Madre de Deus (Hospital Militar)                    |
| <b>3.</b> Celeiro Comum (1. <sup>o</sup> QG 4. <sup>a</sup> DM)                 | <b>8.</b> Antigo Hospital e Cadeia Uni. (DRR 16)                      |
| <b>4.</b> Convento da Graça (3. <sup>o</sup> Batalhão do RI 11)                 | <b>9.</b> Torre das Cinco Quinas (Conselho de Guerra Permanente)      |
| <b>5.</b> Solar dos Condes de Sabugal (Trem)                                    | <b>10.</b> Convento do Salvador (Regimento de Artilharia de Montanha) |

O percurso começa na Rua de São Domingos, onde se localiza o Palácio dos Morgados da Mesquita<sup>206</sup>, procedendo-se à visita do quartel instalado num paço nobre quinhentista. Aqui habitaram os pais de D. João de Castro, benfeitores e padroeiros da Igreja de Santa Clara. O nome do palácio deve-se aos proprietários pertencentes à família Da Mesquita, que aí viveram cerca de uma centúria (século XVIII - XIX).

Nos finais do século XIX, o palácio foi adquirido pelo Ministério da Guerra para aqui se instalar o Comando e Quartel-General da 4.<sup>a</sup> Região Militar.

Segue-se pela Rua da Carta Velha, virando-se na Rua de Santa Clara para a visita exterior do Convento de Santa Clara<sup>207</sup>, fundado no século XV pelo bispo de Évora, D. Vasco Perdigão. Convento de freiras clarissas, cuja igreja sofreu danos, tendo sido reedificada nos finais do século XVI a pedido de D. Garcia de Castro e D. Isabel de Meneses (pais de D. João de Castro), cujo túmulo encontra-se na capela-mor. Era um edifício de arquitetura simples, mas que no século XVI foram feitas obras de beneficiação.

Subindo a Rua Serpa Pinto, chega-se à Praça do Giraldo, onde se poderá fazer um *coffee break* de 10 minutos. Após a pausa, desce-se a Rua da República para visitar o Celeiro Comum (atualmente Museu do Artesanato e do Design) na Praça 1.º de Maio,

Figura 10 - Palácio dos Morgados da Mesquita (anterior a 1920)



Fonte: Arquivo Fotográfico CME – Projecto Memória  
(<http://www.evora.net/cice/memoria/home.asp?offset=950>)

Figura 11 - Convento de Santa Clara visto da Rua Serpa Pinto (1966)



Fonte: Arquivo Fotográfico CME  
(<http://www.evora.net/cice/memoria/home.as>)

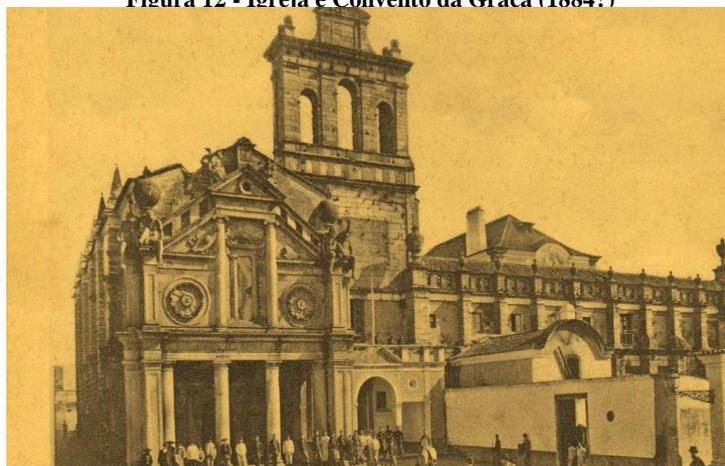
<sup>206</sup> Confira-se Figura 10.

<sup>207</sup> Confira-se Figura 11.

antiga Praça D. Manuel<sup>208</sup>. Este edifício data do século XVIII, foi construído a mando de D. João V, para que o *Real Celeiro Comum de N.ª Sr.ª da Piedade*, instalado nos torreões do Castelo Manuelino por ordem de D. Sebastião, tivesse um edifício próprio. Em 1868 foi o primeiro Quartel-General da 4.ª Região Militar, atribuindo importância militar à cidade de Évora. Seguindo pela Travessa da Caraça, encontra-se a imponente fachada da Igreja da Graça<sup>209</sup> e todo o edifício conventual, que hoje alberga a Messe de Oficiais do Exército. Por ordem e patrocínio de D. João III, foi construído o conjunto religioso, tendo sido a igreja a primeira a ser concretizada. Esta casa religiosa foi construída no local onde estaria uma ermida pertencente à Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, que fora incorporada na igreja da Graça. Diz-se que D. João III ficou maravilhado com a igreja, mas que o interior desta ficara aquém das expectativas do monarca, escolhendo D. Francisco de Portugal, 1.º Conde de Vimioso, como padroeiro perpétuo do conjunto conventual de Nossa Senhora da Graça. Com a secularização de conventos e mosteiros no ano de 1834, uma parte deste edifício foi ocupado por uma Escola Primária Oficial e o terceiro piso pelo Hospital Regimental da Cavalaria n.º 5. Anos depois, o Regimento de Infantaria n.º 11 seria instalado no corpo conventual e o Hospital Regimental transferido para o Colégio da Madre de Deus.

Seguindo pela Rua Cicioso e descendo a Rua da Rampa, descobre-se o Solar dos Condes de Sabugal, construído no século XV. No século XIX, foi adquirido pelo Ministério da Guerra, que o transformou no

Figura 12 - Igreja e Convento da Graça (1884?)



Fonte: <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2012/08/convento-de-nossa-senhora-da-graca-evora.html>

<sup>208</sup> José Manuel Queimado referencia as várias designações que esta praça teve: Avenida do Passeio, Adro de São Francisco (1869), Praça D. Manuel (1879), Praça 1.º de Maio (20 de Abril de 1911), Praça 28 de Maio (1926/1927). Após o 25 de Abril de 1974, a praça voltou a ser designada por Praça 1.º de Maio (p. 60-61).

<sup>209</sup> Confira-se Figura 12.

Trem Militar<sup>210</sup> (Padaria Militar, armazéns de matérias e ferramentas e arrecadações).

Subindo até ao Largo dos Castelos, encontra-se o Quartel dos Dragões<sup>211</sup> (Castelo Novo ou Castelo Manuelino), obra arquitetónica do século XVI. Construído no reinado de D. Manuel I. Durante o reinado de D. Sebastião, os seus torreões foram usados como depósito do Celeiro Comum. Já no reinado de D. João V, o edifício sofreu alterações para aquartelar o Regimento dos Dragões de Évora, que no início do século XIX passou a ser designado por Regimento de Cavalaria n.º 5. Entre 1936 e 1976 esteve aqui instalado o Regimento de Infantaria n.º 16.

Figura 13 - Quartel dos Dragões (1908)



Fonte: <http://www.exercito.pt/sites/CID/Historial/Paginas/default.aspx>

Descendo pela Rua dos Castelos e virando na primeira ruela da direita, entra-se na Rua D. Augusto Eduardo Nunes (antiga Rua da Mesquita), onde se encontra o Colégio da Madre de Deus que alberga o Centro de Saúde Militar, que era Hospital Militar desde 1909. O colégio foi fundado no século XVI por D. Heitor de Pina Olival e sua esposa D. Francisca de Brito Sacota, e alojaria treze alunos pobres da Universidade.

Ao subir a Rua D. Augusto Eduardo Nunes depara-se com o Largo das Portas de Moura, onde se encontra o chafariz que era um dos principais pontos de abastecimento de água.

---

<sup>210</sup> *Agrupamento de elementos dos Serviços que provém ao apoio logístico de uma unidade, isto é, o conjunto de militares e viaturas que fornecem à unidade a que pertencem apoio de abastecimento, evacuação e manutenção.*

<sup>211</sup> Confirma-se Figura 13.

Descendo pela Rua de Machede até ao Largo de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Natividade, é possível admirar o antigo Hospital e Cadeia dos estudantes. No início do século XX, o Ministério da Guerra fez várias intervenções, pois o edifício encontrava-se em mau estado. Em 1926, o Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 16 foi aqui instalado.

Ao subir a Rua Cardeal-Rei, passando pelo Largo dos Colegiais, a Rua do Menino Jesus e chegando à interceção desta última com a Rua Augusto Filipe Simões, encontramos a Torre das Cinco Quinas<sup>212</sup>, que está integrada no Palácio dos Duques de Cadaval. Foi nesta torre que funcionou o primeiro Tribunal Militar, entre 1875 e 1884, tendo sido transferido posteriormente para o Palácio dos Morgados da Mesquita.

O itinerário termina na Praça do Sertório, após a visita a Igreja do Salvador e à torre sineira. Este conjunto pertencia ao Convento do Salvador, que foi destruído na década de 1940 para ali se construir a nova sede dos CTT de Évora. Em 1906, o convento era ocupado pelo Regimento de Artilharia de Montanha de Évora. Foi quartel da arma de Artilharia até 1937/38, sendo ocupado até 1940 pela Escola Industrial e Comercial de Évora. A sua destruição deveu-se a uma avaliação feita pela DGEMN a todo o conjunto religioso, tendo subsistido a Igreja, a qual tem valor artístico, e a torre sineira, uma vez que pertence ao sistema defensivo da época visigótica.

**Figura 14 - Torre das Cinco Quinas**



Fonte: <http://www.palaciocadaval.com/>

Este itinerário inclui a visita ao Museu de Artesanato e de Design, tendo em atenção o horário de funcionamento do museu, pelo qual às segundas-feiras não será possível visitá-lo, pois encontra-se encerrado. A visita ao Palácio dos Duques de Cadaval poderá estar incluída no itinerário apenas se este for agendado e a visita, assim como acontece com a do Museu de Artesanato e de Design, tem de ter em conta os horários de funcionamento deste monumento.

---

<sup>212</sup> Confirma-se Figura 14.

## CONCLUSÃO

A tese que se dá por finda foi construída a partir de diferentes perspetivas e contributos que, ao longo da investigação e da escrita, procurámos articular.

Recorreu-se à história local e à história de arte no capítulo que traça a genealogia do Palácio da Mesquita, desde o período mais recuado para o qual foi possível encontrar informações até época bastante recente, atentando sobretudo nas questões estilísticas e de arquitetura, nos proprietários e nos usos que foi tendo ao longo dos séculos. Produzimos, eventualmente, o texto mais desenvolvido e pormenorizado sobre este discreto edifício que os eventuais interessados podem encontrar.

É certo que ficaram questões em aberto e pode até considerar-se que o texto *sabe a pouco*, do ponto de vista da história do Palácio. Sustentamos, ainda assim, que esta parte da tese, correspondente ao capítulo I, resgatou a um relativo anonimato um elemento do património edificado histórico da cidade que ganha uma nova centralidade quanto é refletido em articulação com a interrogação sobre a presença militar em Évora, no período contemporâneo. Ou seja, a importância do edifício decorre não apenas do seu valor estilístico mas também do seu papel de testemunho da história da cidade. E, relativamente a este aspeto, sabemos que desde 1884 até 1992 o Palácio, até então residência familiar, passou a funcionar como sede da 4ª Divisão ou Região Militar. Durante mais de um século, Évora, e aquele edifício em particular, acolheram um dos comandos territoriais do Exército, com tudo o que tal implicou do ponto de vista da importância estratégica atribuída à cidade.

Assim, a reflexão sobre a história do edifício abriu caminho à reflexão sobre a presença militar em Évora, tema desenvolvido ao longo do capítulo II. A pesquisa passou então a situar-se no campo da história militar e tomou como fio condutor o tópico das reformas do Exército, sobretudo na sua vertente territorial, mas não só. Curiosamente, não foi possível encontrar, na bibliografia consultada, uma exposição sequencial sobre a matéria que cobrisse todo o período cronológico em análise. O texto foi construído a partir de informações dispersas colhidas em estudos e em documentação de arquivo, e proporciona uma síntese sobre as reformas militares do século XIX e início do século XX, que nos ajuda a perceber como Évora beneficiou das ditas e passou a integrar o restrito grupo de cidades que encabeçavam estrutura

territorial do Exército português. A partir de 1868 Évora destituiu mesmo dessa posição a vila de Estremoz. Beneficiou de ser capital de distrito, argumento invocado na Lei relativa ao assunto, mas a sua importância histórica, dimensão populacional e também o facto de concentrar já na segunda metade do século XIX vários serviços da administração periférica do Estado, favoreceram a escolha. Évora afirmava-se, e ganhava identidade, tanto pelas suas funções civis como também pelas militares. A 4.<sup>a</sup> Divisão Militar era a maior divisão do país, logo atribuía a Évora uma maior responsabilidade no que respeita às funções diretivas, tanto mais que a cidade era o elo entre o Comando do Exército, que estava implementado na capital, e as várias unidades existentes na circunscrição territorial.

Assim, decorrente de ser a sede da 4.<sup>a</sup> Divisão, a cidade passou a acolher um maior número de corpos militares, de serviços e de funcionalidades que implicaram tanto o acréscimo da presença de efetivos humanos ao serviço do Exército como a necessidade se encontrarem espaços para o seu aquartelamento. Este tópico, também tratado no capítulo II, e central no âmbito da tese, revelou algumas dificuldades. O retorno à história local demonstrou que muito pouco está estudado relativamente ao assunto. O acesso aos vários documentos existentes no Arquivo Histórico Militar trouxe à luz provas textuais da ocupação de vários edifícios por parte do Exército, mediante a instalação de regimentos, alguns desses edifícios classificados como Monumento Nacional já em 1910.

Por vezes, entre os estudos existentes e a documentação de arquivo notou-se alguma discrepância. Nesses casos, optou-se por incluir nos textos os dados recolhidos em arquivo. Um outro problema que surgiu foi o da falta de documentação que comprovasse a existência de determinados regimentos ou serviços em certos edifícios da cidade de Évora, como é o exemplo do Conselho de Guerra Permanente que existiria na Torre das Cinco Quinas.

Feito o inventário, e cruzada a informação sobre quais foram os corpos e demais serviços militares sediados na cidade e quais os edifícios que ocuparam, confirmou-se que o aumento de unidades originou a instalação das mesmas em edifícios cuja função original tinha sido civil ou religiosa. Esta *ocupação* permitiu que esses edifícios não entrassem em processo de deterioração, embora o Convento do Salvador acabasse por ser destruído para a construção da nova sede dos CTT.

Assim se confirmou a hipótese de trabalho enunciada na Introdução da tese: o Exército nacional, que o Regime Liberal instituiu e foi estruturando a partir do fim da guerra civil de 1832-1834, veio a ser um dos beneficiários do edificado disponível por efeito da extinção das ordens religiosas e da incorporação de outros edifícios civis nos bens nacionais. Embora isso tivesse acontecido em grande medida devido à falta de verbas para a concretização de outro tipo de soluções para instalação de homens e equipamentos do Exército, a verdade é que esta nova funcionalidade dos edifícios salvou muitos deles do perigo do abandono e eventual ruína.

E foi precisamente esta leitura articulada entre a história do país, a história da cidade de Évora e a história do património edificado eborense que fundamentou o projeto de valorização patrimonial de algum desse mesmo património, que se apresenta no capítulo III da tese.

Embora a proposta elaborada atenda à questão do valor artístico dos edifícios que a incluem, o certo é que esta vertente é a mais contemplada em todos os folhetos, mapas e demais informação disponibilizada aos visitantes que afluem a Évora.

A nossa proposta de valorização corporiza-se num itinerário subordinado ao tema *Percurso pela Évora Militar Oitocentista*. É uma proposta de itinerário temático, um produto de nicho, oferecido no segmento do turismo cultural. A dimensão de originalidade assenta justamente no tema do itinerário, que implicou um prévio trabalho de investigação sobre o Palácio da Mesquita, a história do Exército em Portugal e a história da presença militar em Évora. Assim se tornou possível construir uma narrativa sobre o tema referido, que se pretende evocar à medida que se segue o Percurso e se identificam os edifícios/vestigios/memória dessa mesma narrativa. Surge, deste modo, uma face até agora menos conhecida da história e do património histórico e cultural da cidade de Évora.

Apesar de ser um itinerário simples, é uma proposta válida relativamente à valorização patrimonial. A importância da experiência do visitante é um ponto fulcral, especialmente se forem visitantes que saibam ou tenham estudado História, História de Arte ou mesmo História Militar, porque vai permitir a troca de informações e de opiniões, isto é, este percurso não foi pensado para um turismo de massas, cujos visitantes só pratiquem o turismo cultural porque o hotel tens umas propostas

*engraçadas*. É um itinerário direcionado a um público-alvo e com o objetivo de uma participação ativa desse público, a fim de tornar o trajeto algo único e inigualável.

Não se trata de uma proposta completamente delineada, reconhece-se, e a concretização do Percurso no âmbito da oferta turística eborense implica ainda aspetos que ficam apenas enunciados neste ponto do trabalho. São eles, nomeadamente, a questão da divulgação e da gestão do projeto. Sobre o primeiro ponto, afigura-se indispensável a sua apresentação junto das autoridades responsáveis pelo turismo de Évora, sensibilizando-as sobre o interesse da nossa proposta de itinerário, de modo a que a mesma fosse incluída nos vários meios e suportes de divulgação da oferta turística relativa a Évora. Poderia também, embora mantendo acesso aos canais de promoção da oferta sob alçada das autoridades turísticas, criar-se uma página própria de divulgação do itinerário e fazer dessa página uma estratégia de promoção de um projeto gerido autonomamente, numa lógica de empreendedorismo jovem. Neste caso, a questão do financiamento do projeto teria igualmente que ser ponderada.

Por outro lado, também temos a noção que a narrativa que legitima a nossa proposta de itinerário é limitada no espaço e no tempo, muito ficando na sombra sobre a presença e importância das forças militares na cidade na cidade de Évora num tempo longo. Para uma perspetiva mais abrangente sobre o tema, a criação de um centro interpretativo poderia ser uma hipótese a considerar e o ponto de convergência de itinerários temáticos sobre a Évora militar, com outras balizas cronológicas e com um alcance espacial para além do Centro Histórico incluindo, por exemplo, o património da arquitetura militar que se situa no limítrofe da cidade.

Estas reflexões finais não passam de enunciados, pontos a considerar em propostas de valorização mais ambiciosas que possam ser concebidas. Adquirido, em resultado deste nosso trabalho, é o contributo para o conhecimento do tema tratado na tese, ato prévio, indispensável, e parte integrante de qualquer ação de valorização patrimonial.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **FONTES**

#### **ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR**

**Relatório da comissão encarregada de inspeccionar alguns edifícios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d'elles poderia ser estabelecido o quartel general da 4.<sup>a</sup> divisão militar. (PT/AHM/DIV/3/20/25/24).**

**NOGUEIRA, Luís Franco - Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994).** Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar, 1994, p. 111-115.

#### **FONTES IMPRESSAS**

**ALBUQUERQUE, J. da Costa Brandão - Censo de 1864: relação das freguesias do continente e ilhas: população, sexos, fogos: divisão civil, judicial, militar e ecclesiastico,** Lisboa: Tipografia da Gazeta de Portugal, 1866.

**Brasonário da nobreza de Portugal – manuscrito anónimo do séc. XVII,** Lisboa: Moreira & Almeida, 1999.

**COSTA, Pe. António Carvalho da - Corografia Portugueza, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contém; varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, edifícios, & outras curiosas observaçoens,** Lisboa: Of. Valentim da Costa Deslandes, 1708, p. 421-422.

**Estatutos da Associação Cooperativa dos Officiaes do Regimento de Cavallaria n.º5,** Évora: Typographia da Casa Pia, 1883.

## **ESTUDOS**

ABREU, João Carlos – **O Turismo das culturas**. Braga: Eurosigno Publicações, Lda, 1990.

**Actividades – gestão de património: repartição de planeamento e gestão de património – secção de património**. Boletim Informativo n.º 56, Lisboa: Direcção de Infra-Estruturas, Lisboa, 2010, pp. 27-31.

ALBUQUERQUE, Helena Cláudia da Cruz – **Turismo sustentável nas zonas costeiras: o caso das praias de Mira**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004. (Dissertação apresentada para a obtenção de grau de Mestre em Ciências das Zonas Costeiras).

ALDEN, Dauril - **The making of an enterprise: the society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond: 1540-1750**, Stanford, California: Stanford University Press, 1996. ISBN 0-8047-2271-4.

ALMEIDA, Álvaro Duarte de, BELO, Duarte,- **Portugal património, Volume VIII: Portalegre – Évora**, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2008. ISBN 978-972-42-3914-9.

ALMEIDA, Claudino de – **Ruas de Évora: subsídios para explicação dos seus nomes**. Évora: Gráfica Eborense, 1934.

ALMEIDA, João de - **Roteiro dos monumentos militares portugueses (Volume III)**, Lisboa: Edição do Autor, 1948.

ALMEIDA, José António Ferreira (coord.) *et al* - **Tesouros artísticos de Portugal**, Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1976.

AMARAL, Augusto Ferreira do - **Collecção dos brazões das familias ilustres de portugal** (Edição fac-similida), Lisboa: A Nova Eclética, 2003.

BAIÔA, Manuel – **Elites políticas de Évora. Da I República à Ditadura Militar (1925-1926)**. Lisboa: Cosmos, 2000. ISBN: 972-762-199-6.

BALTAZAR, Maria da Saudade - **As forças armadas portuguesas – desafios numa sociedade em mudança**. Évora: s.e., 2001. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia).

BARATA, Manuel Themudo (dir.); TEIXEIRA, Nuno Severiano - **Nova história militar de Portugal** (Vol. III); Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2004. ISBN 978-972-423-189-1.

IDEM - **Nova história militar de Portugal** (Vol. IV). Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004. ISBN 978-972-423-209-6.

BARBOSA, José Maria da Silva Pinto – **Da praça pública em Portugal**. Évora: Universidade de Évora, 1993. (Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem). p. 220-238.

BARRENTO, António - **O Conde de Lippe em Portugal, la pensée militaire du Comte de Schaumbourg-Lippe (1724 - 1777)**. Lisboa: Separata da Revista Militar n.º 6,1991.

IDEM - **Reflexões sobre temas militares (Vol. II)**. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 2000.

BARRO, José da Cunha – **Turismo e construção do património cultural: os projectos turístico-patrimoniais das autarquias**. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – **Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas**. Oeiras: Celta, 2006. ISBN: 972-774-233-5.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha - **Évora na Idade Média**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. ISBN: 972-42-0143-0.

BERNARDO, Maria Ana – **Sociabilidades e distinção em Évora no século XIX. O Círculo Eborense**. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. ISBN: 972-762-201-1.

IDEM – **Sociedade e elites no concelho de Évora. Permanência e mudança (1890-1930)**. Évora: Universidade de Évora, 2010. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor em História).

BISPO, General António – **Algumas problemáticas sobre a Instituição Militar**. In CPHM – Para uma visão global da História Militar (Actas do I Colóquio de História Militar). Lisboa: CPHM, 1990. pp. 221-230.

BOCAGE, Carlos Roma - **A reforma do exército**, Lisboa: Tipografia Academia Real das Ciências, 1883.

BRAZ, Francisco da Silva - **De Oliveira a Estremoz – subsídios para a história do RC3**, Évora: Gráfica Eborense, 2010.

BRENNAN, Michael G. – **The origins of the Grand Tour: the travels of Robert Montagu. Lorde Mandeville (1649-1654), William Hammond (1655-1658), Banaster Maynard (1660-1663)**. London: The Hakluy Society, 2004. ISBN: 0-904180-85-9.

CALADO, Hugo Miguel Pinto - **A raia alentejana medieval e os pólos de defesa militar – O Castelo de Noudar e a defesa do património nacional**, Lisboa: s.e., 2007. (Dissertação apresentada para obtenção de grau de Mestre em História Regional e Local).

CANAVARRO, Pedro - **Achegas documentais para o estudo e defesa do património**, Braga: Minia, 2.<sup>a</sup> Série, Ano I, n.º 2, 1978.

CARRILHO, Maria - **Forças armadas e mudança política em Portugal no séc. XX – para uma explicação sociológica do papel dos militares**, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 265.

CARVALHO, Afonso de - **Da toponímia de Évora, dos meados do século XII a finais do século XIV** (Vol. I), Lisboa: Edições Colibri, 2004. ISBN 972-772-470-1.

CHARRUA, Vanda Marina Valverde – **O turismo sénior em Portugal – estudo de caso no Alentejo**. Évora: s.e., 2011. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Turismo, na área de especialização de Turismo e Desenvolvimento).

CHING, Francis D. K. - **Diccionario visual de arquitectura**, Barcelona: GG/México, 1997. ISBN 968-887-339-X.

CHOAY, Françoise - **A alegoria do património**, Lisboa: Edições 70, 2006. ISBN 972-44-1205-9.

IDEM – **Património e mundialização**. Évora: Casa do Sul, 2005. ISBN 972-8661-24-X.

CID, António José Balula - **Unidades de infantaria – sua evolução desde 1640 até à actualidade**, Lisboa: 1956.

IDEM - **Unidades de cavalaria – sua evolução**, Lisboa: Separata da Revista da Cavalaria, 1957.

CLUZEAU, Claude Origet – **Le tourisme culturel**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. ISBN: 2-13-049304-1

CME – **Riscos de um século: memórias da evolução urbana de Évora**. Évora: CME, 2001. ISBN 972-8509-17-0.

COELHO, Adelino Matos (coord.) - **O Exército Português e as comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular** (2.º V.), Lisboa: Tribuna da História, 2009. ISBN 978-898-8219-0.

CRISTO, Célia – A praça onde “giralmente” todos se encontram. In FIGUEIRA, Eduardo, *et al.* – **Questões sociais contemporâneas** (Actas das VIII jornadas do departamento de Sociologia). Évora: Fundação Luís de Molina, 2007. ISBN: 978-972-99959-6-5. pp. 97-109.

CUNHA, Licínio - **Introdução ao turismo** (3.ª Edição), Lisboa: Editorial Verbo, 2007. ISBN 978-972-22-2085-9.

CUSTÓDIO, Jorge – **100 anos de património: memória e identidade- Portugal 1910-2010**. Lisboa: IGESPAR, 2010. ISBN: 978-98-8052-20-9.

DAVID, Celestino – **Évora Encantadora V – As ruas e as praças**. O Alentejo. Évora. Ano 1. N.º 24. 1921 (p.1).

DSHM – **Património Histórico dos Corpos Militares, Condecorações**, Lisboa: DSHM, 1986.

DOMINGUES, Celestino M. – **Dicionário técnico de turismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

EME – **Armorial do exército português**. Lisboa: CEGRAF/EX, 1996. ISBN: 8347-00-6.

ESPANCA, Túlio – Breve notícia relativa ao demolido convento de S.Domingos. **A Cidade de Évora**, n.<sup>os</sup> 35-36, Janeiro-Dezembro, p. 152-159.

IDEM – **Cercas militares de Évora: Castelo Manuelino (Quartel dos Dragões) e Palácio dos Mesquitas (Quartel General)**. In Comissão Municipal de Turismo de Évora – Évora. Évora: CMTE, 1965.

IDEM – **Évora. Guia histórico artístico**. Évora: Comissão Municipal de Turismo, 1949.

IDEM – **Évora: arte e história**. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1980.

IDEM – **Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora** (Vol. VII- Tomo 1). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966.

FERNANDES, Maria – **Évora, memória e “restauros”**. In Évora, História e Imaginário. Évora: Ataegina, 1997, p. 67-74.

FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Noemí – **La empresa Krupp en la ciudad de Essen o la fusión del patrimonio industrial y militar**. In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel (dir.) – Património industrial e historia militar. Gijón: INCUNA, 2006. ISBN: 84-934613-4-2.

FERREIRA, Carlos Antero – **Reflexões sobre património cultural, arquitectónico, ciência e inovação tecnológica**. Lisboa: Escola Superior de Belas-Artes, Departamento de Arquitectura, 1983.

FERREIRA, Cap. Menezes – **João Ninguém: soldado da Grande Guerra: impressões humorísticas do C.E.P.**. Lisboa: Oficinas dos Serviços Gráficos do Exército, 1921.

FERREIRA, David Mourão – **Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

FERREIRA, Luís Jorge do Nascimento – **Leis do Turismo – novos diplomas comentados e anotados**. Lisboa: Quid Juris, Sociedade Editora, 2009. ISBN: 978-972-724-473-7.

FERREIRA, Maria Antónia Valentim Ermitão – **De memória de espaço régio a Escola Prática de Artilharia – um património a conhecer, preservar e valorizar**. Évora: s.e., 2013. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, ramo de Património Artístico e História de Arte).

FONSECA, Hélder Adegar - **O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas**. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1996. ISBN 972-27-0813-9.

FONSECA, Hélder Adegar, GAMEIRO, Fernando Luís – **O liceu de Évora na formação das elites portuguesas. Percursos escolares e profissionais 1841-1941**. In *Escolas, culturas e identidades*, vol. III, III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Coimbra: Sociedade Portuguesa da Educação, 2004.

FORTUNA, Carlos - **Cidades e patrimónios: uma perspectiva sociológica**. In *Património cultural em análise (actas do encontro nacional)*, Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1998. ISBN 972/9411-46-8. pp. 15-20.

GONÇALVES, Fausto - **Alentejo: baluarte da nacionalidade (notas históricas)**, Lisboa: Livraria Portugal, 1961.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca – **El patrimonio cultural: la memoria recuperada**. Gijón: Ediciones Trea, 2002. ISBN: 84-9704-036-8.

HERNÁNDEZ I MARTI, Gil-Manuel – **La difusión del patrimonio cultural y el turismo**. In *HERNÁNDEZ I MARTI, Gil-Manuel et al. – La memoria construida:*

património cultural y modernidad. Valencia: Tirant lo Blanch, 2005. ISBN: 84-8456-445-2.

LIMA, Miguel dos Reis Pedroso de – **Muralhas e fortificações de Évora**. Lisboa: Argumentum, 2004. ISBN: 972-8479-31-X.

IDEM – **O recinto amuralhado de Évora: subsídios para o estudo do seu traçado**. Évora: [s.n.], 1995. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico).

LOUSADA, Maria Alexandre – **Viajar. Viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República**. Lisboa: CCNCCR, 2010. ISBN: 978-972-27-1841-7.

MAIA, Maria Helena – **Vandalismo e abandono dos bens culturais (1875-1910)**. In CUSTÓDIO, Jorge – 100 anos de património: memória e identidade. Portugal 1910-2010. Lisboa: IGESPAR, 2010. ISBN: 978-080-8052-20-9. p. 63-65.

MATOS, Ana Cardoso de, *et al.* – **Sociedade de Propaganda em Portugal e o Congresso de Turismo em 1911**. In ROLLO, Maria Fernanda (org.) – Congresso Internacional I República e Republicanismo: atas. Lisboa: Assembleia da República - Divisão de Edições, 2012. ISBN: 978-972-556-604-6. p. 399 – 410.

MARTINS, Ana Cristina N. – Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo) – 1.<sup>a</sup> parte. In AA. VV., **Revista Património Estudos n.º 5 – Salvaguarda. Memória. Intervenções**. Lisboa. ISSN 1645-2453. pp. 33-50.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira - **História do Exército Português**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1946.

MARTELO, David - **Os caçadores: os galos de combate do exército de Wellington**, Lisboa: Tribuna da História, 2007. ISBN 978-972-8799-76-2.

MACEDO, Jorge Borges de - **Fontes Pereira de Melo**. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, 1990.

MARRECAS, Cândido – **O interesse turístico das duas capitais alentejanas**. In I Encontro sobre desenvolvimento regional da região-plano sul. Évora: Junta Distrital de Évora, 1969.

MENDEIROS, Mons. José Filipe – **Roteiro histórico dos Jesuítas em Évora**. Braga: Editorial A.O., 1992. ISBN: 972-30-0261-3.

MESQUITA, José Carlos Vilhena – **A viagem: uma outra forma de turismo na perspectiva do conhecimento histórico**. Faro: Universidade do Algarve, 1986.

MILHEIRO, Eva – **A informação turística e as tecnologias da informação e da comunicação: o caso português**. Lisboa: Instituto de Turismo de Portugal, 2006. ISBN: 972-99590-3-X.

Ministério da Guerra - **Regulamento para a instrução dos Corpos de Infantaria – Aprovado por Decreto de 12 de Julho de 1894**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

Ministério do Comércio e Turismo e Secretaria de Estado da Cultura – **Itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve: programa de valorização cultural e divulgação turística**. Turismo de Portugal

MÓNICA, Maria Filomena - **Fontes Pereira de Melo**. Porto: Edições Afrontamento, 1999. ISBN 972-36-0476-0.

MONIZ, Manuel de Carvalho – **A praça do Giraldo**. Évora: Gráfica Eborense, 1984.

MONTEIRO, Henrique Pires - **Evolução orgânica do Exército Português**. Revista Militar, Volume 81.º. Lisboa. Ano LXXXI, 1929.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa - **O Exército e o registo da memória. As monografias das unidades**. In CPHM - Portugal na história militar. Lisboa: CPHM, 1995.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa; MAIA, Fernanda Paula Sousa – **Os quartéis na segunda metade do século XIX – uma questão de saúde no âmbito militar**. In CPHM – O serviço de saúde militar na comemoração do IV centenário dos Irmãos

Hospitaleiros, Volume I (Atas do XVI Colóquio de História Militar). Lisboa: CPHM, 2006. ISBN: 978-972-99128-8-7. p. 251-263.

MORA, Luís Ricardo Manuel – **Sociedade Harmonia Eborensis. Um olhar sobre práticas, sociabilidades e representações**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2003. (Trabalho realizado no âmbito do Seminário de Investigação II do 4.º ano da Licenciatura em Antropologia).

MORAES, Cristóvão Alão de - **Pedatura Lusitana, Volume I, Tomos 1.º e 2.º** (Nova Edição Reformulada). Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1997. ISBN 972-9494-07-X.

IDEM - **Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal), Volume IV, Tomos 1.º e 2.º**. Braga: Carvalhos de Basto, 1997. ISBN 972-9494-10-X.

MORENO, Luís – **A promoção e a oferta turística em áreas de baixa densidade: Portugal no contexto europeu**. In CAVADO, Carminda (coord.) – Turismo, inovação e desenvolvimento – Actas do I seminário: Turismo e planeamento do território. Lisboa: Edições Colibri. ISBN: 978-972-772-636-182-4. p. 315-339.

MOURATO, Helena Cristina Peixe – **Salvaguarda da imagem urbana de natureza histórica de Évora: a praça do Giraldo**. Évora: Universidade de Évora, 2000. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico).

NORONHA, Eduardo de - **Fontes Pereira de Melo e os seus colaboradores**. Porto: Companhia Portuguesa Editora, L.<sup>DA</sup>, 1926.

NUNES, José Manuel – **Roadbook: os caminhos do turismo sustentável – manual de boas práticas de desenvolvimento turístico**. ADRT, Associação de Desenvolvimento Terras do Regadio, 2008.

OLIVEIRA, A.N. Ramires de – **História do Exército Português (1910-1945), Volume I**. Lisboa: EME, 1993.

IDEM – **História do Exército Português (1910-1945), Volume IV**. Lisboa: EME, 1995.

PADILLO RIVADEMAR, Jesús M.; PÉREZ RIVERA, José Manuel – **Plan director para la conservación y puesta en valor del patrimonio arquitectónico de Ceuta**. In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel (dir.) – Património industrial e historia militar. Gijón: INCUNA, 2006. ISBN: 84-934613-4-2.

PEDROSA, Manuel Leal - **Igrejas e turismo cultural**. In Património Classificado (Actas dos Encontros promovidos pelo IPPAR e pela UCP). Lisboa: Universidade Católica Editora, 1997. ISBN: 972-9430-99-3. p. 299-311.

PEREIRA, Gabriel – **Documentos históricos da cidade de Évora**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. ISBN: 972-27-0882-1.

IDEM - **Estudos Eborenses, I Volume**. Évora: Edições Nazareth, 1947.

PEREIRA, Paulo (dir.) - **História da Arte Portuguesa – Do «Modo» Gótico ao Maneirismo (Volume 2)**. Temas e Debates, 1995. ISBN: 972-759-009-8.

IDEM – **Lugares mágicos de Portugal – Idades do Ouro**. Rio de Mouro: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2009. ISBN: 978-989-644-067-1.

PINA, Paulo – **Portugal, o turismo no século XX**. Lisboa: Lucidus, 1988.

PINTASSILGO, Joaquim, TEIXEIRA, Maria Adelaide – **Turismo: horizontes alternativos (Actas do encontro realizado na E.S.E. Portalegre)**. Lisboa: Colibri Edições, 1998. ISBN: 972-772-006-4.

PINTO, Armando – **História da Manutenção Militar (Volume I)**. Lisboa: SPEME, 1966.

PIZZI, Marcela; et al. – **El regimiento cazadores, antigua maestranza y fábrica de armamentos de la calle Portugal, en Santiago de Chile**. In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel (dir.) – Património industrial e historia militar. Gijón: INCUNA, 2006. ISBN: 84-934613-4-2.

QUEIMADO, José Manuel – **Alentejo Glorioso: Évora: suas ruas e conventos – uma achega para a história de Évora**. Évora: Edição de Autor, 1975.

RAMOS, Rui – **História de Portugal: a segunda fundação**, in José Mattoso, História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. ISBN: 972-33-0988-2. p. 378-379.

**Revista Monumentos: Centro Histórico de Évora**, Lisboa, nº26, Abril de 2007.

RIBEIRO, António Silva – **A evolução histórica do saber militar entre os séculos XVIII e XX**. In CPHM – Os militares na sociedade portuguesa (Atas do IX Colóquio de História Militar). Lisboa: CPHM, 1999. ISBN: 972-98222-5-5. p. 255-263.

**RMS - Resenha histórica e características da área territorial da RMS e suas unidades, estabelecimentos e órgãos**. Évora: RMS, 1994.

RODRIGUES, Maria João Madeira (coord.) - **Vocabulário técnico e crítico de arquitectura**, 3.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Quimera, 2002.

RODRIGUES, Paulo Simões – **O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910)**. In CUSTÓDIO, Jorge (coord.) – 100 anos de património: memória e identidade. Portugal 2010. Lisboa: Edição Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP, 2010. ISBN: 978-989-8052-20-9. p. 19-39.

IDEM – **A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (séc. XVI-XIX)**. Évora: Universidade de Évora, 2008. (Dissertação para obtenção de grau de Doutor em...)

ROSA, João - **Pintores dos séculos XVIII e XIX no Alentejo: dois curiosos painéis decorativos na residência senhorial dos Morgados da Mesquita em Évora**. In A Cidade de Évora. Évora. 11. 1946, pp. 11-17.

SANTANA, Agustín – **Os olhos também comem: imagens do património para o turismo**. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – Património e identidade: ficções contemporâneas. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN: 972-774-233-5. pp. 171-180.

SANTOS, Manuel Geadas Piteira, SERRALHA, Emanuel Maria Apolónio - **Resumo histórico do Regimento de Infantaria n.º 16**. Évora: 1970.

SANTOS, Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos - **Reorganização do exército português entre 1900 e 1914**. Lisboa: s.e., 2004. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em História Social Contemporânea).

SELVAGEM, Carlos - **Portugal militar – compêndio de história militar e naval de Portugal, desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da dinastia de Bragança**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999. ISBN 972-27-0442-7.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – **A história militar portuguesa no século XIX: uma visão de conjunto**. In CPHM – A história militar no séc. XIX: atas do IV Colóquio de História Militar. Lisboa: CPHM, 1993. p. 25-33.

IDEM – **História de Portugal, Volume XI: a primeira república (1910-1926): história política, religiosa, militar e ultramarina**, 2.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Editorial Verbo, 1995. ISBN: 972-22-2116-5-X.

IDEM - **História de Portugal, Volume XII: a primeira república (1910-1926): história diplomática, social, económica e cultural**, 2.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Editorial Verbo, 1993. ISBN: 972-22-1230-3.

SERRÃO, Joel – **Dicionário de História de Portugal (Volume I)**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1975.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. Oliveira - **Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia para a República (1890-1930) – Vol. XI**. Lisboa: Presença, 1991. ISBN 972-23-2922-7.

SERRÃO, Vítor – **História da Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo (1500-1620)**. Lisboa: Editorial Presença, 2001. ISBN 972-23-2924-3.

SILVA, Jorge Palminha - **Monografia da freguesia de Santo Antão (subsídios para a sua história)**. Évora: Edições Junta de Freguesia de Santo Antão, 2009.

SILVA, José Sancho – **A importância da diversificação de produtos turísticos**. In PINTASSILGO, Joaquim, TEIXEIRA, Maria Adelaide (coord.) – Turismo: horizontes alternativos. Lisboa: Edições Colibri, 1998. ISBN: 972-772-006-4. p. 239-245.

SIMPLÍCIO, Maria Domingas - **O Espaço urbano de Évora: contributo para melhor conhecimento do sector intramuros**. Évora: Publicações Universidade de Évora – Geociências n.º 3, 1991. ISBN 972-9313-30-X.

**Síntese histórica da artilharia portuguesa – exposição comemorativa do VI centenário da artilharia do Museu Militar do Porto.** EME, 1982.

SMITH, Laurajane (ed.) – **Cultural heritage: critical concepts in media and cultural studies.** New York: Routledge, 2007. ISBN: 0-415-35243-6.

SOARES, Vicente Henrique Varela; ADELINO, Eduardo Augusto das Neves - **Dicionário da terminologia militar (A-H).** Edição dos Autores, 1962.

IDEM - **Dicionário da terminologia militar (I-Z).** Edição dos Autores, 1963.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir) et al. – **Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2006, ISBN 972-24-1433-X.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos - **Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII e XIV).** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, ISBN 972-27-1000-1.

SOUSA, Manuel de - **As origens dos apelidos das famílias portuguesas.** Mem Martins: Sporpress, 2001, ISBN 972-8696-01-9.

SOVERAL, Manuel Abranches de - **Origem dos Souza ditos do Prado.** In Machado de Vila Pouca de Aguiar. Ascendências e parentescos da Casa do Couto d'Além em Soutelo de Aguiar. Porto, 2000.

STRAZZERA, Alberto – **Circuitos alentejanos – análise da comercialização da oferta. Algumas sugestões para um melhor aproveitamento dos recursos existentes.** In PINTASSILGO, Joaquim, TEIXEIRA, Maria Adelaide (coord.) – Turismo: horizontes alternativos. Lisboa: Edições Colibri, 1998. ISBN: 972-772-006-4. p. 59-67.

TAVORA, D. Luiz de Lancastre - **Dicionário das famílias portuguesas.** Lisboa: Quetzal Editores, 1999. ISBN 972-564-417-4.

TEIXEIRA, Nuno Severiano - **Portugal na “Grande Guerra” 1914-1918: as razões da entrada e os problemas da conduta.** In TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) - Portugal e a Guerra: história das intervenções militares portuguesas nos grandes

conflitos mundiais (séculos XIX e XX). Lisboa: Edições Colibri, 1998. ISBN 972-772-055-2.

TELO, António José – **O papel dos militares no processo de inovação e mudança no Portugal contemporâneo**. In CPHM – Os militares na sociedade portuguesa (Atas do IX Colóquio de História Militar). Lisboa: CPHM, 1999. ISBN: 972-98222-5-5. p. 265-281.

TERENO, Maria do Céu Simões - **O convento de N<sup>a</sup> Senhora da Graça em Évora**. In FRÓIS, Virgínia (coord.) - Conversas à volta dos conventos. Évora: Casa do Sul Editora, 2002. ISBN: 972-8661-07-X. p.

TOMÉ, Manuela Maria Justino – **Mosteiro de São Dinis de Odivelas – estudo histórico-arquitectónico – acção para a salvaguarda do património edificado**. Évora: Universidade de Évora, 1995. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Recuperação de Património Arquitectónico e Paisagístico).

TOMÉ, Miguel – **Património e restauro em Portugal (1920-1995)**. Porto: FAUP Edições, 2000. ISBN: 972-9483-54-X.

VELOSO, José Maria Queirós – **A Universidade de Évora: elementos para a sua história**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1944.

VIANA, Luís Diaz G. – **O património cultural ou os consumos da nostalgia: cultura medieval material e imaterial nos passeios turísticos pela identidade**. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (org.) – Património e identidade: ficções contemporâneas. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN: 972-774-233-5. p. 149-162.

VICENTE, António Pedro – **Fontes espanholas, francesas e inglesas para a história militar portuguesa do século XIX**. In CPHM – Para uma visão global da história militar (Atas do I Colóquio de História Militar). Lisboa: CPHM, 1990. p. 105-123.

ZÚQUETE, Afonso - **Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática**. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960.

IDEM - **Armorial lusitano: genealogia e heráldica**. Lisboa: Zairol, 2000. ISBN 972-9362-24-6.

## **LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL**

**Carta de Atenas**, 1931.

**Carta de Veneza**, 1964.

**Carta internacional do turismo cultural**, 1999.

**Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural** – Paris, 1972.

**Decreto de 3 de Julho de 1920**, emitido no DG, II Série, n.º 158 de 8 de Julho de 1920.

**Decreto n.º 136**, de 23 de Junho de 1910.

**Decreto n.º 8217**, de 29 de Junho de 1922 (Classificação do Convento de Santa Clara como Monumento Nacional).

**Decreto-Lei n.º 92/2011**, de 27 de Julho (Sistema de Regulação de Acesso a Profissões).

**Lei n.º 107/2001**, de 8 de Setembro.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 5**, de 7 Maio de 1921.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 8**, 1ª S, de 12 Julho de 1926.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 9**, 1ª S, de 7 Maio de 1875.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 9**, 1ª S, de 11 de Setembro de 1899.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 10**, de 18 Setembro de 1899.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 10**, de 31 Agosto de 1926.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 12**, 1ª S, de 23 de Outubro de 1899.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 13**, 1ª S, de 9 Junho de 1911.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 19**, 1ª S, de 27 de Novembro de 1909.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 20**, 1ª S, de 31 de Outubro de 1884.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 22**, 1ª S, de 28 de Dezembro de 1901.

Ministério da Guerra - **Ordem do Exército n.º 63**, 1ª S, de 12 de Novembro de 1868.

**Princípios para a conservação e o restauro do património construído** - Carta de Cracóvia, 2000.

## **WEBGRAFIA**

DANIEL VILLA, Aurora – **El turismo cultural o la mercantilización de la cultura**. In Congreso Virtual Internacional de Cultura y Turismo, 2001.

[[http://www.naya.org.ar/turismo/congreso/ponencias/aurora\\_daniel\\_villa.htm](http://www.naya.org.ar/turismo/congreso/ponencias/aurora_daniel_villa.htm)].

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico – **Património Arquitectónico – Geral**. Lisboa: IHRU, IGESPAR, 2008. (Kits património, n.º 1, versão 1.0.). [ [www.portaldahabitacao.pt](http://www.portaldahabitacao.pt) ; [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt), [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)].

MATOS, Ana Cardoso de, SANTOS, Maria Luísa F.N. dos – Os guias de turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX). **Geo-Critica, SRIPTA NOVA – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Vol. III, n.º 167, 15 de junio de 2004. ISSN: 1138-9788. [<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-167.htm>].

MONTEIRO, Filomena, TEREÑO, Maria do Céu – **A praça do Giraldo e o seu papel no desenvolvimento urbano da cidade – Évora, Portugal**. [<http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/4996/1/A%20PRA%C3%87A%20DE%2>

[OGIRALDO%20E%20O%20SEU%20PAPEL%20NO%20DESENVOLVIMENTO%20URBANO%20DA%20CIDADE.pdf](#)].

PEREIRO, Xerardo – **Itinerários turístico-culturais: análise de uma experiência na cidade de Chaves**. In Actas do III Congresso de Trás-os-Montes. Bragança: 2002. [[http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/turismo\\_cultural/Intinerarios\\_Turismo\\_Cultural\\_Urbano.pdf](http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/turismo_cultural/Intinerarios_Turismo_Cultural_Urbano.pdf)].

SIMPLÍCIO, Maria Domingas – **Évora: algumas etapas fundamentais na evolução da cidade até ao século XIV**. [<http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2644/1/%C3%89vora%20Etapas%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20Hist%C3%B3rica%20SecXVI.pdf>]

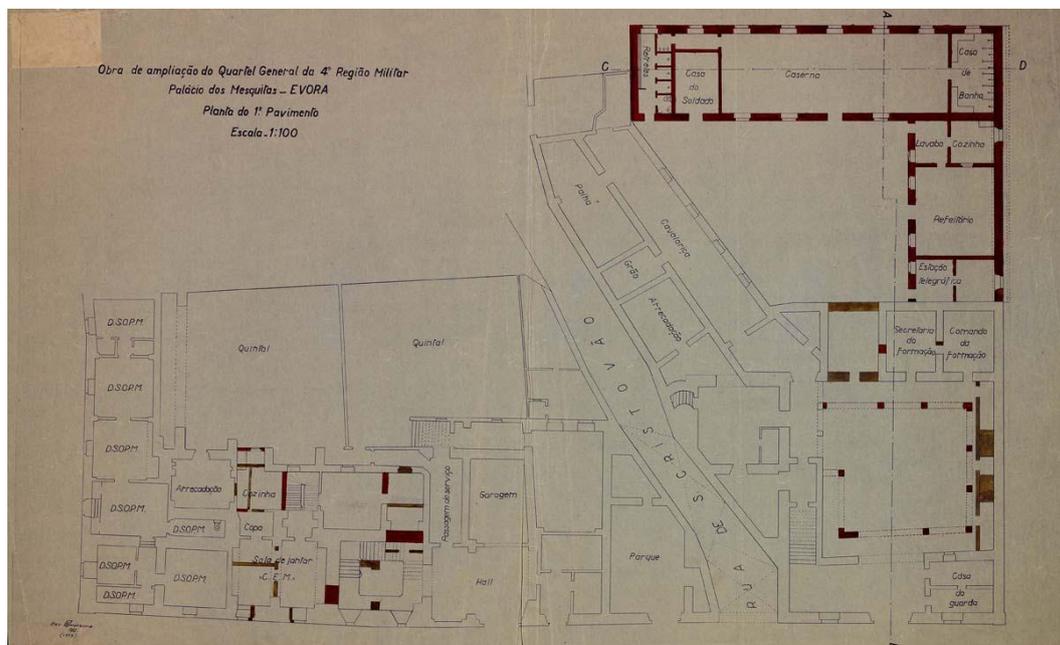
SOUSA, Pedro Marquês de – As escolas regimentais do Exército e o esforço de alfabetização em Portugal nos séculos XIX e XX. **Revista Militar**, Agosto/Setembro de 2009. [[http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=498](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=498)].

THR (Asesores en Turismo Hotelaria y Recreación, S.A.) – **Touring cultural e paisagístico**. Lisboa: Turismo de Portugal, IP, 2006. [<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documents/Touring%20Cultural%20e%20Paisag%C3%ADstico.pdf>].

# ANEXOS

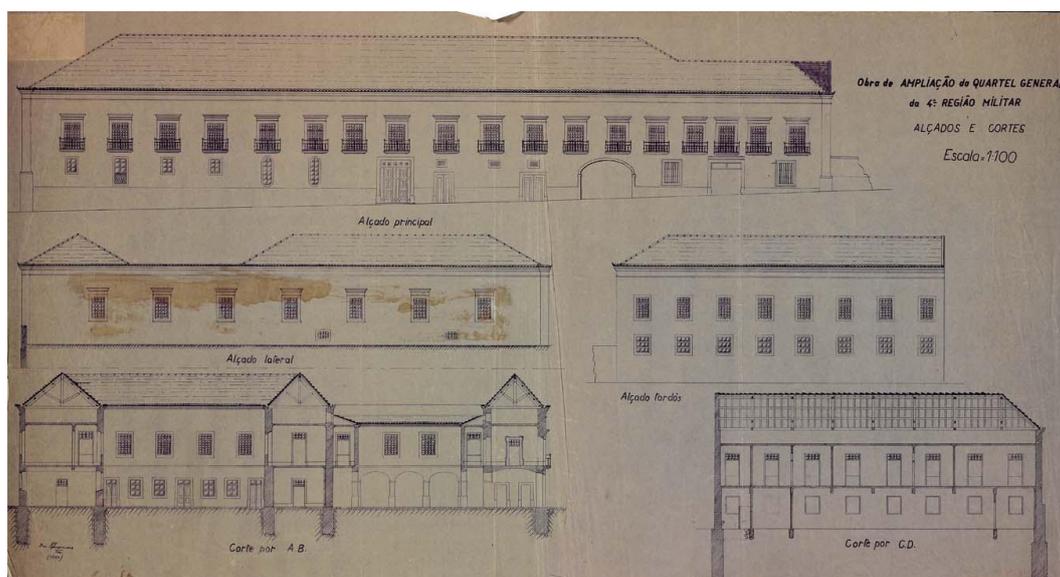
## ANEXO A – PLANTAS DE ALGUNS EDIFÍCIOS PERTENCENTES AO EXÉRCITO NOS SÉCULOS XIX E XX NA CIDADE DE ÉVORA

Figura 1.1.A - Projeto de ampliação do Quartel-General da 4.ª Região Militar – Palácio dos Morgados da Mesquita (década de 1940)



Fonte: 18015-2A-28-41b – GEAEM/DIE

Figura 1.2.A - Projeto de ampliação do Quartel-General da 4.ª Região Militar – Palácio dos Morgados da Mesquita (década de 1940)



Fonte: 10815-2A-29-41c - GEAEM/DIE

Figura 2.A - Planta do Convento da Graça

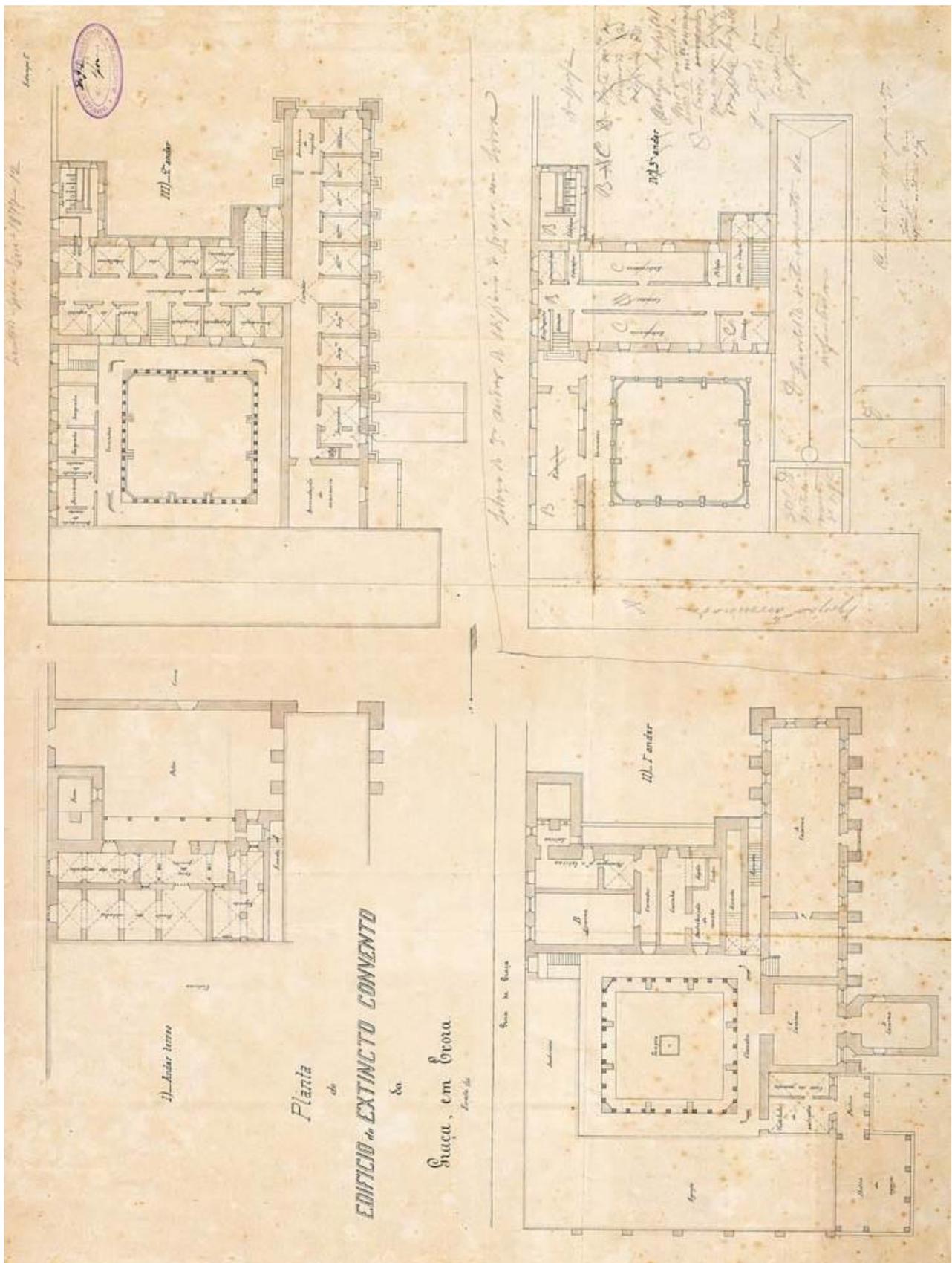


Figura 3.A - Planta do Assento – Solar dos Condes de Sabugal (1880-1884)

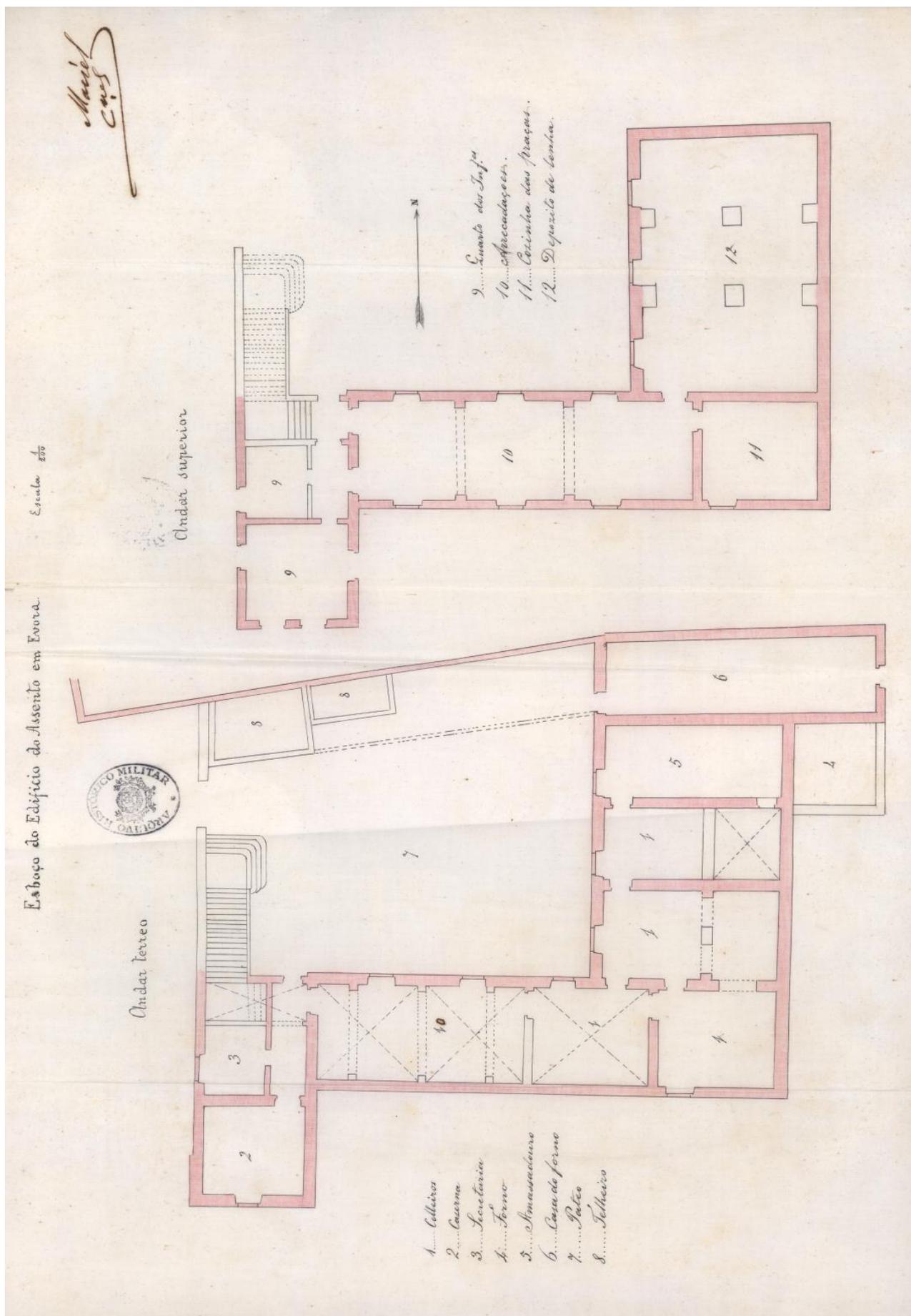
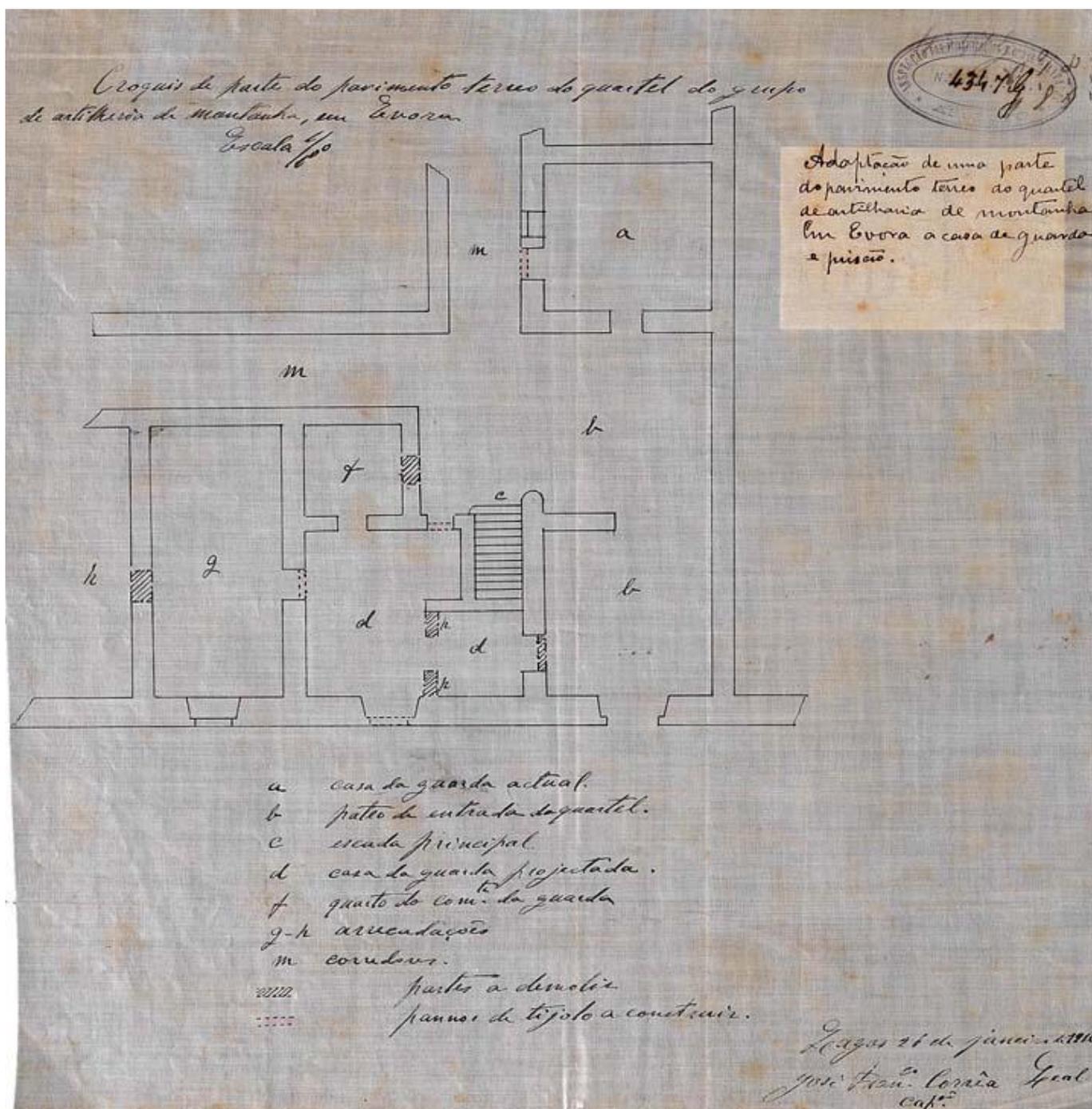




Figura 5.A – Croquis de parte do piso térreo do Regimento de Artilharia de Montanha de Évora – Convento do Salvador (26 de Janeiro de 1910)



## **ANEXO B – RELATÓRIO DA COMISSÃO NOMEADA PELO MINISTÉRIO DA GUERRA (9 DE SETEMBRO DE 1880)**

*Relatório da commissão encarregada de inspeccionar alguns edificios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d'elles poderia ser estabelecido o quartel general da 4.<sup>a</sup> divisão militar<sup>213</sup>*

### *Convento da Graça*

*Este edificio, construído no reinado do senhor D. João 3.<sup>o</sup>, seria mui próprio para servir de quartel a um destacamento de 150 a 200 bayonetas, se não fora o seu estado de ruína quase geral. A igreja e sachristia contigua estão hoje entregues á camara municipal d'Evora, servindo a primeira de sala de reunião de uma sociedade de socorros mútuos e de passagem para a segunda onde funciona uma aula primaria nocturna, cujo professor já reclamou providencias contra o grave risco a que se acham a jeito e com elle os seus Discipulos. Effectivamente a abobada, que cobre a igreja, apresenta no fecho, que se eleva 14 ou 14 m acima do pavimento e em toda a sua extensão, uma fenda que tem, pelo menos 3 a 5 centimetros de largura e d'onde caem constantemente pedaços de argamassas, bastando que haja um insignificante abalo de terra ou assentamento no alicerce de alguma das paredes lateraes para que ella se desmorone. Além das desgraças que d'aqui resultariam, pode ter-se um justo receio de que um tal desmoronamento contribua para o da maior parte do convento a que a igreja serve, por assim dizer de botaréu ou gigante.*

*Consta o convento de 3 vastos pavimentos, no 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> dos quaes se acha actualmente alojado o destacamento de infantaria, estando desocupado o, que em tempos serviu de hospital militar. Os pavimentos são na sua maior parte cobertos de abobadas, que apresentam symptomas de profunda ruina. É certo que o perigo não é eminente, é mesmo possível que um desmoronamento não se manifeste senão no fim de muito tempo, graças a u mequilíbrio, que porventura se tenha produzido; mas o que é fora de duvida é que o edificio não resistiria a um abalo de terra qualquer, o que pode succeder de um momento para o outro. Aconselha, pois, a prudencia que em epocha próxima se tracte de transferir o quartel do destacamento para logar mais seguro, evitando assim a responsabilidade de futuras desgraças. E não sera difficil obter-se na loca*

---

<sup>213</sup> PT/AHM/DIV/3/20/25/24 – Arquivo Histórico Militar.

*bom edifício: a comissão foi informada de que no convento de S.<sup>a</sup> Mónica existe apenas uma secular, que tendo vida ali educada, tem hoje honras de abbadessa e que facilmente pode ser transferida para outro convento, tendo aquelle as acomodações necessárias para um forte destacamento de infantaria. O perigo, quanto ao quartel, não é eminente, repetimos, o mesmo não sucede, porém, quanto à aula nocturna, cuja transferênciã imediata é de impreterível necessidade.*

*O 3.<sup>o</sup> pavimento, hoje abandonado, como se disse, seria talvez aproveitável para tribunal militar, ainda que não podesse apresentar as condições necessárias por ser mais pequeno do que os outros, com ose deprehende da respectiva planta. O seu estado de ruina, que obrigou a transferir o hospital militar para outro edifício, impede qualquer tentativa de apropriação para aquelle fim e tanto mais, quanto é certo que a sala das sessões dos conselhos de guerra é habitualmente sujeita a cargas muito maiores do que as que podem existir em uma enfermãria. A commisãõ julga, portanto, em relação a este edifício:*

- 1.<sup>o</sup> que elle é absolutamente inaproveitável para qualquer dos fins que se tem em vista;*
- 2.<sup>o</sup> que convém remover de lá o quartel do destacamento;*
- 3.<sup>o</sup> finalmente, que sendo mui dispendiosa a sua demolição e fácil a sua ver achar em um dos melhores sítios da cidade e ter muitos materiais aproveitá de grande vantagem económica o alienal-o o mais breve possível.*

#### *Convento da Madre de Deus*

*Este edifício, cujas plantas vão juntas a este relatório, foi há pouco adquirido pelo Ministerio da Guerra e destinado para hospital militar, que efectivamente se acha ali funcionando. Parece, porém, ser de necessidade impreterível, o fazer-lhe as modificações de que carece sob pontos de vista de hygiene e das necessidades do serviço hospitalar.*

*De facto, elle forma um triste contraste com o hospital civil, um dos melhores que temos visitado pela sua vastidão, excellente destribuição, construcção racional é esmerada e situação magnifica.*

*Segundo as informações do cirurgião mór do regimento de cavalaria n.<sup>o</sup> 8 e a nossa própria observação, só poderá dispensar-se para fins estranhos ao serviço do hospital – uma antiga capella, por isso que é vasta e tem entrada independente, poderia*

*facilmente aproveitar-se para a inspecção do material de guerra, dividindo-se nos três compartimentos necessários por meio de tabiques e rasgando-lhe as janellas para lhe dar a luz de que carece. A commissão julga que a despeza provavel a effectuar com estas obras será de 90\$000 reis.*

#### *Trem ou Assento*

*N'este antigo edificio que hoje funciona a padaria militar e onde existe também uma arrecadação de ferramentas e materiais a cargo da inspecção de engenharia, não poderia, sem grande despeza, accomodar-se o quartel general. Effectivamente, além da sua má situação, apparencia e distribuição, elle é pouco vasto para tal fim, achando-se, é certo, devolutas 3 ou 4 divisões, que, não obstante, são necessarias para o serviço de padaria, attendendo-se a que accidentalmente pode ser obrigada a fabricar maior numero de rações do que actualmente e carecer para isso de mais amassadouros, casa para lenha. Além d'isto, o seu estado de conservação deixa muito a desejar e a sua transformação em tribunal militar exigiria despeza tão considerável e inopportuna, que pessoa alguma a deveria aconselhar. A commissão considera, por todos estes motivos, o presente edificio inproveitável para os fins de que se tracta, entendendo que n'elle deve ser conservada a padaria militar, que se acha ali soffrivelmente installada.*

#### *Convento de S. Francisco*

*Uma parte consideravel d'este edificio está em completa ruina, restando apenas algumas paredes e arcos. Na outra parte, que é pouco vasta, estão instaladas as aulas primarias do sexo feminino e as habitações das respectivas professoras. Apesar de ter sido reparada há pouco tempo, no entanto é manifesto o seu estado adeantado de ruina, que não consegue ocultar a argamassa com que se encheram as grandes fendas abertas em todas as abobadas e em algumas paredes. A propria igreja do convento, digna a muitos respeitos de ser conservada, está em grave risco de se desmoronar, apresentando uma grande fenda em todo o comprimento da semi-abobada direita, fenda que affecta também a fachada principal. É pois, evidente que um edificio n'estas condições é completamente inproveitável para os fins que se teem em vista, e se, como constam á commissão, elle foi cedido pelo Ministerio da Guerra á camara municipal por emprestimo e não in perpetuum e que convirá mais tarde será vendel-o, porque sendo vasto o terreno occupado e excellente a sua situação, em virtude da proximidade do passeio publico, de certo será muito procurado para construções particulares. A sua demolição, assim como a do convento da Graça, não pode ser aconselhada, porque*

*importaria grande despeza, emquanto que a venda d'estes dois edificios, quasi inuteis para o Ministerio da Guerra, produziria alguns contos de reis, que facilitariam no futuro a aquisição, em ocasião opportuna de edificios apropriados para as diversas repartições militares.*

#### *Convento de S. Paulo*

*Comta este edificio de três pavimentos: um térreo onde estão varios depositos de ferramentas, candieiros da camara municipal e que tem entrada por uma rua contigua á praça de Sertorio; outro, situado quasi ao nível d'esta praça, que forma junto d'elle, um pequeno e estreito ressalto sob que passa o aqueduto e onde se acham estabelecidas a administração do concelho, repartições de fazenda e uma aula primaria diurna; e finalmente um 3.º, que o município cederia desde já ao Ministerio da Guerra offerceria tambem os outros dois, se isso fôsse indispensavel. Este edificio tem acanhadas dimensões, péssima apparencia e má situação pela sua proximidade da praça, que serve de mercado; além d'isto o 3.º pavimento, incluindo o telhado, está por tal forma deteriorado, que a sua reparação indispensavel exigiria uma somma importante e não inferior a 2.500\$000 reis, podendo por aqui ajuisar-se quanto elevada seria a despeza, se se quisesse também melhorar a apparencia exterior do edificio. Por todos estes motivos a commissão julga-o inaproveitável para os serviços dependentes do quartel general, que porventura se quisessem ali estabelecer, parecendo-lhe que o município deveria fazer-lhe as obras necessárias para que pudesse, quanto antes, transferir para lá a aula nocturna da Graça e mais tarde as de S. Francisco.*

#### *Celeiro Comum*

*Este edificio construido nos fins do seculo passado, acha-se situado em um largo espaçoso, tem bella apparencia e apresenta as necessarias condições de solidez. Era aqui que estava installado o quartel general não com todas as commodidades, que seriam para desejar; mas, pelo menos, com as indispensaveis e compativeis com o estado actual de cousas. É, porém certo, que elle se presta, no futuro, a uma transformação efficaz, que a commissão não pode já aconselhar. Effectivamente, o município não tem a menor duvida em ceder, não só a parte até ha pouco occupada, como tambem a restante, constituindo um vasto e excellente armazem, susceptível de ser convenientemente dividido. Esta cessão, porém, só pode, por enquanto, ser*

*provisoria, porque a commissão executiva da junta geral do districto se oppoz á cessão definitiva ou in perpetuum que a camara pretendia fazer. É evidente, que só n'este ultimo caso, conviria fazer-se a transformação alludida e que nas actuaes circunstancias não deve o Ministerio da Guerra dispender senão o strictamente indispensavel com a limpeza, criação etc da 1.<sup>a</sup> parte do edificio, o que não excederá 40\$000 reis. É possivel que na proxima reunião (em novembro) da junta geral do districto, a camara municipal consiga o justo defferimento da sua pretensão e se assim fôr, poder-se-ha então proceder aos estudos necessários para accomodar o edificio ao fim desejado e de um modo definitivo. Pareceu á commissão que, dividindo-se, dado aquelle caso, convenientemente o grande armazem do celleiro e acrescentando-se-lhe um segundo pavimento, será este, talvez, o edificio que melhor reuna as condições necessárias, não só para alojar as repartições do quartel general, como tambem para servir de habitação ao respectivo commandante. Se, porém, fôr decidida a venda dos conventos da Graça e de S. Francisco, poderá porventura, conseguir-se uma solução mais adequado problema, que nos occupa, uma vez que se applique o producto d'essa venda na aquisição de edificio ou edificios apropriados para residência do general e estabelecimento do tribunal militar, ficando o celleiro commum para as repartições (secretaria) do quartel general.*

*(...)*

*Effectivamente o tribunal militar acha-se installado em uma parte do palácio das Quinas, pertencente á casa Cadaval, alugada até ao fim do semestre corrente ao Ministério da Guerra pela renda razoável de 120\$000 reis annuaes, presenta todas as condições necessarias de apparencia, situação, solidez, distribuição e decoração interior, podendo talvez dizer-se que a não ser na capital, não há tribunal militar tão bem installado.*

## ANEXO C – FICHAS DE INVENTÁRIO DOS EDIFÍCIOS

<b>PATRIMÓNIO DE USO MILITAR</b>		
		Ficha de Inventário n.º 1
<b>Palácio dos Morgados da Mesquita (PT040705050156<sup>214</sup>)</b>		
		
<b>Outras designações</b>	Palácio dos Mesquitas; Quartel dos Mesquita; Quartel das Mesquitas.	
<b>Categoria/Tipologia</b>	Monumento / Arquitetura Civil	
	<b>Utilização Inicial:</b> Residencial senhorial (solar / palácio)	<b>Utilização Atual:</b> Militar (quartel)
<b>Localização</b>		
<b>Divisão Administrativa</b>	Portugal, Évora, Santo Antão	
<b>Endereço</b>	Largo São Domingos, Évora	
<b>Acessos</b>	Praça Joaquim António d'Aguiar, Rua São Cristóvão (antiga Rua dos Gallegos ou Galegos), Rua São Domingos	
<b>Proteção</b>		
<b>Situação Atual</b>	Sem proteção (Procedimento encerrado pelo Presidente do IGESPAR, I.P., a 4 de Abril de 2008)	
<b>Zona non aedificandi</b>	-	

<sup>214</sup> Número de registo do Inventário do Património Arquitetónico (IPA). A utilização deste número nas fichas de inventário serve para dar a conhecer ao leitor se os edifícios estão ou não inventariados pelo SIPA.

ZP ou ZEP	Não
Património Mundial	Lista do Património Mundial da UNESCO: n.º 7 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.
<b>Descrições</b>	
Época de Construção	Séc. XVI
Descrição	<p><b>Estrutura:</b> “construção mantém, exteriormente, a silhueta e volumes dos meados do seiscentismo”<sup>215</sup>; planta oblonga<sup>216</sup>, dividida pelo túnel “assimétrico de abóbadas de cruzaria fortemente contrafortadas”<sup>217</sup> da Rua de São Cristóvão (antiga Rua dos Galegos<sup>218</sup>); dois pátios internos; telhado de 4 águas e terraço a O. da fachada principal;</p> <p><b>Exterior:</b>  Fachadas rebocadas e pintadas a branco e delimitadas por pilastras em cinzento, beirado assente em cimalha; todas compostas por dois níveis/registos (exceto fachada sul do quartel);</p> <p><b>Fachada principal (E.):</b> pano único, dois registos: 1.º composto por 14 vãos (10 janelas e 4 portas); 2.º composto por 18 janelas de sacada, de ombreiras e cornijas em granito e “defendidas por balcões de ferro forjado, do estilo barroco”<sup>219</sup>; o 1.º registo ainda é rasgado pelo túnel (já referido);</p> <p><b>Fachada Norte (pertencente ao quartel):</b> pano único, limita os dois pátios; 1.º nível: 5 janelas retangulares e gradeadas; 2.º nível: 4 “janelas de peito com bandeira e gradeamento”<sup>220</sup>;</p> <p><b>Fachada Sul (pertencente ao quartel – virada para o teatro Garcia de Resende):</b> 3 panos – 1.º “estreito e irregular e consiste num corpo avançado em relação ao segundo pano que alberga um lanço de escadaria, com degraus graníticos e guarda-corpo e corrimão em alvenaria, que parte de um quintal para terminar em alpendre constituído por coluna granítica assente sobre o corrimão rematado por cornija do mesmo material onde assenta o telhado”<sup>221</sup>; 2.º - 3 níveis constituídos por 13 vãos;</p> <p><b>Interior do quartel:</b>  <b>Corpo térreo:</b> algumas divisões com valor arqueológico, compostos por “tetos de artezõess de aresta viva ornatados com obra de estuques trabalhados e coloridos a escaiola”<sup>222</sup> (antigas</p>

<sup>215</sup> Cf. Túlio Espanca, *op. cit.*, p. 255.

<sup>216</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 255.

<sup>217</sup> Cf. *idem*.

<sup>218</sup> Cf. Afonso de Carvalho - *Da toponímia de Évora, dos meados do século XII a finais do século XIV* (Vol. I), 2004, pp. 185-186.

<sup>219</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 255.

<sup>220</sup> Cf. [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=10981](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10981).

<sup>221</sup> Cf. *idem*.

<sup>222</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 255.

	<p>cavalarías, casas de carruagem, cocheiras e dispensas); uma destas divisões “<i>conserva formosa abóbada abatida, de tabelas clássicas, rompentes de mísulas engalanadas, prismáticas; as cartelas, redondas e ovóides, estão engrinaldadas por lambrequins farfalhudos, estando dois painéis armorejados com escudos partidos, dos Castros dos seis besantes</i>”<sup>223</sup>.</p> <p><b>Segundo piso:</b> piso nobre, ainda é possível observar os murais nas ombreiras das portas, os tetos das salas são em estuque trabalhado; Sala de Honra (sala perto da escadaria em mármore que dá acesso ao piso inferior): teto severamente danificado devido à iluminação instalada no mesmo (que posteriormente foi retirada);</p> <p><b>Pátio da entrada:</b> planta quadrada, composto por duas galerias (cada uma constituída por dois tramos abobadados); pavimento composto por lajes e embasamento de granito, sendo o último completo por silhar de azulejos policromos; é neste pátio que se encontra a escadaria em mármore com acesso ao piso superior;</p> <p><b>Pátio “interior”:</b> planta irregular; comunica com o pátio da entrada através de uma passagem abobadada; pavimento calcetado; a porta a oeste: escada com acesso ao terraço, ao passadiço e à guarita militar no piso superior.</p> <p><b>Interior da residência do General</b> (acesso restrito):</p> <p><b>Piso inferior:</b> garagem;</p> <p><b>Piso superior:</b> <i>Sala do Cupido</i> – planta retangular, teto em “<i>estuques miudinhos</i>”<sup>224</sup> (motivos florais e foliáceos); contém pinturas a óleo, possivelmente da autoria de Cyrillo Wolkmar Machado<sup>225</sup>, representando Cupido e as Três Graças, e quatro telas onde se encontram divindades ou Musas representadas; restauradas por João Barata (ESPANCA, 1966. 256).</p>
<b>Arquiteto/Construtor</b>	Desconhecido
<b>Cronologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. XVI – fundação do palácio pelo 1.º Conde do Prado, D. Pedro de Sousa, e sua esposa, D. Joana de Melo, nos antigos terrenos dos currais do Convento de S. Domingos;</li> <li>• Séc. XVI (finais) – palácio pertencia a D. Garcia de Castro e D. Isabel de Menezes, pais de D. João Castro;</li> <li>• 1638 – palácio pertencente a um descendente de D. Garcia de Castro;</li> </ul>

<sup>223</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 255.

<sup>224</sup> Cf. idem.

<sup>225</sup> Ver:

ESPANCA, Túlio - *Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora* (Vol. VII- Tomo 1). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966, pp. 255-256;

ROSA, João - *Pintores dos séculos XVIII e XIX no Alentejo: dois curiosos painéis decorativos na residência senhorial dos Morgados da Mesquita em Évora*. In A Cidade de Évora. Évora. 11. 1946, pp. 11-17.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. XVII – reforma geral do imóvel;</li> <li>• 1770 a 1870 – família Mesquita é a proprietária do palácio, sendo o seu primeiro proprietário D. João da Mesquita, capitão de cavalos, que jaz na Igreja de São Francisco;</li> <li>• 1774 – Cyrilo Wolkmar Machado executa as pinturas que dão nome à sala do Cupido;</li> <li>• 1867 – falecimento de D. João da Mesquita<sup>226</sup> (neto do primeiro proprietário da família)</li> <li>• 1870 (década) – imóvel pertencente a Luís Valente Pereira Rosa, cujos herdeiros o venderam ao Estado para aí se instalar o Comando da Brigada de Évora; porém, João Rosa refere: <i>“Em 1871, ainda ali residiam suas irmãs – D. Maria Francisca, D. Maria das Necessidades e D. Inês -, as quais para o efeito de herança de sua tia, D. Inês de Mesquita Saldanha, freira de St.ª Mónica, deram procuração, em Estremoz, a António Bernardino Gromicho.”</i><sup>227</sup></li> <li>• 1880 (década) – Residência Oficial do Chefe e Subchefe da Divisão Militar</li> <li>• 1884 a 1992 – Comando e Quartel-General da Divisão/Região<sup>228</sup> Militar;</li> <li>• 1940 (década) – ampliação dos terrenos adjacentes ao palácio;</li> <li>• 2000 – edifício inventariado no Plano de Urbanização de Évora (n.º 144);</li> <li>• 2002 – despacho de abertura do processo para classificação do edifício pelo Vice-Presidente do IPPAR;</li> <li>• 2007 – revogação do despacho de abertura para classificação, uma vez que o edifício se encontrar inserido na Lista de Património Mundial, ou seja, classificado como Monumento Nacional</li> <li>• 2008 – despacho de encerramento da classificação pelo Presidente do IGESPAR.</li> </ul>
<b>Corpo do Exército</b>	<p>1880 até hoje – Residência Oficial do General (corpo sul do edifício);</p> <p>1884 a 1992 – Quartel-General da 4.ª Divisão Militar (1962 –3.ª Região Militar/ 1970 – Região Militar de Évora/1975 – Região Militar do Sul)</p>
<b>Intervenções Realizadas</b>	<p>Ministério da Guerra (Exército Português):</p> <p>1930 (década) – destruição da capela existente no palácio, que</p>

<sup>226</sup> “ (...) foi o último Morgado de Almeida, Vila Nova do Zambujal e Senhor de S. Maços, fidalgo da casa real, tenente-coronel das milícias de Évora e coronel honorário dos Batalhões Nacionais” (Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 255).

<sup>227</sup> Cf. João Rosa, *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>228</sup> A designação *Divisão Militar* foi alterada para *Região Militar*, após o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926.

	<p>continha <i>frescos</i>, possivelmente da autoria de Cyrillo Wolkmar Machado, e azulejos devido a obras de adaptação.  Ministério da Defesa Nacional (Exército Português):  1992 – substituição dos portões metálicos por uns de madeira;  2001 – reparação dos rebocos e pintura das paredes.</p>
<b>Propriedade</b>	Pública: estatal
<b>Afetação</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>Observações</b>	Túnel assimétrico; Registado como Prédio Militar n.º 7;
<b>Bibliografia</b>	
<p>ESPANCA, Túlio – <b>Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora</b> (Vol. VII- Tomo 1)  Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966. pp. 255-256;  NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b>. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar, 1994, pp. 111-115;  RMS – <b>Região Militar do Sul, Quartel General, Fortificação Militar de Évora</b>. Évora: RMS. pp. 44-47;  <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10981">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10981</a>;</p>	
<b>Créditos Fotográficos</b>	Joana Machado
<b>Autor e Data</b>	Joana Machado, 2013

## PATRIMÓNIO DE USO MILITAR

Ficha de Inventário n.º 2

### Convento de Santa Clara de Évora (PT040705050035)



<b>Outras designações</b>	Igreja e Convento de Santa Clara	
<b>Categoria/Tipologia</b>	Monumento / Arquitetura Religiosa	
	<b>Utilização Inicial:</b> Religiosa (mosteiro feminino da Ordem de São Francisco-Clarissas)	<b>Utilização Atual:</b> Devoluto (Igreja) Educativo (Convento - Escola Primária)
<b>Localização</b>		
<b>Divisão Administrativa</b>	Portugal, Évora, Santo Antão	
<b>Endereço</b>	Rua Serpa Pinto, Évora	
<b>Acessos</b>	Rua Serpa Pinto (antiga Rua de Alconchel) Rua de Santa Clara	
<b>Proteção</b>		
<b>Situação Atual</b>	Monumento Nacional – Decreto n.º 8217, DG, I Série, n.º 130 de 29 de Junho de 1922	
<b>Zona non aedificandi</b>	-	
<b>ZP ou ZEP</b>	ZP, Portaria, DG, II Série, n.º249, de 21 de Outubro de 1952	
<b>Património Mundial</b>	Lista do Património Mundial da UNESCO: n.º 7 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.	
<b>Descrições</b>		

Época de Construção	Séc. XV, XVI, XVII
Descrição	<p><b>Igreja:</b> reedificada na 2.ª metade do século XVI, não se conhecendo a traça da igreja original (datada de 1464). Os principais financiadores desta empreitada foram D. Garcia de Castro e sua esposa D. Isabel de Menezes, cujos túmulos se localizam na capela-mor:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- nave única, de planta retangular e coberta com abóbada de meio canhão: <i>“paredes [...], até meia altura, estão forradas de azulejos policromos de laçaria floral, do tipo tapete, divididos por barras ornamentais [...] no cruzeiro e capela-mor os motivos, diferentes, são de maçaroca de milho, mais correntes, sendo aquele padrão pouco vulgar na indústria cerâmica lisbonense dos meados do séc. XVII”</i><sup>229</sup></li> <li>- vão de alvenaria <i>“revestido nos princípios do séc. XVIII por importante encomenda de pintura mural, a óleo e têmpera [...] motivos centrais a Virgem da Conceição, com painel octogonal, em ceu perspectivado, e dois medalhões elípticos da Aparição do Menino Deus a Santo António e a Coroação de Santa Clara”</i><sup>230</sup></li> </ul> <p><b>Fachada da igreja</b> (virada para a Rua Serpa Pinto): quinhentista (2.ª metade do séc. XVI); composta por dois portais volumosos, cujas empenas são contrafortadas; apresenta arcobotantes de granito e torres-mirantes de grillhagem <i>em padrões caprichosos e assimétricos, donde se abarca boa perspectiva dos telhados de Évora e que, dominando os restantes miradouros conventuais concede ao edifício aquela graça e originalidade que as casas religiosas do Aelntejo, do sexo feminino, imprimiram à arquitectura barroca, popular</i><sup>231</sup> (trabalho dos mestres de pedraria eborenses durante a Contra-Reforma);</p> <p><b>Traça original do convento:</b> muito humilde (normalmente todas as casas conventuais/religiosas da Ordem Franciscana eram pobres na sua decoração), mas devido ao aumento das rendas (rendimentos) o convento foi ampliado e “melhorado” no 2.ª quartel do séc. XVI; construíram-se nesta época as <i>dependências do cunhal da Portaria ao coro de baixo (...)</i> estando aquela <i>(actual vestíbulo da Secretaria) adornada por portal granítico de linhas clássicas, de padieira cronografada de 1540</i><sup>232</sup>;</p> <p><b>Fachada principal do convento</b><sup>233</sup>: sofreu bastantes alterações, principalmente <i>“após o desabamento das paredes e telhados”</i><sup>234</sup>; esta “destruição” revelou dois portais de granito</p>

<sup>229</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 219

<sup>230</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 219.

<sup>231</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>232</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 224.

<sup>233</sup> Virada para a Rua de Santa Clara.

<sup>234</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 224.

	<p>(“<i>um de lanceta gótica, talvez dos fins do séc. XV e outro manuelino, de arco de volta redonda, com meias colunas nas jambas, de ábacos e capitéis encordoados, medalhões florais e bases prismáticas</i>”<sup>235</sup>;</p> <p><b>Portaria:</b> sala ampla, coberta por <i>abóbada estrelada com nervuras de aresta viva</i><sup>236</sup> as quais são suportadas por mísulas de pedra (<i>do estilo híbrido manuelino-renascença</i><sup>237</sup>); a abóbada é decorada por bocetes de temas vegetalistas que circundam a chave axial <i>com escudo gótico das cinco chagas de Cristo</i><sup>238</sup>; a porta de pau-santo, almofadada e decorada com pingentes de bronze dá acesso a uma dependência retangular (com cúpula octogonal cujos suportes - trompas- são preenchidos por conchas renascentistas) que comunica com o <i>antigo pátio aclaustrado</i>;</p> <p><b>Outras dependências:</b> conservam as abóbadas de artesão, com mísulas e chaves de granito decoradas com o escudo de Portugal, dos Melos, com a esfera armilar e a Cruz de Cristo (<i>empresas régias</i>), decorados com símbolos da arquitetura manuelina (nós e cordas) assim como <i>os frisos clássicos de caneluras, vieiras, campânulas de andares e pontas de diamante</i><sup>239</sup></p> <p><b>Claustro:</b> planta retangular; cinco tramos por ala; arcadas geminadas de volta perfeita; 2 pisos rematados <i>por bandeira de grilhagem de tijolo</i><sup>240</sup>; <i>colunas meãs de granito no rés-do-chão e de colunelos marmóreos, no andar superior</i><sup>241</sup>; a sul encontram-se as escadas que dão acesso ao piso superior; fonte (ao centro) mármore branco (hoje no Museu de Évora); a norte encontram-se <i>dois únicos tramos angulares, de colunata dórico-toscana e abóbadas nervadas</i><sup>242</sup>;</p> <p><b>Refeitório:</b> subsiste o <i>colorido rodapé de azulejaria seiscentista, de padronagem de tapete</i><sup>243</sup>;</p> <p><b>Sala do Capítulo:</b> decorada com azulejos enxaquetados, altares de talha e portal de granito;</p> <p>1903 – ano da morte da última freira.</p>
<b>Arquiteto/Construtor</b>	Manuel Filipe (Mestre de Pedraria); António de Oliveira Bernardes e Francisco João (Pintores)
<b>Cronologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. XV – fundado pelo bispo de Évora, D.Vasco Perdigão.</li> <li>• Séc. XVI – obras de ampliação (portaria, sala contígua à portaria e claustro de dois andares); reedificação da</li> </ul>

<sup>235</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 224.

<sup>236</sup> Cf *ibidem*..

<sup>237</sup> Cf *ibidem*.

<sup>238</sup> Cf *ibidem*.

<sup>239</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 225.

<sup>240</sup> Cf *ibidem*.

<sup>241</sup> Cf *ibidem*.

<sup>242</sup> Cf *ibidem*.

<sup>243</sup> Cf *ibidem*.

	<p>igreja, túmulos dos financiadores, D. Garcia de Castro e sua esposa D. Isabel de Menezes (proprietários do Palácio dos Morgados da Mesquita), encontram-se no altar-mor;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. XVII – retábulo substituído por um de talhar dourada e colinas salomónicas (característica do barroco joanino, paredes revestidas de azulejos policromados;</li> <li>• 1911 a 1936 – quartel do 3.º Batalhão do RI 11;</li> <li>• 1949 a 1951 – obras de adaptação para aí se instalar a Escola Industrial e Comercial;</li> <li>• Séc. XXI – Adaptação do edifício conventual como escola primária.</li> </ul>
<b>Corpo do Exército</b>	<p>De 1911 a 1936:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Regimento de Infantaria n.º 11 (3.º Batalhão), sucedido pelo RI n.º 22 e mais tarde RI n.º 16.</li> </ul>
<b>Intervenções Realizadas</b>	<p>DGEMN:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1937 – obras de recuperação e restauro de parede e pavimentos, madeiramento de telhados e obras de substituição de pavimentos de madeira e tijolo por lajeado de cantaria;</li> <li>• 1953/54 – recuperação dos terraços (coberturas);</li> <li>• 1958 – reparação do telhado sobre o altar-mor;</li> <li>• 1962/65 – obras para adaptar nova função – escola;</li> <li>• 1974 – reparação de pavimentos, telhados e fendas;</li> <li>• 1979 – reparação dos telhados e de pinturas;</li> <li>• 1988 – restauro dos painéis de azulejos da igreja;</li> <li>• 1989 – consertos no exterior, cobertura e restauro de interiores;</li> <li>• 1993 – várias obras de recuperação: dos rebocos interiores e exteriores, caiamento do exterior, pintura e reparação de portas exteriores e remoção de coberturas em telha;</li> <li>• 1996 – obras de reparação das coberturas de terraço, colocação de redes exteriores nas janelas (pintadas e consertadas), caiação do interior, conserto da drenagem do saguão e renovação de rebocos e caiação;</li> <li>• 2000 – reparação da instalação elétrica, substituição de pavimentos da nave da igreja, conservação dos de salas anexas e remodelação das instalações sanitárias.</li> </ul>
<b>Propriedade</b>	Pública: Estatal
<b>Afetação</b>	Ministério da Educação, auto de cessão de 29 de Janeiro de 1952
<b>Observações</b>	-
<b>Bibliografia</b>	

ALMEIDA, Álvaro Duarte de; BELO, Duarte- **Portugal Património, Volume VIII: Portalegre – Évora**, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2008. ISBN 978-972-42-3914-9. p. 279;

ESPANCA, Túlio – **Évora: arte e história**. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1980. pp. 62-64;

ESPANCA, Túlio – **Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora** (Vol. VII- Tomo 1). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966. pp. 218-225;

KUBLER, George – **A arquitectura portuguesa chã: entre as especiarias e os diamantes (1521-1706)**. Nova Veja, Limitada, 2005. P.37;

QUEIMADO, José Manuel – **Évora – suas ruas e conventos: uma achega para a história de Évora**. Évora: Edição do Autor, 1975. pp. 125-127;

NOGUEIRA, Luís Franco - **Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)**. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar, 1994, pp. 111-115;

**Relatorio da comissão encarregada de inspeccionar alguns edifícios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d’elles poderia ser estabelecido o quartel general da 4.ª divisão militar**. (PT/AHM/DIV/3/20/25/24).

SERRÃO, Vítor – **A Évora, «nova Roma» de D. João III**. In SERRÃO, Vítor - História da arte em Portugal – o Renascimento e o Maneirismo (1500-1620). Lisboa: Editorial Presença, 2001. pp. 72-76;

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2722](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2722);

<b>Créditos Fotográficos</b>	ESPANCA, Túlio – <b>Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora</b> (Vol. VII- Tomo 2). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966.
<b>Autor e Data</b>	Joana Machado, 2013

## PATRIMÓNIO DE USO MILITAR

Ficha de Inventário n.º 3

### Celeiro Comum (PT040705210048)



#### Outras designações

Real Celeiro Comum do Monte da Piedade  
Centro de Artes Tradicionais  
Museu do Artesanato de Évora  
Museu do Artesanato e do Design de Évora (MADE)

#### Categoria/Tipologia

Monumento / Arquitetura de Saúde,  
Agrícola e Financeira

#### Utilização Inicial:

Assistencial (celeiro comum)  
Agrícola (celeiro)  
Financeiro (celeiro comum)

**Utilização Atual:**  
Cultural (museu)

### Localização

#### Divisão Administrativa

Portugal, Évora, São Pedro

#### Endereço

Largo 1.º de Maio, n.º 3, Évora

#### Acessos

Largo 1.º de Maio, Rua da República

### Proteção

#### Situação Atual

Sem proteção

#### Zona *non aedificandi*

-

#### ZP ou ZEP

Não

#### Património Mundial

Lista do Património Mundial da UNESCO: n.º 7 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

<b>Descrições</b>	
<b>Época de Construção</b>	Século XVIII
<b>Descrição</b>	<p><b>Estrutura (original):</b> de linhas neoclássicas e rococó; composta por telhado de quatro águas e águas-furtadas pombalinas;</p> <p><b>Fachada:</b> portal de granito, ladeado por pilastras e decorado com conchas e volutas; porta encimada por brasão da Casa de Bragança, composto por duas cartelas em forma de pergaminho com inscrições da fundação do celeiro; janelas de sacada, <i>de granito e com frontões triangulares, defendidas por elegantes balcões de ferro forjado, do estilo rococó</i><sup>244</sup>;</p> <p><b>Interior:</b> depósito de Trigo (30 m x 22 m x 6 m), com capacidade para 5000 toneladas de cereais; teto de abóboda sobre pendentes.</p>
<b>Arquiteto/Construtor</b>	João Baptista (mestre pedreiro); Brás da Silva, António Baptista e Sebastião Rosado (assessores); João de Sampaio e João da Silva (oficiais de cantaria); Francisco Cardim (ferreiro); João Crisóstomo (mestre de carpintaria)
<b>Cronologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. XVIII – D. João V manda construir o Celeiro Comum do Monte da Piedade sobre as ruínas do palácio do Duque de Coimbra, D. Jorge de Lencastre (filho natural de D. João II);</li> <li>• Séc. XIX – sede do quartel-general da 4.ª Divisão Militar; projeto de construção de uma prisão no edifício;</li> <li>• 1965 – instalação do Museu de Artesanato no edifício;</li> <li>• 1991 – encerramento do museu;</li> <li>• 1996 – edifício devolvido à Assembleia Distrital de Évora;</li> <li>• 1999 – realização de um projeto de recuperação do museu, que foi entregue à Região de Turismo de Évora;</li> <li>• 2007 – tendo sido alvo de obras de recuperação e de requalificação, assim como o espólio pertencente ao Museu de Artesanato, foi inaugura do Centro de Artes Tradicionais;</li> <li>• 2010 – Centro de Artes Tradicionais encerrado;</li> <li>• 2011 – inauguração do Museu do Artesanato e do Design de Évora (MADE) – parceria entre a Entidade Regional de Turismo do Alentejo, o Município de Évora e o colecionador Paulo Parra.</li> </ul>
<b>Corpo do Exército</b>	1868-1884 – Comando da 4.ª Divisão Militar <sup>245</sup>
<b>Intervenções Realizadas</b>	1999 a 2007 – obras de recuperação e requalificação a cargo da Região de Turismo de Évora
<b>Propriedade</b>	Pública
<b>Afetação</b>	-

<sup>244</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 187.

<sup>245</sup> Foi neste edifício que se instalou o primeiro Comando e Quartel-general da 4.ª Divisão Militar.

<b>Observações</b>	Em estudo (SIPA)
<b>Bibliografia</b>	
<p>ALMEIDA, Álvaro Duarte de, BELO, Duarte,- <b>Portugal Património, Volume VIII: Portalegre – Évora</b>, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2008. ISBN 978-972-42-3914-9. pp. 274-275;  ESPANCA, Túlio – <b>Évora: arte e história</b>. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1980. pp. 24-25;  ESPANCA, Túlio – <b>Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora</b> (Vol. VII- Tomo 1). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966. pp. 187-188;  NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b>. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar, 1994, pp. 111-115;  <b>Relatorio da comissão encarregada de inspeccionar alguns edificios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d'elles poderia ser estabelecido o quartel general da 4.ª divisão militar</b>. (PT/AHM/DIV/3/20/25/24);  <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3838">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3838</a>.</p>	
<b>Créditos Fotográficos</b>	<a href="http://catekero.blogspot.pt/">http://catekero.blogspot.pt/</a>
<b>Autor e Data</b>	Joana Machado, 2013

## PATRIMÓNIO DE USO MILITAR

Ficha de Inventário n.º 4

### Convento de Nossa Senhora da Graça (PT040705210028)



<b>Outras designações</b>	Convento e Igreja da Graça Meninos da Graça	
<b>Categoria/Tipologia</b>	Monumento / Arquitetura Religiosa	
	<b>Utilização Inicial:</b> Religiosa (igreja e convento)	<b>Utilização Atual:</b> Religiosa (igreja) Militar (messe de oficiais no convento)
<b>Localização</b>		
<b>Divisão Administrativa</b>	Portugal, Évora, Sé e São Pedro	
<b>Endereço</b>	Largo da Graça, Évora	
<b>Acessos</b>	Largo da Graça, Travessa da Graça	
<b>Proteção</b>		
<b>Situação Atual</b>	Monumento Nacional, Decreto de 16 de Junho de 1910, DG, n.º 136 de 23 de Junho de 1910.	
<b>Zona non aedificandi</b>	-	
<b>ZP ou ZEP</b>	ZEP, Portaria, DG, II Série, n.º 249 de 21 de Outubro de 1952	
<b>Património Mundial</b>	Lista do Património Mundial da UNESCO: n.º 7 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.	
<b>Descrições</b>		
<b>Época de Construção</b>	Séculos XVI/XVII/XVIII	
<b>Descrição</b>	<b>IGREJA:</b> possivelmente projetada por Miguel de Arruda. De acordo com Álvaro de Almeida, a igreja deste convento é o	

exemplar português dos preceitos arquitetónicos renascentista. **Fachada:** o alçado principal desta, composta por um pórtico de dois níveis, decorado de acordo com os cânones clássicos. O nível inferior é constituído por sete arcos de colunas toscanas e pilastras aparelhadas, protegendo o acesso o portal em arco de volta perfeita que dá acesso ao interior. O nível superior é formado por frontão triangular, encimado por anjos, tendo como plano central um nicho composto por uma estreita janela com tímpano ladeada por pequenas colunas jónicas, esta composição é interrompida por escudos, troféus e panóplias e, de cada lado, dois rosetões. Na platibanda encontramos as quatro esculturas da autoria de Chanterêne, os Atlantes ou os Meninos da Graça, encimados por esferas com fachos.

**Interior:** alterado devido às intempéries, perdendo-se grande parte do seu conteúdo litúrgico e iconográfico, restando alguns dos painéis de azulejos narrativos da vida de Santo Agostinho. É composta por nave de planta retângula de quatro tramos, teto em masseira, sendo ainda visível as pilastras que suportavam o arranque da abóbada de berço que desabou em 1884.

**Capela-mor:** construída em mármore de Estremoz, a sua abóbada é de corte semiesférico, tendo sido reconstruída para estar nivelada com a nova altura da nave; junto do altar-mor encontram-se as suas janelas perspectivadas primitivas (de estilo de Renascença Francesa), da autoria de Chanterêne, e um friso de rosetas. Era aqui que se encontravam os túmulos dos padroeiros D. Francisco de Portugal e sua esposa D. Joana de Vilhena (primeiros Condes de Vimioso) que foram recolhidos pelo Museu Regional. Estes túmulos são obra do escultor Nicolau de Chanterêne, assim como das janelas perspectivadas, já referidas, e das figuras simbólicas dos atlantes do pórtico, que a lenda afirma representarem os quatro primeiros supliciados do Santo Ofício, queimados em auto-da-fé.

**Ligação entre a igreja e as outras dependências do Convento** - feita por uma torre quadrangular, cujo piso térreo era a portaria do convento, mantém a sua abóbada em arco de claustro. O piso superior é o ante-coro e é coberto por uma cúpula.

**CONVENTO:**

**Ala nascente:** composta pela Sacristia, de planta retângula e de quatro tramos de abóbada de nervuras cruzadas formando caixotões geométricos, cujo primeiro tramo, que é o mais antigo, dá acesso à igreja e que é decorado com pendentes de ponta e diamante. As janelas da sacristia tiveram vidros coloridos de 1542, tendo-se perdido os últimos em 1886.

**Ala Sul:** o Refeitório primitivo. Este mantém a sua traça arquitetónica original: os volumes e majestade.

**Ala oeste:** composta pela antiga Portaria (do convento) e Sala do Capítulo; portaria: planta quadrangular e decorada com azulejos

	<p>azuis e brancos do fim de seiscentos. O acesso do exterior é feito pela entrada de granito, ladeada por duas colunas dóricas do último terço do século XVI. A Portaria é antecipada por um alpendre de três arcos com pilastras e frontão onde se encontram vestígios do brasão da ordem de Santo Agostinho. Este alpendre em alvenaria foi construído no ano de 1683. A Sala do Capítulo corresponde aos primeiros três tramos da fachada, que mantém a sua porta ladeada por duas janelas retangulares, uma em cada tramo. Foi dividida em pequenas salas para aí se instalar o Posto de Rádio Militar. Esta dependência conserva apenas o seu portal de mármore.</p> <p><b>Claustro:</b> planta sensivelmente quadrangular e é composto por dois andares. A arcada do piso térreo é caracterizada pelas suas colunas toscanas de granito que sustentam os arcos de volta perfeita. O piso superior caracteriza-se pelas colonatas arquivadas.</p>
<b>Arquiteto/Construtor</b>	Diogo de Torralva ou Miguel de Arruda
<b>Cronologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. XVI – fundação do Convento de Nossa Senhora da Graça (patrocínio de D. João III) no local onde já existiria uma pequena casa religiosa pertencente à Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho (ermida de Nossa Senhora da Graça), que fora fundada no século XII ou XIII;</li> <li>• 1532 – D. João III doa a D. Francisco de Portugal, 1.º Conde de Vimioso, e a sua esposa, como padroado perpétuo, a Igreja e convento por não ter gostado das suas obras interiores;</li> <li>• 1540 – rainha D. Catarina atribuiu à casa religiosa, relíquias sagradas enviadas pelo embaixador português na Alemanha, D. Pedro de Mascarenhas.</li> <li>• Séc. XVII – edifício danificado e igreja arruinada pelos bombardeamentos feitos durante a guerra da Restauração, sendo também alvo de furtos pelas tropas espanholas;</li> <li>• 1834 – secularização dos imóveis religiosos; convento da Graça foi ocupado por Escola Primária Oficial;</li> <li>• 1840/1850 – ocupado pelo Regimento de Infantaria n.º 11;</li> <li>• 1884 – teto da igreja desaba devido ao seu mau estado;</li> <li>• 1957 – edifício sofre nova derrocada <i>“no corpo dos Dormitórios, Noviciado e Enfermaria superiores, acentuando-se, então o seu deplorável estado de ruína”</i><sup>246</sup>;</li> <li>• Séc. XX e XXI – edifício ocupado por vários corpos militares, estando aí localizada a Messe de Oficiais da</li> </ul>

<sup>246</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 164.

	cidade de Évora.
<b>Corpo do Exército</b>	1840/1850 – Regimento de Infantaria n.º 11 Séc. XX – Posto de Rádio, Farmácia Militar (transferida da Cadeia Comarcã) e Cooperativa dos Oficiais do Exército (Messe de Oficiais); Atualmente – Messe de Oficiais.
<b>Intervenções Realizadas</b>	1955/56 – obras de restauro e de adaptação para a Messe de Oficiais; 1959 – restauro da igreja; 1960/61 – restauro da cobertura da igreja; 1964/65 – obras de consolidação e na Messe de Oficiais; 1973-75 – construção da casa máquinas dos elevadores, construção do depósito do gás, posto de transformação e casa das máquinas do ar condicionado; reforma da cerca; trabalhos de beneficiação das fachadas e retificação de interiores; 1976 – portas, caixilhos e rebocos reparados; 1977 – reparação de canalizações; 1978 – reparação do pavimento da entrada da igreja; 1982 – reforma das cantarias da fachada (alvo de limpeza nos dois anos seguintes).
<b>Propriedade</b>	Pública: estatal
<b>Afetação</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>Observações</b>	-
<b>Bibliografia</b>	
<p>ALMEIDA, Álvaro Duarte de, BELO, Duarte,- <b>Portugal Património, Volume VIII: Portalegre – Évora</b>, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2008. ISBN 978-972-42-3914-9. pp. 272-273;  ESPANCA, Túlio – <b>Évora: arte e história</b>. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1980. pp.54-55  ESPANCA, Túlio – <b>Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora</b> (Vol. VII- Tomo 1). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966. pp.164-171;  QUEIMADO, José Manuel – <b>Évora – suas ruas e conventos: uma achega para a história de Évora</b>. Évora: Edição do Autor, 1975. pp. 131-135;  NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b>. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar, 1994, pp. 111-115;  <b>Relatório da comissão encarregada de inspeccionar alguns edifícios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d’elles poderia ser estabelecido o quartel general da 4.ª divisão militar.</b> (PT/AHM/DIV/3/20/25/24);  RMS – <b>Região Militar do Sul, Quartel General, Igreja Militar de N. S. da Graça</b>. Évora: RMS;  SERRÃO, Vítor – <b>A Évora, «nova Roma» de D. João III</b>. In SERRÃO, Vítor - História da arte em Portugal – o Renascimento e o Maneirismo (1500-1620). Lisboa: Editorial Presença, 2001. pp. 72-76;  TERENO, Maria do Céu Simões - <b>O convento de Nª Senhora da Graça em Évora</b>. In FRÓIS, Virgínia (coord.) - Conversas à volta dos conventos. Évora: Casa do Sul Editora.</p>	
<b>Créditos Fotográficos</b>	Joana Machado, 2012

<b>Autor e Data</b>	Joana Machado, 2013
---------------------	---------------------

<b>PATRIMÓNIO DE USO MILITAR</b>		
		Ficha de Inventário n.º 5
<b>Solar dos Condes de Sabugal (PT040705210158)</b>		
<b>Outras designações</b>	Brigada Fiscal <i>Trem</i>	
<b>Categoria/Tipologia</b>	Monumento / Arquitetura Civil	
	<b>Utilização Inicial:</b> Residencial (solar)	<b>Utilização Atual:</b> Militar
<b>Localização</b>		
<b>Divisão Administrativa</b>	Portugal, Évora, Sé e São Pedro	
<b>Endereço</b>	Rua da Rampa, Évora	
<b>Acessos</b>	Rua da Rampa Rossio	
<b>Proteção</b>		
<b>Situação Atual</b>	Incluído no Centro Histórico da Cidade de Évora	
<b>Zona <i>non aedificandi</i></b>	Não	
<b>ZP ou ZEP</b>	Não	
<b>Património Mundial</b>	Lista do Património Mundial da UNESCO: n.º 7 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.	
<b>Descrições</b>		
<b>Época de Construção</b>	Séc. XVI	
<b>Descrição</b>	<p><b>Estrutura primitiva:</b> na sua maioria conservada, principalmente o piso térreo e a ala sul, onde subsistem duas torres quadrangulares, “<i>com poucas aberturas, na muralha quatrocentista, que oferece aquele vetusto e patinado ar assimétrico e pitoresco que as velhas construções nos legaram do passado.</i>”<sup>247</sup> ;</p> <p><b>Pátio:</b> rematado por duas fachadas de alvenaria caiadas, compostas por portas e janelas chanfradas, de granito. No lado sul, encontra-se a escadaria que dá acesso ao piso superior, com um arco redondo e pequeno nicho no alçado oeste, que teria uma escultura. O pátio ainda é composto por pequenas habitações e a “<i>escada de serviço para pessoal menor do paço</i>”<sup>248</sup> (no sentido nordeste);</p> <p><b>Piso térreo:</b> constituído por salas cujos tetos são abobadados, havendo uma diferenciação estilística dos mesmos. Túlio Espanca descreve as salas com abóbadas em cruzaria, com bocetes</p>	

<sup>247</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1966, p. 202.

<sup>248</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 202.

	<p>naturalistas e com desenhos geométricos, cujas massas e mísulas são de granito, estando algumas decoradas com cartelas renascentistas; porém, as de maior valor arquitetónico e artístico são as salas da ala Este, que são compostas por abóbadas nervuradas, cujas chaves e mísulas de granito estão esculpidas de acordo com o estilo clássico, destacando a maior sala, que foi cavaliariça, que se divide em <i>“três tramos suportados por notável abóbada de cruzaria de estrelas polinervadas, reforçada moderadamente por arcos internos de alvenaria”</i><sup>249</sup>. Deste piso também se destaca as portas emolduradas de azulejos verdes e brancos, cujo lintel, constituído por alicatado cerâmico mudéjar, está decorado com o armorial dos Castros, os de treze besantes entre dois medalhões de figuras humanas e símbolos zoomórficos;</p> <p><b>Piso superior:</b> constituído por uma sala de jantar de grandes dimensões, do século XVI, <i>“com fogão e lareira do tipo da Renascença do período decadente, com tectos de travejamento ao modo regional”</i><sup>250</sup>, alvo de obras de reestruturação (adaptação de várias divisões);</p> <p><b>Capela quinhentista:</b> assentada numa das torres cúbicas da muralha fernandina, é de planta quadrangular. É composta por nave e capela-mor cujas abóbadas são polinervadas, com pequenos bocetes redondos e naturalistas.</p>
<b>Arquiteto/Construtor</b>	Desconhecido
<b>Cronologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. XVI – construção do solar, entre 1536 e 1591, numa área onde existiam casas nobres de D. Isabel de Castro e D. Garcia de Menezes (irmãos<sup>251</sup>); D. João de Melo autoriza em 1565 a construção de uma pequena capela;</li> <li>• Séc. XIX – adaptação do edifício para servir de Padaria Militar e Armazéns de materiais e de ferramentas da inspeção de Engenharia, ao que se denomina de Assento ou Trem Militar;</li> <li>• Séc. XX (segunda metade) – ocupado pelo 2.º Batalhão da Guarda Fiscal, edifício sujeito a algumas obras que o valorizaram;</li> <li>• Finais séc. XX – edifício afeto à Brigada Fiscal.</li> </ul>
<b>Corpo do Exército</b>	Séc. XIX a 1950 – Trem <sup>252</sup> (Padaria militar, <i>“arrecadação de ferramentas e materiais a cargo da inspeção de engenharia”</i> <sup>253</sup> );

<sup>249</sup> Cf. idem.

<sup>250</sup> Cf. idem.

<sup>251</sup> Filhos de D. Duarte de Menezes e de D. Filipa de Castro. D. Garcia de Menezes acabaria por casar com D. Maria de Castro, fruto do primeiro casamento de D. Afonso de Castelo Branco com D. Constança de Castro. D. Afonso de Castelo Branco casou em segundas núpcias com D. Isabel de Castro.

<sup>252</sup> *Agrupamento de elementos dos Serviços que provém ao apoio logístico de uma unidade, isto é, o conjunto de militares e viaturas que fornecem à unidade a que pertencem apoio de abastecimento, evacuação e manutenção* (Cf. Vicente Soares, *Dicionário de terminologia militar*, p. 658).

<sup>253</sup> Cf. *Relatório da comissão encarregada de inspeccionar alguns edifícios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d'elles poderia ser estabelecido o quartel general da 4.ª divisão militar*.

	Séc. XX (2.ª metade) a Séc. XIX – Brigada Fiscal
<b>Intervenções Realizadas</b>	-
<b>Propriedade</b>	Pública: estatal
<b>Afetação</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>Observações</b>	-
<b>Bibliografia</b>	
<p>ESPANCA, Túlio – <b>Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora</b> (Vol. VII- Tomo 1). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966. pp. 201-202;</p> <p>NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b>. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar, 1994, pp. 111-115;</p> <p><b>Relatório da comissão encarregada de inspeccionar alguns edifícios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d'elles poderia ser estabelecido o quartel general da 4.ª divisão militar.</b> (PT/AHM/DIV/3/20/25/24);</p> <p><a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10983">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10983</a></p>	
<b>Créditos Foto-gráficos</b>	-
<b>Autor e Data</b>	Joana Machado, 2013

## PATRIMÓNIO DE USO MILITAR

Ficha de Inventário n.º 6

### Quartel dos Dragões (PT040705210093)



<b>Outras designações</b>	Castelo Manuelino; Castelo Novo; Quartel Novo; Quartel dos Castelos.	
<b>Categoria/Tipologia</b>	Monumento / Arquitetura Militar	
	<b>Utilização Inicial:</b> Militar (fortaleza)	<b>Utilização Atual:</b> Militar (sede de comando militar – Comando de Instrução e Doutrina)
<b>Localização</b>		
<b>Divisão Administrativa</b>	Portugal, Évora, Sé e São Pedro	
<b>Endereço</b>	Largo dos Castelos, Évora	
<b>Acessos</b>	Largo dos Castelos Rua do Cicioso	
<b>Proteção</b>		
<b>Situação Atual</b>	Sem proteção	
<b>Zona non aedificandi</b>	-	
<b>ZP ou ZEP</b>	Não	
<b>Património Mundial</b>	Lista do Património Mundial da UNESCO: n.º 7 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.	
<b>Descrições</b>		
<b>Época de Construção</b>	Séc. XV	

<p>Descrição</p>	<p><b>Estrutura:</b> planta quadrangular; traçado renascentista, exemplar da arquitetura militar portuguesa; quatro <i>torres de alvenaria angularmente revestidas de pilastras de grandes lages almofadadas, de granito</i><sup>254</sup>;</p> <p><b>Exterior:</b></p> <p><b>Fachada norte (principal):</b> corpo central recuado; piso térreo composto por oito arcadas falsas com janelas semicirculares, <i>ornatadas no fecho enobrecido por pórtico apilastrado de cantaria trabalhada</i><sup>255</sup>; pórtico encimado por frontão circular com as armas reais de Portugal, <i>coroadas e de alto relevo de mármore branco de Estremoz, com paquife e troféus bélicos</i><sup>256</sup></p> <p><b>Fachada sul:</b> constituída por elementos quinhentistas, especialmente nas torres, apoiadas <i>em albarradas de granito decoradas por cordão torso do tipo da torre de Belém, antigamente protegidas por revelins e cubelos artilhados</i><sup>257</sup>.</p> <p><b>Parada:</b> construída na 2.ª metade do séc. XVIII; planta quadrangular; <i>fachadas assentes em arcada falsa de sete vãos de volta redonda por banda, com molduras e pilastras singelas</i><sup>258</sup>; 2 andares compostos por janelas de sacada e de peito, <i>com ombreiras e dintéis de granito regional</i><sup>259</sup>; escadas cocleadas nos cantos da parada com ligação ao piso superior (utilizadas pelas praças), rodapés decorados com azulejos azuis e brancos do início do séc. XIX; nicho com a imagem de D. Nuno Álvares Pereira<sup>260</sup>;</p> <p><b>Interior</b></p> <p><b>Piso térreo:</b></p> <p><b>Entrada principal:</b> rotunda de planta ovoide, acesso às salas de armas através dos corredores com abóbadas de berço; escadas com comunicação com o piso superior (utilizadas pelos oficiais)</p> <p><b>Salas de Armas:</b> planta retangular, tetos de meio canhão;</p> <p><b>Piso superior:</b></p> <p><b>Sala do Conselho Regimental (antiga):</b> abóbada de <i>tabelas néo-clássicas, murais, de temas bélicos e triunfais, envolvidas por ornatos, sanefas e grinaldas presas e querubins</i><sup>261</sup>;</p> <p><b>Terrenos do baluarte do castelo:</b></p> <p><b>Picadeiro:</b> obra iniciada em 1808, mas interrompida devido às Guerras Peninsulares e à Guerra Civil; 1874-76, o Ministério da</p>
------------------	---

<sup>254</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>255</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 15.

<sup>256</sup> Cf. *ibidem*..

<sup>257</sup> Cf. Túlio Espanca, *Cercas militares de Évora: Castelo Manuelino (Quartel dos Dragões) e Palácio dos Mesquitas (Quartel General)*. In Comissão Municipal de Turismo de Évora – Évora. Évora: CMTE, 1965.

<sup>258</sup> Cf. Túlio Espanca, *Inventário artístico de Portugal*, p. 16.

<sup>259</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 16.

<sup>260</sup> Padroeiro da Arma de Infantaria; neste nicho estaria a imagem de Nossa Senhora da Conceição, santa padroeira da Arma de Cavalaria, que foi substituída pela de D. Nuno Álvares Pereira aquando a instalação do Regimento de Infantaria n.º 16 no edifício, na década de 1940.

<sup>261</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 16.

	Guerra ordenou a finalização da construção do Picadeiro.
<b>Arquiteto/Construtor</b>	Diogo de Arruda
<b>Cronologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. XVI – construção do quartel a pedido de D. Manuel I;</li> <li>• 1577-1580 – instalação do depósito agrícola numa das torres do castelo manuelino;</li> <li>• Séc. XVIII – instalação do Regimento dos Dragões de Évora e transferência do depósito agrícola para o Celeiro Comum (o regimento passou a ser designado por Regimento de Cavalaria n.º 5 após reforma do exército feita pelo Marechal Beresford);</li> <li>• Séc. XX – RC n.º 5 transferido para Alcobça; RI n.º 16 é aquartelado no edifício;</li> <li>• 1992 – sede do Quartel-general da Região Militar do Sul é transferida para o Castelo dos Dragões;</li> <li>• 2006 – com o fim das Regiões Militares, o quartel recebe o Comando de Instrução e Doutrina.</li> </ul>
<b>Corpo do Exército</b>	1736 a 1940 – Regimento de Dragões de Évora (Cavalaria) 1940 a 1977 – Regimento de Infantaria n.º 16 1992 a 2005 – Quartel-General da Região Militar Sul 2005 até hoje – Comando de Instrução e Doutrina
<b>Intervenções Realizadas</b>	1992-1997 – obras de adaptação do edifício a quartel-general: 1.º piso – escritórios e administração do quartel; Atualmente – obras de adaptação do último piso para zona de arquivos.
<b>Propriedade</b>	Pública: estatal
<b>Afetação</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>Observações</b>	Prédio Militar n.º 5
<b>Bibliografia</b>	
<p>ALMEIDA, Álvaro Duarte de, BELO, Duarte,- <b>Portugal Património, Volume VIII: Portalegre – Évora</b>, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2008. ISBN 978-972-42-3914-9. p. 272;</p> <p>ESPANCA, Túlio – <b>Cercas militares de Évora: Castelo Manuelino (Quartel dos Dragões) e Palácio dos Mesquitas (Quartel General)</b>. In Comissão Municipal de Turismo de Évora – Évora. Évora: CMTE, 1965.</p> <p>ESPANCA, Túlio – <b>Évora: arte e história</b>. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1980. p. 17;</p> <p>ESPANCA, Túlio – <b>Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora</b> (Vol. VII- Tomo 1). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966. pp. 14-16;</p> <p>NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b>. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar, 1994, pp. 111-115;<b>Relatorio da comissão encarregada de inspeccionar alguns edifícios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d’elles poderia ser estabelecido o quartel general da 4.ª divisão militar.</b> (PT/AHM/DIV/3/20/25/24);</p> <p>RMS – <b>Região Militar do Sul, Quartel General, Fortificação Militar de Évora</b>. Évora: RMS. pp. 39-43.</p>	

[http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/4976950/;](http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/4976950/)  
[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4433;](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4433;)

**Créditos  
Fotográficos**

Joana Machado, 2012

**Autor e Data**

Joana Machado, 2013

## PATRIMÓNIO DE USO MILITAR

Ficha de Inventário n.º 7

### Colégio Madre de Deus (PT040705210146)



<b>Outras designações</b>	Convento da Madre de Deus: Hospital Militar Regional.	
<b>Categoria/Tipologia</b>	Monumento / Arquitetura	
	<b>Utilização Inicial:</b> Educativa (colégio)	<b>Utilização Atual:</b> Hospitalar
<b>Localização</b>		
<b>Divisão Administrativa</b>	Portugal, Évora, Sé e São Pedro	
<b>Endereço</b>	Rua D. Augusto Eduardo Nunes (antiga Rua da Mesquita)	
<b>Acessos</b>	Rua D. Augusto Eduardo Nunes	
<b>Proteção</b>		
<b>Situação Atual</b>	-	
<b>Zona <i>non aedificandi</i></b>	-	
<b>ZP ou ZEP</b>	Não	
<b>Património Mundial</b>	Lista do Património Mundial da UNESCO: n.º 7 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.	
<b>Descrições</b>		
<b>Época de Construção</b>	Séc. XVI/XVII	
<b>Descrição</b>	<b>Estrutura:</b> alterada para a instalação do serviço hospitalar; conserva a maioria das divisões originais do antigo colégio; capela destruída, da qual resta a porta, e uma ala do claustro. <b>Fachada:</b> sustentada por cunhais de pedra e conserva as	

	<p>primitivas entradas colegiais e da capela, que se situa no lado nascente. A fachada posterior, virada para a cerca do Hospital da Misericórdia, conserva a arcaria de quatro vãos, suportada por altos pilares de granito, em arcos de volta perfeita e bases quadradas. Na fachada oeste, existe uma empena a qual teria os brasões da Companhia de Jesus ou dos donatários;</p> <p><b>Portal da fachada principal(S.):</b> em mármore, de decoração clássica, com frontão triangular. O dintel deste portal contém a inscrição latina: MAGNA.MATRI.DEI.D.;</p> <p><b>Interior do edifício:</b> composto por claustro de planta quadrangular de dois pisos, tendo cada ala cinco tramos de arcos de volta perfeita assentes em colunas toscanas de mármore branco de Estremoz;</p> <p><b>Claustro:</b> cobertura das alas é em abóbada de berço, rebocadas e pintadas de branco, protegidas por esticadores de ferro; no centro ainda é visível o poço colegial, feito com mármore da região;</p> <p><b>Andar superior:</b> composto por amplos corredores e o acesso às suas alas é feito por portas de verga reta e são rasgadas por três janelas de varandim com guardas metálicas e molduras de cantaria. Funcionam neste piso o Internamento, o Bloco Operatório e a Enfermaria.</p>
<b>Arquiteto/Construtor</b>	Padre Brás Fernandes
<b>Cronologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. XVI (2.ª metade) – D. Heitor de Pina Olival (cavaleiro fidalgo da Casa Real, Conselheiro do Rei e Procurador dos Feitos da Coroa, colaborador do Cardeal D. Henrique e protetor da Livraria da Universidade de Évora) e sua esposa, D. Francisca de Brito Sacota deixam “<i>em testamento, um legado de 10 000 cruzados</i>”<sup>262</sup> para a construção de um colégio para alunos pobres da Universidade, o qual foi construído na Rua da Mesquita;</li> <li>• 7 de Agosto de 1595 – autorização do Papa Clemente VIII (Bula)<sup>263</sup>;</li> <li>• 1607 – estatutos aprovados;</li> <li>• 1759 – com a expulsão dos Jesuítas o edifício passou para a Coroa e vendeu-o em hasta pública;</li> <li>• 1909 – o Hospital Regimental de Cavalaria n.º 5 é transferido para o Colégio Madre Deus, recebendo a designação de Hospital Militar Regional n.º 4.</li> </ul>
<b>Corpo do Exército</b>	Séc. XIX/XX – Hospital da 4.ª Região Militar 1993 – Centro de Saúde da Região Militar Sul
<b>Intervenções Realizadas</b>	-

<sup>262</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1966, p. 91.

<sup>263</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 91, e cf. Afonso de Carvalho, *Op. Cit.*, p. 217.

<b>Propriedade</b>	Pública: estatal
<b>Afetação</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>Observações</b>	Prédio Militar n.º 1
<b>Bibliografia</b>	
<p>ESPANCA, Túlio – <b>Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora</b> (Vol. VII- Tomo 1). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966. pp. 90 -91;</p> <p>NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b>. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar, 1994, pp. 111-115;</p> <p><b>Relatorio da comissão encarregada de inspeccionar alguns edifícios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d'elles poderia ser estabelecido o quartel general da 4.ª divisão militar.</b> (PT/AHM/DIV/3/20/25/24);</p> <p><a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10971">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10971</a>.</p>	
<b>Créditos Fotográficos</b>	Joana Machado, 2012
<b>Autor e Data</b>	Joana Machado, 2013

## PATRIMÓNIO DE USO MILITAR

Ficha de Inventário n.º 8

### Cadeia Comarcã (PT040705210169)



#### Outras designações

Hospital da Universidade e Cadeia de Estudantes;  
Hospital da Universidade;  
Cadeia Civil Comarcã.

#### Categoria/Tipologia

Monumento / Arquitetura

**Utilização Inicial:**  
Saúde (hospital)  
Judicial (cadeia de estudantes e  
cadeia comarcã)

**Utilização Atual:**  
Educativa (universidade)  
Administrativa (serviços  
administrativos)

### Localização

#### Divisão Administrativa

Portugal, Évora, Sé e São Pedro

#### Endereço

Largo Sr.ª da Natividade

#### Acessos

Rua de Machede;  
Rua do Cardeal Rei;  
Rua dos Deficientes das Forças Armadas.

### Proteção

#### Situação Atual

-

#### Zona *non aedificandi*

-

#### ZP ou ZEP

Incluído na ZP das Muralhas e Fortificações de Évora

#### Património Mundial

Lista do Património Mundial da UNESCO: n.º 7 do art.º 15.º da  
Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

<b>Descrições</b>	
<b>Época de Construção</b>	Séc. XVI/XVII/XIX
<b>Descrição</b>	<p><b>Estrutura:</b> conserva as (duas) diferentes tipologias dos pisos;</p> <p><b>Primeiro piso:</b> janelas gradeadas de jambas e dintéis de pedra, de aresta viva, com enxalços profundos, revelando a sua função original: cadeia universitária;</p> <p><b>Piso superior:</b> composto por amplas janelas nas várias divisões, desvenda o que outrora foi a enfermaria do hospital universitário. Atualmente existem algumas com gradeamento;</p> <p><b>Interior do edifício:</b> conserva o pequeno troço liberto do claustro, do último quartel do século XVI, composto por pilares granitos, de arcos redondos e várias masmorras com grades de ferro forjado seiscentista.</p>
<b>Arquiteto/Construtor</b>	Jerónimo Torres <sup>264</sup>
<b>Cronologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. XVI (meados) – Cardeal Infante D. Henrique ordena a construção do Hospital Real da Piedade para assistência médica dos estudantes dos Colégios da Purificação e de São Manços e de estudantes pobres e posteriormente, foi aqui integrado o cárcere estudantil;</li> <li>• 1579 (13 de Junho) – Papa Gregório XIII, por Bula, integra o hospital e suas rendas no dote do Colégio do Espírito Santo (fundado solenemente dia 1 de Novembro de 1559);</li> <li>• 1584 (18 de Setembro) – lançamento da primeira pedra do hospital;</li> <li>• 1759 – Universidade de Évora fecha, após expulsão dos Jesuítas; o edifício do hospital é expropriado pelo Estado, que o deixa ao abandono até ao fim do século seguinte;</li> <li>• 1899 – instalação da Cadeia Civil Comarcã;</li> <li>• Séc. XX (início) – após obras de consolidação, é transformada em Sede do Distrito de Recrutamento e Mobilização n.º 16;</li> <li>• 1963 – Cadeia Civil transferida para um novo edifício (no ferragial da Nora);</li> <li>• 1960 (década) – funcionamento da Farmácia Militar na ala Sul do edifício;</li> <li>• Séc. XX (fins) – instalações ocupadas pelos serviços administrativos da Universidade de Évora.</li> </ul>
<b>Corpo do Exército</b>	<p>Início século XX – Farmácia Militar</p> <p>1927 a 1937 – Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 16</p>

<sup>264</sup> Não há certezas do arquiteto, mas Túlio Espanca afirma: “(...) *todavia, o seu tipo arquitetural denuncia características tão próximas em planta e alçados do Colégio da Purificação, construído pelo mestre empreiteiro das obras da Companhia de Jesus, Jerónimo de Torres (1577-1605), que somos inclinados a atribuir-lhe, do mesmo modo, a responsabilidade daquela factura.*” (cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 91)

<b>Intervenções Realizadas</b>	Início séc. XX – obras de consolidação a cargo do Ministério da Guerra.
<b>Propriedade</b>	Pública: estatal
<b>Afetação</b>	Sem afetação
<b>Observações</b>	-
<b>Bibliografia</b>	
<p>ESPANCA, Túlio – <b>Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora</b> (Vol. VII- Tomo 1). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966. pp. 91-92.</p> <p>NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b>. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar, 1994, pp. 111-115.</p>	
<b>Créditos Fotográficos</b>	Joana Machado, 2012
<b>Autor e Data</b>	Joana Machado, 2013

## PATRIMÓNIO DE USO MILITAR

Ficha de Inventário n.º 9

### Torre das Cinco Quinas



<b>Outras designações</b>	Palácio das Cinco Quinas; Paço das Quinas.	
<b>Categoria/Tipologia</b>	Monumento Nacional / Arquitetura Militar	
	<b>Utilização Inicial:</b> Militar (fortaleza)	<b>Utilização Atual:</b>
<b>Localização</b>		
<b>Divisão Administrativa</b>	Portugal, Évora, Sé e São Pedro	
<b>Endereço</b>		
<b>Acessos</b>	Rua do Menino Jesus Rua Dr. Augusto Filipe Simões	
<b>Proteção</b>		
<b>Situação Atual</b>	Monumento Nacional, Decreto de 3 de Julho de 1920, DG, II Série, n.º 158 de 8 de Julho de 1920	

<b>Zona non aedificandi</b>	-
<b>ZP ou ZEP</b>	Incluído no ZP do Templo de Évora, Igreja dos Lóios e Convento dos Lóios.
<b>Património Mundial</b>	Lista do Património Mundial da UNESCO: n.º 7 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.
<b>Descrições</b>	
<b>Época de Construção</b>	Desconhecida
<b>Descrição</b>	Planta pentagonal Três pisos Cobertura em terraço Fachada principal (N.) três registos definidos por janelas e com correspondência para o interior.
<b>Arquiteto/Construtor</b>	Desconhecido
<b>Cronologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Século XIV – incorporada no palácio dos Duques de Cadaval, que foi aqui construído nesse século devido à doação desses terrenos e do castelo a Martim Afonso de Melo por D. João I.</li> <li>• Século XIX – parte da torre sob tutela do Ministério da Guerra, para o funcionamento do tribunal militar.</li> </ul>
<b>Corpo do Exército</b>	1875 a 1893 – Tribunal Militar
<b>Intervenções Realizadas</b>	-
<b>Propriedade</b>	Privada
<b>Afetação</b>	Sem afetação
<b>Observações</b>	-
<b>Bibliografia</b>	
<p>ESPANCA, Túlio – <b>Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora</b> (Vol. VII- Tomo 1). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966. pp.</p> <p>NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b>. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar, 1994, pp. 111-115.</p> <p><b>Relatório da comissão encarregada de inspeccionar alguns edifícios em Évora a fim de conhecer-se se em algum d’elles poderia ser estabelecido o quartel general da 4.ª divisão militar.</b> (PT/AHM/DIV/3/20/25/24).</p> <p><a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10994">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10994;</a></p>	
<b>Créditos Fotográficos</b>	Joana Machado
<b>Autor e Data</b>	Joana Machado, 2013

## PATRIMÓNIO DE USO MILITAR

Ficha de Inventário n.º 10

### Antigo Convento e Igreja do Salvador (PT040705050041)



<b>Outras designações</b>	Convento e Igreja do Salvador do Mundo	
<b>Categoria/Tipologia</b>	Monumento / Arquitetura Religiosa	
	<b>Utilização Inicial:</b> Militar (Muralha) Religiosa (Convento e Igreja)	<b>Utilização Atual:</b> Político-administrativo (Torre Sineira - Direção Regional de Cultura do Alentejo)
<b>Localização</b>		
<b>Divisão Administrativa</b>	Portugal, Évora, Santo Antão	
<b>Endereço</b>	Praça de Sertório	
<b>Acessos</b>	Rua do Salvador, Rua de Olivença, Praça de Sertório	
<b>Proteção</b>		
<b>Situação Atual</b>	Imóvel de Interesse Público – Decreto n.º 8252, DG, I Série, n.º 138 de 10 de Julho de 1922	
<b>Zona non aedificandi</b>	-	
<b>ZP ou ZEP</b>	ZEP – Portaria publicada no DG, II Série, n.º 185, de 11-08-1951	
<b>Património Mundial</b>	Lista do Património Mundial da UNESCO: n.º 7 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.	
<b>Descrições</b>		

<b>Época de Construção</b>	Séc. III/ VIII / XVI/ XVII
<b>Descrição</b>	<p><b>Estrutura</b> – da toda estrutura conventual só subsistiram a igreja e a torre sineira até aos dias de hoje;</p> <p><b>TORRE SINEIRA</b> (ou Torre da Cerca Velha<sup>265</sup>):  Planta quadrangular; telhado de quatro águas; torre constituída por 3 pisos: o piso nobre apresenta <i>arco de cantaria, de volta perfeita com meias canas, assente sobre mísulas prismáticas</i><sup>266</sup> e seteiras afuniladas que iluminam o andar; os dois outros pisos foram transformados, entre 1700-1704, em <i>varandas freiráticas</i><sup>267</sup> constituídas por grelhas de tijolo. Também se encontram algumas <i>portas chanfradas, com munhoneiras</i><sup>268</sup> no 2.º piso que remetem para a arquitetura militar do século XV. Provavelmente, na centúria de trezentos terá sido acrescentado à torre o balcão de matacões, a qual <i>serviu, no séc. XVIII, para suporte da primeira galeria de tejeiras</i><sup>269</sup>.</p> <p><b>IGREJA:</b>  <b>Fachada principal</b> (S.): empena com cunhais graníticos coroada por frontão triangular (vestígios de <i>fresco</i> representando o emblema da Ordem Franciscana); sobre o frontão, encontra-se um <i>medalhão circular de mármore branco ostentando o signo da Companhia de Jesus</i><sup>270</sup> e uma lápide com inscrição latina<sup>271</sup>;  Óculo de moldura marmórea e gradeada;  Fachada encimada por frontão de <i>alvenaria escaiolada, dividido em vários corpos, com pilastras e pedestais rematados por pináculos piramidais e esferóides</i><sup>272</sup>, imagem da pomba do Espírito Santo; nicho com estátua quinhentista, em calcário da região, de Jesus Salvador, assente em <i>painel retabular de azulejos coloridos do tipo de maçaroca</i><sup>273</sup>, do século XVII;</p> <p><b>Fachada ocidental</b> (para a rua de Salvador): dois janelões retangulares e porta semelhante à da fachada principal;</p> <p><b>Interior:</b> de planta retangular, uma nave, com coro, transepto e abóbada de berço. Paredes revestidas de painéis de relevo com motivos geométricos decorados <i>com os símbolos da Ordem Franciscana, do Coração de Jesus e Maria, o Cordeiro Místico e o olho da Divina Providência metidos entre raios esplendentes,</i></p>

<sup>265</sup> (...) defendia a Porta Nova dos Judeus e serve de protecção à fachada oriental da igreja, é construção da época visigótica (cf. Túlio Espanca, *op. cit.*, p. 231).

<sup>266</sup> Cf. Túlio Espanca, *op. cit.*, p. 231.

<sup>267</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 231.

<sup>268</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>269</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>270</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>271</sup> FORTITVDO VRBIS NOSTRAE SALVATOR PONETVR IN EA MVROS ET ANTEMVRALE APERITE PORTAS ET INGREDIATVR GËS IVSTA CVSTODIENS VERITATEM. ISAIAS. CAP. 29. (cf. *ibidem*).

<sup>272</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>273</sup> Cf. *ibidem*.

com molduras de entrelaços, florões e urnas do estilo neoclássico<sup>274</sup>; SUBCORO é constituído por arco abatido marmóreo, teto em caixotões tendo ao centro o monograma JHS, arcada falsa de dois tramos revestidos de azulejos policromos<sup>275</sup>; encontra-se uma porta em madeira que dava acesso ao antigo convento; duas pias com taça circular e balaustres em mármore; púlpito composto por base circular e balaustres, sendo o *sobrecéu* decorado com talha dourada; o cruzeiro da igreja é dividido por grades de ferro *batido* e tem duas capelas colaterais com baldaquino, colunas caneladas que assim como os nichos são decorados em talha dourada, já os altares estão ornamentados com azulejos policromos com representação de *aves, animais, flores e verduras de influência oriental*<sup>276</sup>; CAPELA-MOR dedicada aos *Sagrados Corações*, é precedida por arco de volta perfeita em mármore (todo o mármore é da região – Estremoz), apresenta planta retangular *dividida lateralmente por vãos com arcos abatidos, que comunicam com o coro de baixo e casas necessárias ao culto*<sup>277</sup>, as suas paredes encontram-se ornamentadas com azulejos policromos da 1.ª metade da centúria de setecentos, com *padrões de três tipos, em constituição de interessante conjunto cerâmico: tecto, de meio canhão, forrado com exemplares emblemáticos semelhantes aos da nave; paredes, de desenho igual ao usado no corpo da nave da igreja de Santa Clara, com largos motivos florais, e nas pilastras e emoldurando as janelas (uma é falsa, perspectivada), de modelo idêntico ao dos arcos cruzeiros do Salvador, de fundo cor de limão composto por motivos vegetalistas*<sup>278</sup>; RETÁBULO, em talha dourada, apresenta colunas salomónicas decoradas com águias, parras e uvas, *sobre lacada vermelha*<sup>279</sup>, caindo sobre a baqueta onde se encontram duas estátuas em madeira dos fundadores da Ordem: São Francisco de Assis e Santa Clara; SACRÁRIO é composto por duplos colunelos, também, salomónicos em talha dourada, dossel de querubins e frontão circular de talha colorida e porta decorada, em baixo-relevo, da *Sagrada Custódia e o Cordeiro Pascal*<sup>280</sup>; FRONTÃO DO ALTAR é composto por *arco com seis painéis almofadados, com colunas concêntricas*<sup>281</sup>; TRONO, constituído por *cobertura cupulada*<sup>282</sup>, é composto por painéis e arcos com várias decorações, tendo

<sup>274</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 231-232.

<sup>275</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 232.

<sup>276</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>277</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>278</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>279</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>280</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>281</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>282</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 233.

	<p>como florão <i>emblemático</i> o do Sagrado Coração de Jesus e de Maria; <u>ALTAR-MOR</u> é constituído por <i>frontal de azulejos policromos</i><sup>283</sup> com decoração zoomórfica, centrado por <i>cartela ovalada com a cruz inscrita sobre fundo amarelo</i><sup>284</sup> e com <i>barra de tarjas e safenas</i><sup>285</sup> de influência oriental; <u>CORO DE BAIXO</u>, ao qual se acede <i>por portas do cruzeiro e da capela-mor</i><sup>286</sup>, apresenta planta retangular, é aqui que se encontram a <i>roda primitiva e a grade do palratório, de duplas travessas de ferro batido</i><sup>287</sup>, teto abatido composto por <i>caixotões losangulares encerrados em cruzaria de aresta viva, que nasce em mísulas prismáticas, de alvenaria escaiolada</i><sup>288</sup>, tem cadeiral de carvalho, e as paredes encontram-se decoradas por rodapé de azulejos de figura avulsa, também se encontram nesta sala três altares (de Nossa Senhora do Rosário, o de São Bonifácio e o de Menino Jesus) os quais preservam os seus altares em talha dourada; <u>CORO ALTO</u> tem teto abobadado de caixotões geométricos, cadeiral em carvalho, face ao corpo da igreja, estão duas capelas onde se encontram duas telas seiscentistas que representam, respetivamente, o <i>Ecce Homo</i> e <i>Nossa Senhora do Rosário</i>; os frontais dos altares são decorados por azulejos policromos <i>dominados pelo amarelo, de ramagem túrgidas e maçarocas</i><sup>289</sup> com barra rendilhada; pintura óleo sobre tela que representa <i>Cristo na Cruz entre as três Marias</i><sup>290</sup>.</p>
<b>Arquiteto/Construtor</b>	-
<b>Cronologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. III – integração da primitiva estrutura defensiva romana (cerca velha);</li> <li>• Séc. XVI (1590) – antigo paço dos Camões é cedido para a instalação do Convento do Salvador do Mundo, que professava pela Regra de S. Francisco; ainda neste século, a sua fundadora<sup>291</sup>, <i>soror Catarina de Aguiar, conseguiu adquirir por 3000 cruzados grande parte do paço dos Condes de Sortelha, que compreendia uma das</i></li> </ul>

<sup>283</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 234.

<sup>284</sup> Cf *ibidem*.

<sup>285</sup> Cf *ibidem*.

<sup>286</sup> Cf *ibidem*.

<sup>287</sup> Cf *ibidem*.

<sup>288</sup> Cf *ibidem*.

<sup>289</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 235.

<sup>290</sup> Cf *ibidem*.

<sup>291</sup> Fundadora deste convento, pois, no século XVI, já existia uma ermida, com recolhimento, fundada por D. Joana da Gama, que se localizava na antiga rua do Salvador Velho:

*O primeiro edifício conventual deste título, creado por D. Joana da Gama, a celebrizada autora dos Ditos da freira, em casas de seus ascendentes por volta de 1550, ficava no cômodo do terreiro do Noviciado do Colégio da Companhia de Jesus, motivo que determinou a sua expropriação por compra pública, segundo escritura de 22 de Outubro de 1567, firmada com o cardeal-infante D. Henrique, que dera início, dias antes, aos fundamentos da igreja do Espírito Santo e desejava desafrontar a nova construção religiosa (cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 230).*

	<p><i>poderosas torres medievais doada por D. Afonso V ao seu escrivão de Puridade, D. Nuno Martins da Silveira</i><sup>292</sup>;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Séc. XVII (1605) – alojamento das <i>clarosas</i><sup>293</sup></li> <li>• 1607 – início da construção da igreja. Para a construção da igreja, foram demolidas as casas que se encontravam nos terrenos <i>de uma senhora de apelido Pereira</i><sup>294</sup>;</li> <li>• 1610 – consagração da igreja, tendo celebrado missa o deão da Catedral, D. Diogo de Miranda Henriques;</li> <li>• Séc. XVIII – obras de transformação para a construção do <i>Dormitório grande, enfermaria, varandas de tijoleira da torre e muitas outras complementares da comunidade</i><sup>295</sup>, resultando na descaracterização do estilo apalaçado <i>da casa civil primitiva</i><sup>296</sup>;</li> <li>• 1726 – obras de melhoramento (<i>relevo nos coros, fachadas e cobertura da igreja</i>)<sup>297</sup>;</li> <li>• 1766 – construção do dormitório pequeno;</li> <li>• Séc. XIX (1808) – tropas napoleónicas saqueiam igreja e convento, despojando-os de <i>obras sumptuárias de valor incalculável</i><sup>298</sup>;</li> <li>• 1834 – Secularização;</li> <li>• Séc. XX (1906) – ocupação do imóvel pelo Regimento de Artilharia de Montanha, que aí ficou estabelecido até à década de 1930, já com nova designação;</li> <li>• 1941 – já sendo ocupado pela Escola Industrial e Comercial de Évora, encontrava-se parcialmente arruinado devido ao ciclone<sup>299</sup>;</li> <li>• 1942 – demolição do convento<sup>300</sup> e construção do edifício dos CTT</li> </ul>
<b>Corpo do Exército</b>	1906 a 1921 – Regimento de Artilharia de Montanha de Évora; 1921 a 1927 – Regimento de Artilharia n.º 1; 1927 a 1930 (década) – Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1.
<b>Intervenções Realizadas</b>	1940 – Demolição do convento e prédios anexos;

<sup>292</sup> Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 230. Túlio Espanca ainda refere: *nas casas fortificadas haviam morado o caudilho conquistador da cidade, Geraldo Sem Pavor.*

<sup>293</sup> Cf. Túlio Espanca, *Évora: arte e história*, p. 65.

<sup>294</sup> Cf. Túlio Espanca *Op. Cit.*, p. 230.

<sup>295</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 230.

<sup>296</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>297</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>298</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>299</sup> Cf. *ibidem*.

<sup>300</sup> *Muito arruinado durante o ciclone de 1941, posteriormente o Estado resolveu instalar, no corpo mais antigo, a 3.ª Secção da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais (Secção do Sul), amalgamada com o templo e coros e demoliu as partes restantes, de menor valor artístico ou arqueológico que compreendiam o claustro interior, capítulo, portaria (esta forrada de azulejos policromos do séc. XVII), noviciado, enfermarias e os dois dormitórios setecentistas, conjunto que já havia, aliás perdido o seu carácter original pelas necessárias obras de adaptação militar. (cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 231); O templo (única parte do mosteiro subsistente à destruição de 1942 para dar lugar aos C.T.T.) (cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, p. 65).*

	<p>1964 – obras de aproveitamento da Igreja para nela se instalar a Repartição dos Monumentos do Sul;</p> <p>1969 – obras de reparo no imóvel, devido a danos causados pelo terramoto de 28 de fevereiro de 1969;</p> <p>1975 – coberturas submetidas a obras de reparo;</p> <p>1979 – adaptação de sala para arquivo;</p> <p>1980 (década) – várias obras de restauro e de melhoramento da igreja e torre;</p> <p>1990 – instalação de tubos de queda de água e corrimão (escada da torre);</p> <p>1997 – instalação elétrica (interior e exterior – decorativa).</p>
<b>Propriedade</b>	Pública
<b>Afetação</b>	DRCA Alentejo por Portaria n.º 829/2009, DR, 2.ª série, n.º 163 de 24 agosto 2009 (torre sineira)
<b>Observações</b>	-
<b>Bibliografia</b>	
<p>ESPANCA, Túlio – <b>Évora: arte e história</b>. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1980. pp. 64-65.</p> <p>ESPANCA, Túlio – <b>Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora</b> (Vol. VII- Tomo 1). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966. pp. 230-236.</p> <p>NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b>. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar, 1994, pp. 111-115; <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3840">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3840</a></p>	
<b>Créditos Fotográficos</b>	SIPA (SIPAFOTO00177041)
<b>Autor e Data</b>	Joana Machado, 2013

## ANEXO D – FICHAS DE INVENTÁRIO DOS CORPOS MILITARES

<b>CORPOS MILITARES EM ÉVORA</b>	
Ficha de Inventário n.º CMil01	
<b>Órgãos da Estrutura Superior do Exército: Comando e Quartel-General Região Militar do Sul (extinta)</b>	
<b>Corpo: designações</b>	1868 a 1926 – 4.ª Divisão Militar; 1926 a 1961 – 4.ª Região Militar (extinta em 1961); 1962 a 1970 – 3.ª Região Militar; 1970 a 1975 – Região Militar de Évora (compreendia o Comando Territorial do Algarve); 1975 a 2005 – Região Militar do Sul.
<b>História</b>	<i>Teve origem na 3.ª Região Militar – 1962/Quartel-General em Évora. Mudou de designação em 1970, para Região Militar de Évora (compreendendo o Comando Territorial do Algarve); e em 1975, para Região Militar do Sul (RMS).</i>  <i>É herdeira das tradições militares das seguintes Divisões e Regiões Militares:</i> - 4.ª Região Militar, com origem na 7.ª Divisão Militar – 1836/Quartel-General em Estremoz e extinta em 1960/Quartel-General em Évora; - 8.ª Divisão Militar, criada em 1836/Quartel-General em Faro ou Tavira e extinta em 1868. <sup>301</sup>
<b>Brasão</b>	
	

<sup>301</sup> Cf. EME, *Armorial do exército português*, 1996, p. 47.

ARMAS	SIMBOLOGIA	ESMALTES
<p>- Escudo de prata, uma cruz florenciada de verde; bordadura de vermelho; - Elmo militar, de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra; - Paquife e virol de prata e de verde; - Timbre: uma águia estendida de negro; - Divisa: um listel de branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir: «<b>VIGILÂNCIA E FIDELIDADE</b>».</p>	<p>- <u>Cruz florenciada</u>: da Ordem Militar de São Bento de Avis, que, embora fundada em Coimbra, por El-Rei D. Afonso Henriques, com o nome de Nova Ordem, transitou após a conquista de Évora para esta cidade com nome de Cavalaria de Évora, e mais tarde para a Vila de Avis, que lhe foi doada por El-Rei D. João II; - <u>Bordadura de vermelho</u>: Região Militar; - <u>Águia</u>: alude às aves que, segundo a tradição, quando os freires da Ordem buscavam lugar próprio para construir o seu Castelo, foram vistas levantar voo no sítio escolhido para aquele fim castrense e a que deram o nome de Avis (Aves) em recordação de tal facto.</p>	<p>- <u>Ouro</u>: nobreza e pureza; - <u>Prata</u>: riqueza e eloquência; - <u>Vermelho</u>: ardor bélico e força; - <u>Verde</u>: esperança e liberdade.</p>
<b>Edifícios e tempo de ocupação</b>	<p>1868 a 1884 – instalado no Celeiro Comum; 1884 a 1992 – instalado no Palácio dos Morgados da Mesquita, onde se localizava a residência oficial do Chefe e Subchefe da Divisão, e após 1926, Região Militar; 1992 a 2005 – instalado no Quartel dos Dragões.</p>	
<b>Bibliografia</b>	<p>EME – <b>Armorial do exército português</b>. Lisboa: CEGRAF/EX, 1996. ISBN: 8347-00-6; pp. 43-48. NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b>. Lisboa: Direção de Documentação e História Militar, 1994. p. 111.</p>	
<b>Autor</b>	<p>Joana Machado, 2013</p>	

<b>CORPOS MILITARES EM ÉVORA</b>	
Ficha de Inventário n.º CMil02	
<b>Arma: Infantaria</b>	
<b>Corpo: designações</b>	1833 – Regimento de Infantaria de Évora; 1834 – Regimento de Infantaria n.º 10 (RI 10); 1911 – 3.º Batalhão do RI 11; 1926 – Regimento de Infantaria n.º 22 (RI 22); 1927 – Regimento de Infantaria n.º 16 (RI 16); 1975 – Regimento de Infantaria de Évora (RI Évora); 1977 – RI Évora transferido para Beja, passando a ser designado por RI Beja.
<b>Edifícios e tempo de ocupação</b>	1911 a 1936 – instalado no Convento de Santa Clara
<b>Curiosidades</b>	Regimentos de Infantaria 9, 11, 21 e 23, após as Invasões Napoleónicas, passaram a ter a seguinte legenda a ouro nas suas Bandeiras: “ <i>«Julgareis qual he mais excellente. Se ser do Mundo Rei, ou de tal gente»</i> ” <sup>302</sup>
<b>Bibliografia</b>	NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b> . Lisboa: Direção de Documentação e História Militar, 1994. p. 112 SERRÃO, Joaquim Veríssimo – <b>A história militar portuguesa no século XIX: uma visão de conjunto</b> . In CPHM – A história militar no séc. XIX (Atas do IV Colóquio de História Militar). Lisboa: CPHM, 1993. pp.25-33.
<b>Autor</b>	Joana Machado, 2013

<sup>302</sup> Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *A história militar portuguesa no século XIX: uma visão de conjunto*, 1993, p.27.

<b>CORPOS MILITARES EM ÉVORA</b>	
Ficha de Inventário n.º CMil03	
<b>Arma: Artilharia</b>	
<b>Corpo: designações</b>	1921 – Regimento de Artilharia n.º 1 (RA 1); 1927 – Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1 (RAL 1); 1955 – Regimento de Artilharia Ligeira n.º 3 (RAL 3), extinto em 1974; 1976 – Regimento de Artilharia de Évora, extinto em 1980.
<b>Edifícios e tempo de ocupação</b>	1921 a 1930 (fim da década) – Quartel de Artilharia; 1940 (década) a 1980 – Quartel de 28 de Maio.
<b>N.º de efetivos</b>	1926 – 120 praças (soldados e cabos)
<b>Bibliografia</b>	NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b> . Lisboa: Direção de Documentação e História Militar, 1994. pp. 112-113
<b>Autor</b>	Joana Machado, 2013

<b>CORPOS MILITARES EM ÉVORA</b>	
Ficha de Inventário n.º CMil04	
<b>Serviço: Pessoal</b>	
<b>Distrito de Recrutamento e Mobilização de Évora</b>	
<b>Corpo: designações</b>	1899 – Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 22, extinto em 1901; 1926 – Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 22; 1927 – Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 16; 1937 – Distrito de Recrutamento e Mobilização n.º 16; 1977 – Distrito de Recrutamento e Mobilização de Évora, extinto em 1994; 1994 – Centro de Recrutamento de Évora.
<b>História</b>	<i>O Distrito de Recrutamento e Mobilização de Évora teve origem no Distrito de Reserva n.º 8 – 1887/Ovar. Em 1888, foi transferido para Abrantes passando a designar-se por Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 8. Mudou de designação: em 1899, para Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 20; em 1901, para Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 22; em 1911, para Distrito de Recrutamento n.º 22. Em 1926, foi transferido para Évora, passando a designar-se por Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 22. Mudou de designação: em 1927, para Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 16; em 1937, para Distrito de Recrutamento e Mobilização n.º 16; e em 1975, para DRM Évora.<sup>303</sup></i> O General do Chefe Estado Maior do Exército por despacho (Despacho n.º 178/94 de 2 de Setembro de 1994) extinguiu o DRM Évora no dia 30 de Setembro de 1994. A 1 de Outubro de 1994 é criado o Centro de Recrutamento de Évora (que se encontra inserido no Gabinete de Atendimento ao Público de Évora).
<b>Edifícios e tempo de ocupação</b>	1927 a 1937 – antiga Cadeia Comarcã, onde atualmente se encontram os Serviços Administrativos da Universidade de Évora; Atualmente – Palácio dos Morgados da Mesquita.
<b>Bibliografia</b>	EME – <b>Armorial do exército português</b> . Lisboa: CEGRAF/EX, 1996. ISBN: 8347-00-6; p. 779 NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b> . Lisboa: Direção de Documentação e História Militar, 1994. p. 114
<b>Autor</b>	Joana Machado, 2013

<sup>303</sup> Cf. EME, *Op. Cit.*, 1996, p. 779.

<b>CORPOS MILITARES EM ÉVORA</b>	
Ficha de Inventário n.º CMil05	
<b>Serviço: Justiça e Disciplina</b>	
<b>Corpo: designações</b>	1875 – Conselho de Guerra Permanente de Évora (extinto em 1899); 1976 – Tribunal Militar Territorial de Évora.
<b>História</b>	
<b>Edifícios e tempo de ocupação</b>	1875 a 1893 – Torre das Cinco Quinas 1893 a 1899 – Palácio dos Morgados da Mesquita
<b>Bibliografia</b>	NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b> . Lisboa: Direção de Documentação e História Militar, 1994. p. 115
<b>Autor</b>	Joana Machado, 2013

## CORPOS MILITARES EM ÉVORA

Ficha de Inventário n.º CMil06

### Serviço: Saúde Centro de Saúde

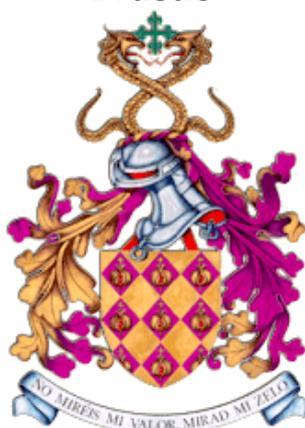
**Corpo:  
designações**

Séc. XIX – Hospital Regimental de Cavalaria n.º 5;  
1909 – Hospital Militar de Évora (3.ª Classe);  
1926 – Hospital Militar Regional n.º 4;  
1993 – Centro de Saúde da Região Militar do Sul;  
2005 – Centro de Saúde.

**História**

*O Hospital Militar Regional n.º 4 (HMR4) teve origem em 1909 no Hospital Militar de Évora (3.ª Classe). Em 1926 recebeu a designação de HMR4.<sup>304</sup>*

#### Brasão



**ARMAS**

- Escudo de ouro, lisonjas de púrpura postas 3, 3 e 3, cada uma carregada de uma romã, rachada de vermelho, sustendo uma cruz, ambas do primeiro;

- Elmo militar, de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;

- Correia de vermelho perfilado de ouro;

- Timbre: duas serpentes de ouro linguadas de vermelho, passadas e repassadas em aspa e entre as cabeças uma cruz

**SIMBOLOGIA**

- Lisonjas: referente ao casal que fundou o Colégio Madre Deus – mais tarde também conhecido pela designação de Colégio das Maltesas – em cujo edifício hoje se encontra instalado o Centro de Saúde;

- Romã e Cruz: invocam o encontro do humilde alentejano João Cidade com um menino que lhe apresentou uma romã aberta sobre a qual fulgurava uma cruz, dizendo «João de Deus! A tua cruz será em Granada». Aceitpu simplesmente João a sua cruz e com tal zelo se

**ESMALTES**

- Ouro: fé e fidelidade à missão aceiteada;

- Vermelho: caridade e grandeza de alma no agir;

- Verde: esperança no triunfo final;

- Púrpura: dever consciente de cumprir.

<sup>304</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 467;

<p><i>florenciada de verde;</i>  - <i>Divisa: num listel branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir</i>  <b>«NO MIRÉIS MI VALOR, MIRAD MI ZELO»<sup>305</sup></b></p>	<p><i>houve no cuidar dos doentes desprotegidos que, em 1690, foi canonizado e em 1886 proclamado por Leão XIII Padroeiro dos Hospitais e dos Enfermos.</i>  - Serpentes: combate permanente da saúde contra a doença. <i>No seu ondeado recordam o ondular da chama e da vaga no contraste do ardor do veneno e do bálsamo do antídoto, símbolos elementares – fogo e água – de verdadeira fonte de vida e de morte;</i>  - Cruz de Avis: região Além Tejo que o HMR n.º 4 tinha por missão cobrir;  - «<i>Português do Céu</i>» chamou a São João de Deus, Lope de Veja, num poema donde a divisa do Hospital foi extraída, numa afirmação de profunda consciência do seu esforço para bem cumprir.</p>	
<p><b>Edifícios e tempo de ocupação</b></p>	<p>1834 (?) a 1909 – Convento da Graça (Hospital Regimental de Cavalaria n.º 5)  1909 até hoje – Colégio Madre de Deus</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p>	<p>EME – <b>Armorial do exército português</b>. Lisboa: CEGRAF/EX, 1996. ISBN: 8347-00-6; pp. 463-468  NOGUEIRA, Luís Franco - <b>Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)</b>. Lisboa: Direção de Documentação e História Militar, 1994. p. 115</p>	
<p><b>Autor</b></p>	<p>Joana Machado, 2013</p>	

<sup>305</sup> Cf. idem, *ibidem*, 1996, p. 464.

